

João Henrique Reis Vasconcelos Alvim

O ARQUIVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

Relatório de estágio

Mestrado em História e Património (ramo de Arquivos Históricos)

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

PORTO

2011

João Henrique Reis Vasconcelos Alvim

O ARQUIVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

Relatório de Estágio, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do grau de Mestre em História e Património, orientado pela Prof. Doutora Fernanda Ribeiro e co-orientado pela Prof.^a Doutora Helena Osswald.

Mestrado em História e Património (ramo de Arquivos Históricos)
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

PORTO

2011

RESUMO

O presente relatório descreve o estágio realizado no Arquivo Histórico-Administrativo da Biblioteca Pública Municipal do Porto onde, com o objectivo de facilitar o acesso à informação contida nos documentos, foram realizadas diversas operações: a classificação, a ordenação e a descrição das séries arquivísticas.

Encaramos o Arquivo como um sistema de informação social (teoria sistémica), onde o conhecimento da estrutura orgânica que produziu a informação é um factor chave para compreendermos como foi, e porque foi, produzida a informação.

Começamos por descrever no primeiro capítulo o contexto histórico que presidiu à fundação em 1833 da entidade produtora – a Real Biblioteca Pública do Porto – para a qual, em resultado de um processo legislativo que durou até 1843, foram transferidos os fundos bibliográficos provenientes do clero e de particulares. Após analisarmos no segundo capítulo a evolução da estrutura orgânica no período de 1833 a meados do século XX, abordamos no terceiro capítulo o tratamento documental a que submetemos a documentação do arquivo com o auxílio de uma aplicação informática (GISA).

O Inventário que apresentamos em apêndice é o resultado mais visível do trabalho realizado no Arquivo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, proporcionando aos seus utilizadores um acesso rápido e eficaz à informação. Queremos igualmente alertar para a importância que um “arquivo histórico” bem administrado e gerido constitui para a Biblioteca viabilizando, desta forma, a recuperação da informação por todos os que a ele recorrem: funcionários e investigadores.

ABSTRACT

The current report describes the stage held in the Archives of the Public Library of Oporto where, with the purpose of providing access to the information contained in the documents, were implemented several operations: classification, arrangement and description of archival series.

We understand the Archives as a social information system (systemic theory), where the knowledge of the organizational structure that produced the information is a key factor to understand how, and why, was the information produced.

Our report first describes the historical context which led to the foundation in 1833 of the Royal Library of Oporto for which, as a result of a legislative process that lasted until 1843, fonds were transferred from the clergy and individuals. After analyzing in the second chapter the evolution of the organic structure during the period from 1833 to mid 20th century, we approach in the third chapter the treatment to which we submitted the Archives' documentation with the support of a computer program.

The inventory that we present at the end of this report is the most visible result of the work undertaken in the Archives, giving its users a quick and effective access to information. We also want to draw attention to the importance of a "historic archives" that is well directed and managed, allowing the retrieval of information by all who turn to him: employees and researchers.

SUMÁRIO

Resumo	3
Abstract	4
Índice de figuras e quadros	7
Introdução	9
1. Contexto Histórico	17
1.1. O liberalismo e a “problemática religiosa”	18
1.2. O surgimento de um conceito diferente de Biblioteca	24
1.3. O Processo legislativo	26
1.4. Proveniência, recolha e gestão dos fundos bibliográficos	28
2. Evolução Orgânica da BPMP	34
2.1. A estrutura orgânica da BPMP no período de 1833 a 1899	34
2.2. A estrutura orgânica da BPMP no período de 1900 a 1925	38
2.3. A estrutura orgânica da BPMP no período de 1925 a 1947	44
2.4. A estrutura orgânica da BPMP a partir de 1947	48
3. Tratamento Documental	52
3.1. Construção de quadros de contexto da produção de informação	57
3.2. Organização e representação da informação com o programa “GISA”	60
3.2.1. Controlo de autoridade: descrição das Entidades Produtoras segundo a norma ISAAR(CPF)	63
3.2.2. Estrutura Arquivística	71
3.2.3. Descrição da informação segundo a norma ISAD(G)	74
3.2.4. Criação e descrição das unidades físicas	80
3.2.5. Indexação	81
Conclusão	87
Referências bibliográficas	89

Apêndices	95
Apêndice A - Quadros de contexto da produção de informação	96
Apêndice B - Lista de termos de indexação	111
Apêndice C – Inventário	128

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 - Estantes do Arquivo Histórico-Administrativo da BPMP	52
Figura 2 - Estado de Conservação das Unidades Físicas	53
Figura 3 - O modo de pesquisa avançado das unidades informacionais	62
Figura 4 - A criação de uma Entidade Produtora	64
Figura 5 - Identificação de uma Entidade Produtora	65
Figura 6 - Descrição de uma Entidade Produtora	67
Figura 7 - Relações entre Entidades Produtoras	68
Figura 8 - Controlo de Descrição	70
Figura 9 - A dimensão estrutural da Estrutura Arquivística	71
Figura 10 - A dimensão documental da Estrutura Arquivística	72
Figura 11 - O Serviço de Leitura Nocturna	73
Figura 12 - Zona de “Identificação” de um nível documental	76
Figura 13 - Zona de “Contexto” de um nível documental	77
Figura 14- Zona do “Conteúdo e estrutura” de um nível documental	78
Figura 15 - Zona das “Condições de acesso e de utilização” de um nível documental	79

Figura 16 - Zona do “Controlo de descrição”	80
Figura 17 - Criação e Descrição de uma Unidade Física	81
Quadro 1 - Fundos documentais provenientes da cidade do Porto, 1832 – 1835	32
Quadro 2 - Número de conventos existentes em 1834, por distrito	33
Quadro 3 - Estrutura orgânica da BPMP (1833–1925)	35
Quadro 4 - Projecto de alterações na classificação, 1904	42
Quadro 5 - Distribuição Interna das Categorias e Funções dos Funcionários, 1903	43
Quadro 6 - Estrutura orgânica da BPMP, 1925–1926	45
Quadro 7 - Estrutura orgânica da BPMP, 1926–1947	46
Quadro 8 - Estrutura orgânica da BPMP a partir de 1947	50

INTRODUÇÃO

O presente relatório resulta do estágio realizado, durante oito meses (de Outubro a Maio de 2011), no Arquivo Histórico-Administrativo da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), no âmbito do segundo ano do Mestrado em História e Património, ramo de Arquivos Históricos.

O nosso trabalho consistiu na organização do arquivo com vista a aumentar a acessibilidade à informação contida nos documentos. A organização do arquivo implicou diversas operações: a classificação, a ordenação e a descrição de cada série arquivística, com vista à produção de um inventário do arquivo da BPMP.

Utilizamos as séries como unidade básica de descrição por possuírem características formais (aspecto físico dos documentos e apresentação dos elementos informativos que constam dos mesmos), que testemunham uma actividade concreta da entidade que as produziu – a BPMP. A opção pela descrição ao nível da série revelou-se, também, o mais adequado para a produção de um instrumento de descrição como o Inventário - que não é um instrumento de análise pormenorizada ao nível dos documentos individuais. Contudo, e no caso das unidades arquivísticas isoladas, sem integração em qualquer série, não deixamos de efectuar uma descrição ao nível da peça¹.

As balizas cronológicas que delimitam o trabalho – de 1833, ano de fundação da “Real Bibliotheca Pública da Cidade do Porto” (RBPP), a meados do século XX – justificam-se, essencialmente, por motivos de ordem prática. O grande volume de documentação cuja informação tivemos de organizar, descrever e tornar acessível, inviabilizou, pelo tempo que nos tomou, o estudo da evolução orgânica da BPMP até aos nossos dias.

A criação de uma nova orgânica, definida pelo regulamento de 1947, e a “política de irradiação cultural”, empreendida pela BPMP, nas décadas de 1940 e 1950 foram, em nossa opinião, motivos suficientes para optarmos por este período usando-o,

¹ Veja-se a definição de “Peça” que consta no glossário da norma ISAD(G): “a mais pequena unidade arquivística intelectualmente indivisível, por exemplo: carta, memorando, relatório, fotografia, registo sonoro”.

simultaneamente, como limite temporal do nosso estudo arquivístico. No subcapítulo 2.4 (a estrutura orgânica da BPMP a partir de 1947) abordamos estes assuntos.

É essencial enquadrarmos as tarefas que diariamente realizamos no estágio num âmbito teórico, de cariz científico, onde possamos analisar e compreender cabalmente toda a problemática arquivística contemporânea.

Desde a última década do século passado a Arquivística tem-se afirmado como uma disciplina aplicada, no seio da “Ciência da Informação”, enquadrada por um novo paradigma científico e pós-custodial², onde os arquivos são percebidos como sistemas de informação, – teoria sistémica – indo para além da tradição custodial e tecnicista, onde prevalecia a noção estática e fechada de “fundo”³ ao serviço da investigação histórica.

Segundo esta teoria sistémica, definimos o arquivo como um “sistema (semi)-fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) –, a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores”⁴.

Esta nova concepção do arquivo, como um sistema de informação social, implica não nos centrarmos apenas nos procedimentos técnicos, aplicados no Arquivo Histórico-Administrativo da BPMP para recolher, ordenar e representar a informação com recurso a uma base de dados electrónica. Interessa aqui conhecer a “estrutura e os agentes que geram, manipulam e controlam a informação”⁵.

² Historicamente, e depois de um período de desenvolvimento que decorreu desde as origens da escrita ao fim do Antigo Regime, os sistemas de arquivo, devido às consequências da Revolução Francesa, sofreram alterações estruturais profundas levando ao surgimento dos arquivos históricos ao serviço da memória do novo Estado-Nação. Durante o século XIX os arquivos foram relegados para uma posição instrumental relativamente à Paleografia e à Diplomática, transformando-se a Arquivística numa disciplina auxiliar da História (fase sincrética e custodial). A edição, em 1898, do “Manual dos Arquivistas Holandeses” levou à libertação da Arquivística da posição secundária a que tinha sido votada pelo historicismo do século XIX, iniciando-se um novo período (1898-1980) em que a vertente técnica se afirmou definitivamente. (fase técnica e custodial). A partir dos anos 80, com o eclodir de uma nova revolução tecnológica e social, surge uma situação transitória onde se abre um novo ciclo para a Arquivística em relação com o fenómeno social da informação. Actualmente, em paralelo com os progressos da Arquivística descritiva, surge a “formulação de um corpo teórico animado por ‘novas’ bases científicas e que ousam delinear [...] os contornos de um saber arquivístico situado numa ‘zona’ fluida, a que alguns autores chamam era ‘pós-custodial’”. (SILVA, Armando Malheiro [et al.] – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 2). Vol. 1, p. 208. ISBN 972-36-0483-3).

³ Cf. SILVA, Armando Malheiro [et al.] – *Ob. cit.*, p. 210.

⁴ RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional : modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo*. Porto: Reitoria da Universidade, 2001, p. 28. ISBN 972-8025-12-2

⁵ SILVA, Armando Malheiro [et al.] – *Ob. cit.*, p. 39.

O arquivo, enquanto sistema de informação (semi-)fechado, adquire um carácter bidimensional, e nunca unidimensional, onde se projecta a entidade produtora da informação e se condensa o tratamento administrativo dessa mesma informação⁶.

O estudo científico de um arquivo implica uma relação interdisciplinar com várias ciências sociais, onde se inclui a História, para todas as situações em que arquivo, biblioteca e museu se interligam numa unidade concreta apelidada de “sistema patrimonial complexo”⁷.

Existem diferentes tipos de arquivo: quanto à estrutura orgânica pode ser unicelular – quando assenta numa estrutura organizacional de reduzida dimensão, gerada por uma entidade individual ou colectiva, tornando-se permeável a uma forte pressão integradora, constituindo sistemas patrimoniais complexos, onde a informação arquivística se interliga com a informação biblioteconómica e com a museológica – ou pluricelular – sempre que o sistema assenta numa média ou grande estrutura organizacional, dividida em dois ou mais sectores orgânicos, podendo atingir uma grande complexidade.

Quanto ao serviço/uso podemos ter um arquivo centralizado – quando o controlo da informação é feito através de um único centro, onde se concentra materialmente toda a informação que é tratada – ou descentralizado – quando o mesmo, sendo pluricelular, para obter uma maior eficácia, opta por um controlo da informação através de uma autonomização dos vários sectores orgânico-funcionais, e por um controlo da informação ajustado à descentralização praticada.

No que se refere ao factor memória/recuperação, o arquivo constitui-se como activo – quando existe um funcionamento, ou actividade, regular da respectiva entidade produtora – ou desactivado – quando a entidade produtora do arquivo cessou a sua actividade ou foi extinta⁸.

Relativamente ao Arquivo Histórico-Administrativo da BPMP, sendo um sistema semi-fechado, configurado pela natureza orgânica, pela natureza funcional e pela memória, pode ser classificado como um sistema activo, pluricelular e centralizado.

Consideramos aquele Arquivo como um sistema activo porque a entidade produtora continua a ter uma actividade regular. Organicamente é pluricelular por

⁶ Cf. FERNANDES, Daniela Teixeira – *Pedra a pedra : estudo sistemático de um arquivo empresarial*. Lisboa : Gabinete de Estudos a&b, 2004, p. 25. ISBN 972-98827-2-X

⁷ SILVA, Armando Malheiro [et al.] – *Ob.cit.*, p. 40.

⁸ RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *Ob.cit.*, p. 28.

assentar numa grande estrutura organizacional – a BPMP – dividida em vários sectores orgânicos, tal como é demonstrado pela análise dos organigramas incluídos no 2.º capítulo. Em relação ao factor serviço/uso temos um sistema centralizado onde o controlo da informação é feito num único centro (d direcção).

Depois de termos exposto os pressupostos teóricos que nortearam o nosso trabalho passamos a descrever o método de investigação usado – o método quadripolar. Este método proposto por P. de Bruyne, J. Herman e M. de Schoutheete⁹, afirma-se como um “dispositivo de investigação complexo” através de um conhecimento que não é apenas unidimensional, desprovido de variáveis ou exclusivamente centrado na tecnicidade dos procedimentos padronizados (recenseamento, inventariação e catalogação)¹⁰.

A investigação quadripolar implica “uma dinâmica de permanente verificação/refutação (ou revisão) das leis ou princípios gerais, através do estudo sistemático de casos e de variáveis”. Esta dinâmica engloba uma interacção de quatro pólos, conjugando abordagens quantitativas – onde há aspectos do objecto susceptíveis de observação, de experimentação e de medida – com abordagens qualitativas onde intervém a capacidade interpretativa/explicativa do sujeito.

O primeiro pólo – o epistemológico – é aquele onde se opera a permanente construção do objecto científico e a definição dos limites da problemática da investigação. As práticas empíricas e o saber arquivístico ao longo dos tempos, com as suas continuidades ou rupturas, pertencem a este primeiro pólo¹¹.

No segundo pólo – o teórico – assume-se a racionalidade do sujeito que conhece e aborda o objecto assim como a respectiva postulação de leis, formulação de conceitos operatórios, hipóteses e teorias (plano de descoberta), e subsequente verificação ou refutação do “contexto teórico” elaborado (plano de prova)¹².

O terceiro pólo – o técnico – permite ao investigador tomar contacto, por via instrumental, com a realidade objectivada permitindo-lhe validar o dispositivo metodológico. Neste pólo desenvolvem-se operações cruciais como a “observação de

⁹ DE BRUYNE, Paul [et al.] – *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. Paris: P.U.F., 1974. A metodologia aqui apresentada seria mais tarde recuperada e desenvolvida por LESSARD-HÉBERT, Michelle [et al.] – *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. ISBN 972-9295-75-1

¹⁰ Cf. SILVA, Armando Malheiro [et al.] – *Ob. cit.*, p. 220.

¹¹ Cf. RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *Ob. cit.*, p. 29.

¹² Cf. SILVA, Armando Malheiro [et al.] – *Ob. cit.*, p. 222.

casos e de variáveis” e a avaliação “retrospectiva e prospectiva”, sempre com o objectivo de confirmar ou refutar as leis postuladas, as teorias elaboradas e os conceitos operatórios formulados¹³.

No último pólo – o morfológico – formalizam-se os resultados da investigação, através da representação do objecto em estudo, expondo-se todo o processo de pesquisa e análise que permitiu a construção científica em torno dele¹⁴.

Após descrevermos o método de investigação quadripolar podemos perceber o estágio realizado no Arquivo Histórico-Administrativo da BPMP como um “estudo de caso” assumindo, nesta medida, características operatórias pertencentes aos pólos técnico e morfológico do método.

A primeira etapa do nosso estágio consistiu no recenseamento, ao nível das séries do Arquivo – tarefa essencialmente prática – através da qual nos foi possível identificar a proveniência da documentação. Com esta operação foi também possível conhecer a origem dos documentos do arquivo, o modo como foram produzidos, em função e no decurso, da actividade de uma pessoa física ou colectiva – a BPMP.

Em simultâneo com o recenseamento realizamos um minucioso estudo orgânico-funcional da BPMP, com base nas séries provenientes dos serviços administrativos tais como as “Próprias” (correspondência recebida), o “Copiador”, e os “Ofícios Expedidos”¹⁵. As características destas séries – um elevado número de espécies, contendo uma grande variedade de assuntos, numa linha temporal contínua iniciada com a fundação da entidade produtora – possibilitaram a recolha de elementos legislativos/regulamentares essenciais para descrever a estrutura orgânica, e respectiva evolução, da BPMP no período de 1833 até meados do século XX.

Desta forma, nos dois primeiros capítulos do nosso relatório (contexto histórico e evolução orgânica), incluímos a história, o quadro legal, a regulamentação, os órgãos, as funções e as actividades desenvolvidas pela entidade produtora. Encaramos este estudo como fundamental para compreendermos como foi, e porque foi, produzida a informação por entendermos esta como um “conjunto estruturado de representações

¹³ Cf. RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *Ob.cit.*, p. 29.

¹⁴ Cf. FERNANDES, Daniela Teixeira – *Ob. cit.*, p. 27.

¹⁵ Estabelecemos aqui uma diferença qualitativa entre estas séries e aquelas que, segundo a Dr.^a Fernanda Ribeiro, possuem uma grande “unidade temática, destinando-se a uma função bem determinada e registando informações de tipo idêntico”. (RIBEIRO, Fernanda – *Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1996, p. 58. ISBN 972-605-041-3) Nesta descrição, e a título de exemplo, enquadram-se as séries de registo dos leitores nos serviços de leitura diurna e nocturna que obedecem sempre a um “formulário” estereotipado.

mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccional”¹⁶.

O capítulo 3 (tratamento documental) reflecte, em grande medida, o uso que fizemos de uma aplicação informática – especificamente criada para a gestão de arquivos¹⁷ – com o objectivo de descrever e analisar as séries produzidas por diferentes produtores ao longo dos tempos¹⁸.

O GISA possibilitou a criação de um instrumento de pesquisa (inventário)¹⁹, que incluímos em apêndice, de forma a permitir, aos utilizadores, o acesso à informação dos documentos de arquivo. Assim, e através do inventário, obtemos uma visão global da estrutura do arquivo (com as respectivas secções e subsecções) e das séries que o constituem, descrevendo-as uma a uma.

Por fim, e de modo a auxiliar a pesquisa e recuperação da informação por parte dos utilizadores, com uma maior taxa de precisão e eficiência, incluímos, na descrição das séries, termos de indexação através de uma linguagem controlada (controlo do vocabulário). Desta forma inserimos no GISA, no módulo “Controlo de Autoridade”, uma lista de termos autorizados para constituírem pontos de acesso à documentação tratada.

Com a elaboração dos quadros de contexto da produção de informação – representando a estrutura orgânico-funcional do arquivo, e permitindo um acesso por

¹⁶ SILVA, Armando Malheiro; Ribeiro, Fernanda – Das «ciências» documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002, p. 37. ISBN 972-36-0622-4

¹⁷ O GISA (gestão integrada de sistemas de arquivo) foi criado pela ParadigmaXis que gentilmente cedeu uma cópia ao Departamento de Arquivos da Câmara Municipal do Porto, para ser usada neste trabalho.

¹⁸ A descrição das séries no GISA foi efectuada de acordo com a *ISAD(G) – Norma Internacional de Descrição Arquivística*, adoptada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 1994 – seguindo uma abordagem sistémica da informação, de forma a contextualizar os documentos produzidos dentro da sua estrutura orgânica. Para a descrição das unidades orgânicas, enquanto entidades produtoras de informação, usamos a norma internacional *ISAAR (CPF) – Norma Internacional para os Registos de Autoridade Arquivística*, relativa a nomes de instituições, pessoas singulares e famílias e adoptada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 1996.

¹⁹ De referir que o GISA permite igualmente a criação de vários tipos de listagens: relatórios das notícias de autoridade resumidas, relatórios de unidades físicas resumidas, catálogos resumidos e detalhados e, também autos de eliminação. A existência de um módulo de pesquisa viabiliza a recuperação da informação de unidades arquivísticas segundo vários critérios de pesquisa como: entidade produtora, estrutura orgânica, cota da unidade física, datas de produção, tipologia informacional, termos de indexação, conteúdo informacional, suporte e acondicionamento, o material de suporte, técnica de registo e estado de conservação.

proveniência – quisemos complementar a informação recuperada através da indexação das séries descritas.

Esperamos ter contribuído para um melhor conhecimento do Arquivo Histórico-Administrativo da BPMP, dando aos utilizadores a possibilidade de recuperar a informação de uma forma mais eficaz e eficiente, diminuindo assim o tempo e os custos envolvidos nessa operação. Procuramos, com o nosso estudo de caso, reforçar a importância de um enquadramento teórico onde o arquivo é percebido como um “Sistema de Informação complexo e dinâmico”, passível de ser representado como um objecto cognoscível, através da aplicação do método quadripolar proposto para a Ciência da Informação.

O nosso trabalho é também, e em certa medida, um alerta para a necessidade da BPMP manter um arquivo bem organizado e gerido, com todas as vantagens que daqui decorrem, uma vez que a informação é um elemento essencial e estratégico para a entidade que a produz e utiliza diariamente.

A nossa formação em História, que a estrutura curricular do Mestrado complementou e potenciou com uma perspectiva patrimonialista, constituiu-se como um apoio importante para o nosso trabalho no arquivo, nomeadamente na elaboração do contexto histórico em que teve lugar a fundação da BPMP. Sendo a Ciência da Informação transdisciplinar, implicando relações entre várias disciplinas ou áreas do conhecimento, achamos ser da maior pertinência a leitura do relatório, elaborado em 1996 pela Comissão Gulbenkian, sobre a reestruturação das Ciências Sociais. Nele se diz que o historiador na busca pela informação de que necessita – pondo de parte os escritos já existentes (na biblioteca lugar de leitura) e os processos do seu próprio pensamento (o estúdio ou estudo, lugar de reflexão) – deve centrar-se “num espaço onde é possível reunir, armazenar, controlar e manipular uma informação objectiva e exterior (o laboratório ou o arquivo, que é o lugar de investigação)”²⁰.

A concluir a apresentação do nosso trabalho, queremos deixar uma palavra de agradecimento, e profundo reconhecimento, às pessoas e instituições que contribuíram para a realização do mesmo.

À Doutora Fernanda Ribeiro agradecemos a orientação do estágio, com a apreciação crítica e rigorosa a que continuamente submeteu o nosso trabalho. A amável cedência da obra “Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos” foi de extrema

²⁰ Apud SILVA, Armando Malheiro [et al.] – *Ob.cit.*, p. 32.

importância para a criação dos termos de indexação, através de uma linguagem controlada.

Queremos também expressar a nossa gratidão à Doutora Helena Osswald que, para além do apoio na redacção do relatório, teve a gentileza de nos acompanhar numa primeira visita ao Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), inteirando-nos das potencialidades dos seus instrumentos de pesquisa informáticos.

Gostávamos igualmente de agradecer as facilidades que no AHMP a Dr.^a Maria João Calheiros nos proporcionou, no acesso e utilização da informação referente à orgânica da Câmara Municipal do Porto, assim como ao tempo que despendeu para nos inteirar das potencialidades do GISA.

Ao Dr. Luís Cabral pelo dedicado apoio que nos concedeu, e pela bibliografia que gentilmente nos cedeu e que se veio a revelar um precioso auxiliar para a escrita do primeiro e segundo capítulos, do presente relatório.

Uma última palavra de agradecimento aos funcionários da secretaria da BPMP e, em especial à Chefe da Secretaria, D. Maria de Lurdes Rodrigues, pela forma simpática como nos acolheram oferecendo-se, sempre que necessário, para o esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento e a organização do arquivo.

1. Contexto Histórico

O contexto histórico em que ocorreu a criação da “Real Bibliotheca Pública da Cidade do Porto” (RBPP) – por decreto datado de 9 de Julho de 1833 de D. Pedro, Duque de Bragança e regente em nome da Rainha – revela-nos a intenção do governo liberal em arrecadar, organizar e conservar, os fundos bibliográficos das livrarias sequestradas a particulares e casas religiosas abandonadas ou extintas.

É por demais evidente que a instalação de uma biblioteca pública no Porto foi o reflexo de uma nova política cultural – de alargar o conhecimento à generalidade da população – persistindo independentemente das alterações governativas, da difícil conjuntura sócio-económica e das fracas estruturas administrativas do Estado²¹.

Em 1833, numa cidade epicentro das campanhas militares liberais e alvo de um duro cerco originado pelos opositores, as autoridades tinham ainda o desafio de lidar com um acervo documental que, em face da sua natureza religiosa, não se tornava o mais adequado para o tipo de biblioteca pública, e mais “especializada”, idealizada pelos liberais. Muitas das obras recolhidas nos conventos estavam escritas em latim, e datavam maioritariamente do século XVIII, não facilitando a leitura do comum leitor frequentador das bibliotecas²².

Antes da fundação e instalação da Biblioteca portuense os leigos, em certa medida, tinham ao seu dispor as livrarias das casas religiosas – onde se incluíam a dos Franciscanos, a dos Beneditinos, a dos Congregados, a do Colégio de S. Lourenço (comprado em 1779 pela Congregação dos Padres Descalços de Santo Agostinho) e a dos Lóios – a que se juntavam as livrarias particulares. No Porto do século XVIII e princípios do século XIX destacava-se, pela qualidade e facilidades concedidas à sua consulta, a livraria do Visconde de Balsemão, instalada na sua casa da Praça dos Ferradores ou Feira das Caixas (actual praça Carlos Alberto), as livrarias do Bispo D. João de Magalhães e Avelar e de Alexandre Almeida Garrett, irmão do poeta, entre outras²³.

²¹ Cf. BARATA, Paulo J. S. – As bibliotecas no liberalismo: uma definição de uma política cultural de regime. *Análise Social*. Lisboa. Vol. 40, nº 174 (2005) p. 38.

²² Cf. BARATA, Paulo J. S. – Ob.cit., p. 41.

²³ Cf. CRUZ, António – A Biblioteca Pública Municipal do Porto na Cidade e na Região. *Biblioteca Portucalensis*. Porto: BPMP, 1983. 2ª Série N.º 3 (1988) p. 14-15.

Entre 1833 e 1842 a biblioteca esteve instalada no Hospício de Santo António de Vale da Piedade, na Cordoaria, e no Paço Episcopal (1834-1841) onde abriu parcialmente ao público em 1836. Os trabalhos de classificação e organização dos fundos recolhidos²⁴ no Paço Episcopal foram dificultados pelo estado geral de ruína do edifício que oferecia más condições para o funcionamento regular do serviço.

No edifício do Paço a livraria particular do Bispo, inicialmente retida nos pisos térreos como forma de a preservar dos roubos e da humidade dos pisos superiores, com o levantamento do cerco militar à cidade transferiu-se para as salas altas do edifício que, apesar de arruinadas, se mostravam “espaçosas, facilitavam capacidade e huma divizão mais facil, e methodica”²⁵. Após o incêndio do Convento de S. Francisco, e devido ao uso dado à maioria dos estabelecimentos religiosos da cidade como alojamento de tropas, tomou-se a decisão urgente de transferir os livros depositados no Hospício da Cordoaria, pouco amplo e espaçoso, para o Paço Episcopal.

A mudança para o edifício do antigo Convento de Santo António da Cidade – doado à Câmara pelo decreto de 30 de Julho de 1839, determinando que nele se estabelecesse também a Academia de Belas Artes e o Museu Portuense de Estampas e Pinturas – deu-se em 1841 com a inauguração oficial a 4 de Abril de 1842.

1.1. O Liberalismo e a “Problemática Religiosa”

A lenta e conflituosa afirmação do liberalismo em Portugal e a relação que estabeleceu com a esfera religiosa, de onde decorre a extinção das ordens religiosas, ajuda-nos a compreender todo o processo por detrás da criação e estabelecimento de uma biblioteca pública na cidade do Porto em 1833.

Na história da implementação e afirmação do liberalismo em Portugal existem momentos-chave que influenciarão decisivamente o percurso de afirmação e consolidação da Real Biblioteca Pública do Porto (RBPP).

As invasões francesas, no início do século XIX, ajudaram ao derrube do Antigo Regime visto como incapaz de reformar e “regenerar” o país por oposição a um movimento e a uma nova concepção liberal de sociedade herdeira do “movimento das

²⁵ GANDRA, João Nogueira – Relatório Geral da Real Bibliotheca Publica da Cidade do Porto desde os principios da sua fundação em 1833 até o fim do anno de 1843. *Biblioteca Portucalensis*. Porto. 2ª Série N.º 3 (1988) p. 88.

luzes” do século XVIII. O liberalismo e a sua lenta instauração implicaram mexidas em vários domínios do foro social, económico e político, trazendo uma nova percepção da religião enquadrada por uma, também nova, ordem jurídica de âmbito constitucional²⁶.

Ideologicamente, nos princípios do século XIX, a revolução liberal chegou a Portugal sem que “o país tivesse amadurecido intelectual e politicamente para as formas de consciência e acção colectivas inauguradas em França. Desta forma, e com excepção de alguns centros ilustrados e urbanos, a filosofia das Luzes teve uma fraca penetração entre nós uma vez que o território, nas suas rotinas ancestrais, era praticamente rural e muito pobre com uma população de três milhões de habitantes, na sua maioria analfabeta.

O pronunciamento militar de 24 de Agosto de 1820 desencadeador de um movimento de mudança na sociedade portuguesa, apesar das circunstâncias adversas acima enumeradas, justificou-se nas novas teorias sócio-políticas em que o povo (nação) era visto como a única fonte de soberania, em oposição ao poder divino absolutista (plasmado na aliança entre “o trono e o altar”), com o novo poder a declarar-se como um contrato entre governantes e governados com os primeiros num papel de “representantes” dos segundos. A liberdade da “nova ordem” trazida pela revolução liberal exigia a formação de um governo representativo que desse forma, e garantisse, a desejada participação política colectiva²⁷.

O liberalismo português viu os seus valores: igualdade perante a lei, inviolabilidade da propriedade, segurança individual e divisão tripartida dos poderes, serem inscritos nos textos constitucionais. A Constituição portuguesa de 1822, elaborada por deputados eleitos, tornar-se-ia numa referência constitucional no contexto europeu.

A outorga pelo Rei da Carta Constitucional (1826) levaria a um intenso debate entre defensores da Constituição e da Carta – facto que ficaria patente na revolução de Setembro de 1836 e na própria Constituição de 1838.

Com a progressão do movimento liberal, e com a consolidação do Estado-Nação, foram tomadas medidas tendo em vista a secularização, a extinção das ordens

²⁶ FERREIRA, António Matos – Desarticulação do Antigo Regime e guerra civil. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, vol. 3, p. 21. 972-42-2460-0

²⁷ Cf. BONIFÁCIO, M. Fátima – O Liberalismo. In CARNEIRO, Roberto (coord.) – *Memória de Portugal, o milénio português*. Sintra: Círculo de Leitores, p. 426–429.

religiosas e respectiva venda dos seus bens, a criação de um novo ordenamento jurídico e a reforma do ensino. Crítico de algumas práticas do catolicismo, o liberalismo português não deixou de o definir, nos textos constitucionais, como a religião da nação²⁸.

Na implantação do liberalismo podemos distinguir três momentos distintos:

“Num primeiro momento, até meados de oitocentos, [...] convulsões sociais e formas de guerra civil a que se seguiu um período de estabilização do regime monárquico constitucional com um sistema político rotativo essencialmente bipartidário [...] nos finais do século XIX e início do XX, a crise do regime monárquico constitucional foi acompanhada pela radicalização política e ideológica dos sectores que se identificaram com o republicanismo, o anarquismo e o socialismo, conduzindo a sociedade portuguesa à ruptura republicana, através da revolução do 5 de Outubro de 1910”²⁹.

O surgimento de um certo anticlericalismo popular na década de 1880 e 1890 – consequência da contestação dos sectores republicanos, socialistas e anarquistas, ao regime monárquico constitucional com um sistema político, rotativo e bipartidário, que não representava uma larga fatia da população – ajudaria à ruptura republicana do 5 de Outubro de 1910 e subsequente regime de separação entre o Estado e a Igreja em 1911.

Durante as várias fases de consolidação do liberalismo, a “problemática religiosa” ocupou um lugar de relevo no debate sobre a nova ordem social que progressivamente se implementava. Sem renegar o papel importante das instituições religiosas, e do clero, a “regeneração” da sociedade implicava também a “regeneração” particular da igreja – elevando a experiência religiosa a um patamar de expressão da liberdade individual³⁰.

²⁸ VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Manuela Tavares – Ideologias e Práticas Políticas. In MATOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores e Autores, 2007, vol. IX, p. 235. ISBN 978-972-42-3970-5

²⁹ FERREIRA, António Matos – *Desarticulação...* (ob. cit.), p. 18.

³⁰ Cf. FERREIRA, António Matos – Liberalismo. In *Dicionário de História de Portugal*. Direcção de Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Circulo de Leitores, 2001, vol. 4, p. 429.

As cortes convocadas em 1820 tornaram-se um espaço de reflexão sobre os problemas religiosos de reforma e limitação das congregações religiosas, da função dos bispos, da missão do clero paroquial e da problemática do celibato. Rompendo com a estrutura católica, e as suas formas de legitimação social, os liberais expuseram as suas intenções: “abolição dos vínculos, desamortização da propriedade eclesiástica, supressão das congregações religiosas, abolição do dízimo, tentativa de delimitar a intervenção exterior ao Estado por uma política de beneplácito régio e de provimento dos benefícios eclesiásticos”³¹.

O debate religioso nas Cortes de 1820 ilustrava a perspectiva iluminista e regalista³² da função da religião e da igreja na sociedade, tendo levado à promulgação da Constituição de 1822 e à rápida oposição absolutista plasmada na insurreição da “Vilafrancada” em 1823. A outorga da Carta Constitucional (1826) atribuindo ao poder político um ascendente claro sobre a vida interna da Igreja, e preconizando participação da sua hierarquia na vida interna do Estado, levou a facção absolutista a questionar a sua legitimidade. Com a sucessão ao trono da princesa D. Maria II, em quem D. Pedro imperador do Brasil e primogénito dos Braganças tinha abdicado, juntamente com a proclamação de D. Miguel como monarca absoluto em 1826, dá-se uma divisão irreversível na igreja portuguesa³³.

A guerra civil tornou-se um confronto entre liberais e miguelistas com visões distintas sobre a Igreja. A facção miguelista representava um catolicismo exaltado e agressivo que recusava as inovações e denunciava a conspiração dos “pedreiros-livres” da maçonaria contra a Igreja e a religião; a facção liberal sem por directamente em causa a religião³⁴ enquanto tal questionava o lugar desta na sociedade, na sua articulação com o poder político, radicalizando as atitudes anticongregacionistas e cismontanas³⁵.

A necessidade de reforma da Igreja teve em 1834, com a extinção das ordens religiosas, um ponto de viragem com um afrontamento mais radical do “problema” religioso uma vez que as medidas decretadas em 1832, por Mouzinho da Silveira nos

³¹ FERREIRA, António Matos – Ob. cit., p. 430.

³² Sistema ou doutrina dos que defendem as regalias e privilégios do Estado contra as pretensões da Igreja.

³³ Cf. FERREIRA, António Matos – *Desarticulação...* (ob. cit.), p. 28.

³⁴ A revolução liberal iniciada a 24 de Agosto de 1820 reconhecia a função legitimadora da religião católica; a constituição de 1822 e a carta constitucional de 1826 faziam do catolicismo a religião da Nação.

³⁵ Cf. FERREIRA, António Matos – Ob. cit., p. 430.

Açores, e no ano seguinte por Silva Carvalho no Porto, iam no sentido da reforma das ordens, facto que poucos ousavam contestar.

O decreto de 28 de Maio de 1834 significou o “triunfo de uma concepção secular do funcionamento da Igreja e [...] conseqüente funcionarização do clero”³⁶.

As razões por detrás da extinção das ordens regulares masculinas – com a nacionalização dos seus bens e religiosos pagos pelo Estado desde que não tivessem colaborado com o governo deposto – eram expostas no relatório que precedia o decreto: no plano cultural porque as ordens transmitiam o fanatismo e a superstição aproveitando a ingenuidade das populações; no plano moral pela má conduta de vida de muitos religiosos transformados em mau exemplo para as famílias; no plano religioso “porque alienavam a autoridade dos bispos e absorviam a dos párocos”; no plano político pela sua oposição à liberdade e o uso propagandístico feito nos púlpitos contra aquela; no plano económico e social por se constituírem como pessoas celibatárias possuidoras de bens de mão-morta (não podendo ser transmitidos ou alienados) não contribuindo para o aumento da população, para o comércio de terra, e formação de uma classe de proprietários e contribuintes³⁷.

A maioria das acusações feitas às ordens religiosas teve na sua origem razões de conveniência política já que aquilo que se pretendia era fundamentalmente levar à divisão de dois importantes grupos organizados – os frades e os miguelistas – apoiantes do absolutismo. A apropriação dos seus bens seria conseguida através de um discurso ideológico, legitimando a sua transferência para a posse do Estado, de forma a indemnizar todos os que tinham sofrido perdas e danos pela sua fidelidade à causa constitucional. Assim, e apesar dos benefícios económicos e sociais usufruídos pelo clero regular no plano da realidade, foi o desejo de consolidar uma nova ordem política que levou, de modo brutal e exagerado, às acusações que constavam no relatório acima referido.

O descontentamento de muitos liberais com os termos moderados da convenção de Évora-Monte (26 de Maio de 1834), que pôs fim à guerra civil, levou a que muitos escritores contemporâneos considerassem o decreto de extinção das ordens regulares

³⁶ FERREIRA, António Matos – *Desarticulação...* (ob. cit.), p. 31.

³⁷ Cf. SILVA, António Martins da – Extinção das Ordens Religiosas. In *Dicionário de História de Portugal*. Direcção de Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Circulo de Leitores, 2001, vol. 4, p. 232.

como uma tentativa do regime em acalmar os descontentes³⁸. António Martins da Silva alude, de forma pertinente, à “gravidade do momento que se vivia, no termo da guerra civil” sublinhando o “clima emocional a fervilhar de ódios e de paixões”³⁹ que favoreceu o tom “em estilo por vezes panfletário”⁴⁰ das acusações ao clero regular. É também este contexto “emocional” que, em nossa opinião, explica e justifica a radicalidade do decreto de 28 de Maio de 1834 que de uma assentada extinguiu todas as casas (conventos, mosteiros, colégios e hospícios) de todas as ordens regulares masculinas, suprimindo importantes centros de produção intelectual.

A solução encontrada para as livrarias e obras de arte passou pela sua transferência para estabelecimentos de cultura e ensino. As instituições de ensino que beneficiaram dos fundos dos conventos extintos foram, com a reforma de Passos Manuel em 1836, os liceus nacionais, as escolas profissionais – onde se incluíam as academias – os conservatórios de artes e ofícios, as escolas politécnicas, as escolas médico-cirúrgicas e a escola do Exército⁴¹. No caso particular da cidade do Porto, a Real Academia de Marinha e Comércio do Porto (1836 e 1840) e a Escola de Medicina e Cirurgia (1837 e 1840) beneficiaram das disposições do artigo 11.º, do decreto fundador da RBPP, onde se estipulava que os duplicados, das obras incorporadas na biblioteca, fossem doados àquelas instituições⁴².

As transferências do património bibliográfico das casas religiosas para as instituições de ensino do novo regime foram enquadradas por uma noção de “instrução pública” que os liberais pretendiam “pública” por oposição a “doméstica”, e alargada ao “povo”, sendo considerada como um dever do Estado. A instrução pública era um tema capital para a sociedade liberal constituindo-se, a par da educação, como a “base do

³⁸ Cf. BARATA, Paulo – *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, p. 134. ISBN 972-565-368-8

³⁹ SILVA, António Martins da – Ob. cit., p. 233.

⁴⁰ SILVA, António Martins da – Ob. cit., p. 232.

⁴¹ Cf. BARATA, Paulo J. S. – *As bibliotecas...*(ob.cit.), p. 41-42.

⁴² Mais tarde, com os volumes remanescentes dos leilões dos duplicados, são feitas inúmeras doações: ao Colégio dos Orfãos (1846), à Associação Comercial (1847/48, 1852) e à Câmara Municipal de Belém (1877). Na direcção de Eduardo Allen são feitas doações a juntas de freguesia do Porto e de fora da cidade (St. Ildefonso, Lordelo, Avintes, etc.), a Câmaras Municipais, aos Seminários, ao Ateneu Comercial, etc. (Cf. CABRAL, Luís, coord. – *Biblioteca Pública Municipal do Porto : exposição no 150º aniversário da sua fundação 1833-1983*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1984, p. 13). Já no século XX, e mantendo simbolicamente a tradição, na direcção de Rocha Peixoto (1900-1909) são doadas obras duplicadas à Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim e à Biblioteca Municipal de Ponte de Lima. (Cf. CABRAL, Luís – *Males e Remédios: Rocha Peixoto e a Biblioteca do Porto. Boletim Cultural Póvoa de Varzim*. Vol. 43 (2009) p. 154. ISSN 0870-4589).

edifício social” oferecendo mesmo “benefícios concretos para o desenvolvimento económico”⁴³.

A partir de meados do século as relações entre o Estado e a Igreja conheceram uma certa normalização, com esta última a colaborar mais directamente com o regime liberal, aliviando as críticas às mudanças sociais trazidas pelos governos constitucionais. Esta acalmia não impediu que a Igreja procura-se uma certa autonomia em relação ao Estado liberal que lhe permitisse actuar junto da população nos domínios da cultura, do ensino e da assistência⁴⁴.

As mudanças ocorridas na 2ª metade do século XIX – transformações materiais, incremento da industrialização, formação de novos núcleos urbanos, emergência de novas realidades sociais como a classe operária e uma nova geração de intelectuais – favoreceram um novo recrudescimento anticlerical vindo sobretudo das forças de oposição à monarquia, particularmente republicanas, acusando a Igreja de ser responsável pela “decadência nacional”⁴⁵.

1.2. O Surgimento de um conceito diferente de Biblioteca

As bibliotecas ocuparam um lugar privilegiado no novo sistema educativo português, que em grande medida imitava o modelo francês de implementar uma rede nacional de bibliotecas públicas, tendo-se projectado criar para o efeito – nas décadas de 1830 a 1870 – uma biblioteca pública em cada capital de distrito. A análise do relatório do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Cândido José Xavier, anexo ao decreto de 9 de Julho de 1833 revela-nos a presença do modelo francófono e a vontade de ligar a biblioteca ao sistema de ensino:

“[...] o estabelecimento pois de bibliothecas publicas é o complemento de todo o systema instructivo, e não será sem fundamento dizer-se que pelo numero destes estabelecimentos

⁴³ TORGAL, Luís Reis – A Instrução Pública. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores, 2008, Vol. 10, p. 347-348. ISBN 978-972-42-37-67-1

⁴⁴ Este facto faz-nos compreender melhor as negociações entre o Governo Português e a Santa Sé sobre a missão (1858) e sobre a instalação de algumas ordens religiosas como as Irmãs da Caridade (1857).

⁴⁵ Cf. FERREIRA, António Matos – A constitucionalização da Religião. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, vol. 3, p. 37. ISBN 972-42-2460-0

em cada um dos paizes civilizados se póde avaliar sem erro a instrucção comparativa dos seus habitantes. Quando o espirito indagador observa quem em todos os departamentos de França há bibliothecas publicas, e que só em Paris nos differentes estabelecimentos dependentes do Governo há 339, que contém quasi dous, milhões de volumes, sem contar as de particulares, bem escolhidas e numerosas na capital, e em todo o Reino, comprehende facilmente, que deve aquele bello paiz ser, como é, a terra classica da instrucção, do bom gosto, e das letras”⁴⁶.

O conceito diferente de biblioteca introduzido em Portugal, liberalizando o acesso pela generalidade da população, implicou uma série de mudanças a nível da propriedade (o uso dos livros passou do domínio privado das ordens religiosas para o domínio público) do modelo (de uma biblioteca destinada a uma comunidade privada, num espaço de meditação e introspecção, evolui-se para um espaço de acesso público) e da concepção do saber (encarado de forma utilitária para gerar novos conhecimentos úteis para o homem e para o progresso da civilização)⁴⁷.

As bibliotecas passaram a ser encaradas como instrumentos privilegiados de acesso ao conhecimento e de progresso social. Se aplicarmos à RBPP a ideia dada por Fernanda Ribeiro para o caso particular do arquivo enquanto “um edificio, uma instituição, um serviço destinado a albergar sistemas de informação arquivística produzidos e mantidos ao longo de décadas ou séculos por entidades orgânicas entretanto extintas”⁴⁸ facilmente nos apercebemos do palco privilegiado que constituiu para o interesse historicista dos novos poderes.

A incorporação de um espólio conventual pouco adequado, dado a sua natureza, para um novo público leitor – a par da inexistência de instrumentos de acesso à informação (catálogos, inventários, índices) – originou inicialmente, na RBPP, um maior incremento da componente patrimonial, com funções essencialmente de conservação, em detrimento da função de “serviço”, o uso e pesquisa da informação.

⁴⁶ *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde que assumiu a regencia em 3 de Março de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833*, Segunda Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836, p. 345-347.

⁴⁷ Cf. BARATA, Paulo J. S. – As bibliotecas... (ob. cit.), p. 45-46.

⁴⁸ RIBEIRO, Fernanda – Os Arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. *Boletim Cultural - Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*. Famalicão. 3ª série, nº 1 2005, p. 2-3.

As providências previstas no decreto fundacional da RBPP em que se atribuía uma soma anual para a aquisição de obras destinadas a “enriquecer o estabelecimento”, a par da aplicação das disposições do Alvará de 12 de Setembro de 1805⁴⁹, enquadravam-se numa política de enriquecimento progressivo do fundo geral para melhor servir os diversos públicos que a procuravam⁵⁰.

A uma mudança de paradigma de biblioteca corresponde uma mudança de paradigma de públicos onde a preocupação por um modelo cultural gerador de conhecimento constitui uma inovação em relação ao passado. Os conteúdos, postos à disposição dos novos leitores, passam a reflectir a especialização e laicização crescente dos fundos.

1.3. O Processo Legislativo

Da análise da legislação que interessa ao presente trabalho verificamos que a mesma se refere a três tópicos principais: 1) recolha, arrecadação e preservação dos fundos das casas religiosas abandonadas e extintas pelo novo regime; 2) fundação da RBPP e atribuição das competências e obrigações das entidades que detinham a tutela sobre a mesma (Município e Ministério do Reino); 3) atribuição à Câmara do Porto da tutela, para “todos os efeitos”, da RBPP pela lei de 27 de Janeiro de 1876, passando desta forma a ser responsável pela inspecção do estabelecimento e nomeação directa do 1.º bibliotecário.

A legislação balizada pelo anos de 1833 a 1843 – onde é nítida a preocupação em preservar os fundos sequestrados – deixa-nos conscientes da preocupação do Estado Liberal em encontrar uma solução para os bens móveis, onde se encontravam milhares de espécies bibliográficas que era necessário arrecadar e armazenar⁵¹.

O decreto de 17 de Maio de 1832 – estipulando no seu artigo 1.º que os “bens de todos os conventos suprimidos nas ilhas dos Açores são Bens Nacionais” – é considerado o ponto de partida, no continente, para toda a legislação posterior sobre a

⁴⁹ Concedendo o privilégio à RBPP de receber um exemplar de qualquer escrito impresso nas oficinas tipográficas do reino.

⁵⁰ Cf. NEVES, Álvaro – Apontamentos históricos sobre bibliotecas portuguesas. In RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos estabelecimentos científicos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1871-1914, vol. 19, p. 27.

⁵¹ Tendo por base uma estimativa de 1841, do 1.º Bibliotecário Pedro da Fonseca Serrão Veloso, as bibliotecas incorporadas no seu conjunto não andariam muito longe dos 100.000 volumes. (Cf. Luís Cabral – Ob.cit., p. 13).

matéria. Salienta-se o decreto de 5 de Dezembro de 1832 que incorporou no Estado um elevado número de livrarias de importantes personalidades portuenses que conspiraram contra o legítimo governo de D. Pedro; a portaria de 7 de Dezembro do mesmo ano mandando sequestrar, por determinação do Ministério dos Negócios Eclesiásticos, os bens do Bispo do Porto D. João de Magalhães e Avelar; e já em 1833, a 15 de Maio, é emitido um decreto suprimindo “todos os Conventos, Hospícios, e Mosteiros abandonados, tanto de Religiosos, como de Religiosas desta Cidade e seus bens declarados Bens Nacionaes, e incorporados nos da nação, com todos os direitos e acções de qualquer natureza que sejam”⁵².

A Portaria de 11 de Janeiro de 1833⁵³ – ordenando aos proprietários das tipografias portuenses que cada impresso saído dos seus estabelecimentos fosse depositado na Biblioteca Pública de Lisboa e outro na “Biblioteca que deverá haver nesta Cidade” – e de 30 de Abril⁵⁴ – mandando entregar ao bibliotecário Lara de Andrade todas as livrarias dos conventos abandonados para “reunião no local que Sua Magestade [...] houve por bem designar para o estabelecimento da Biblioteca publica nesta cidade” – mostram-nos que a ideia de criar a Biblioteca foi a consequência natural de um percurso cuidadosamente preparado e patente na análise da legislação.

A acção da Câmara foi decisiva para a criação da Biblioteca portuense: a 6 de Março de 1833 foi enviada uma representação da comissão municipal a D. Pedro pedindo “o estabelecimento de uma Livraria Publica” a que o Ministro do Reino respondeu favoravelmente (6 de Abril) referindo-se à biblioteca “que o mesmo senhor já havia resolvido crear”⁵⁵. À intenção da comissão em criar uma biblioteca, oferecendo-se para custear as despesas de manutenção da mesma, correspondeu desde o primeiro momento a aprovação de D. Pedro.

Luís Cabral chama a atenção para as figuras políticas de topo do novo regime que fruto do seu pensamento, e capacidade organizativa, contribuíram para a criação da Biblioteca. Destaque para a acção de Cândido José Xavier, Ministro do Reino, que referendou o decreto de criação da Biblioteca e que em 1832 encarregou Alexandre

⁵² Cf. CABRAL, Luís, coord. – Ob. cit., p. 13-14.

⁵³ De referir que esta constitui a mais antiga referência conhecida à Biblioteca do Porto. (Cf. CABRAL, Luís, coord. – Ob. cit., p.17).

⁵⁴ VALENTE, Vasco – Biblioteca Pública Municipal do Porto: novas achegas para a sua história. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto. Vol. I, fasc. III (Set. 1938), p. 450.

⁵⁵ Portaria do Ministério do Reino de 6 de Abril de 1833. (*Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde que assumiu a regencia em 3 de Março de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833*, 2.^a Série, Lisboa: Imprensa Nacional, 1836)

Herculano de trabalhar na livraria sequestrada ao Bispo do Porto; de Agostinho José Freire – ministro de diversas pastas que, influenciado pela necessidade de criar bibliotecas públicas no país, propôs a D. Pedro a criação da RBPP; e Manuel Gonçalves de Miranda, Prefeito da Província do Douro, que em Dezembro de 1833 encarregou o arquitecto da cidade, Joaquim da Costa Lima Sampaio, o 1.º bibliotecário, Diogo de Góis de Lara Andrade, e o 2.º bibliotecário, Alexandre Herculano, da vistoria do Convento de Santo António da Cidade para inteiramento das condições ali existentes com vista à instalação da Biblioteca⁵⁶.

Assim, e após análise da legislação e da cronologia que apresentamos em apêndice, fica claro que na altura da fundação da RBPP pelo decreto de 9 de Julho, para além da acção do Ministério do Reino e da Comissão Municipal do Porto, tinha havido já o envolvimento legislativo do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, do Ministério da Fazenda e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o que em certa medida demonstra que a RBPP e a gestão e salvaguarda dos fundos que nela foram incorporados foram alvo da atenção de várias entidades.

1.4. Proveniência, Recolha e Gestão dos Fundos Bibliográficos

O desejo do poder liberal de se apoderar do património bibliográfico das classes dominantes, para incorporação em massa nos depósitos do Estado, teve no caso particular da RBPP um importante marco histórico a 17 de Julho de 1832 com as portarias dos Ministérios dos Negócios Eclesiásticos e da Fazenda criando a “Comissão Administrativa dos Conventos Extintos ou Abandonados da Província do Douro” com o objectivo de “prover sobre a boa arrecadação e guarda das livrarias-alfayas e outros efeitos e bens pertencentes aos Conventos e Mosteiros desta Cidade, que foram abandonados pelos seus habitantes, assim como á conservação dos edifícios e administração dos referidos bens”⁵⁷.

Os fundos incorporados na RBPP poderiam ter adquirido uma maior expressão qualitativa se não fossem os roubos e furtos frequentes à época por todo o país:

⁵⁶ Cf. CABRAL, Luís – A Biblioteca Pública Municipal do Porto e as Publicações Periódicas. *Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição*. Lisboa. Vol. 26 (2010) p. 621-622.

⁵⁷ CABRAL, Luís, coord. – Ob.cit., p. 13.

“Maior já então seria o recheio se no transporte dos livros incorporados dos conventos, e na mudança, da livraria do bispo Avelar e nas de outros particulares não se houvesse dado o extravio de bastantes volumes, e até de obras inteiras das colecções adquiridas [...] de sorte que quando mais tarde fez o governo aquisição onerosa da livraria do bispo Avelar, e de alguns particulares, já as collecções respectivas não estavam completas, embora como táes as pagasse.”⁵⁸

No caso português para além dos roubos e furtos de livros, durante o processo de recolha dos fundos, não sucedeu como no caso francês “actos de vandalismo iconoclasta ou de queimada inquisitorial contra as bibliotecas conventuais”. A inexistência de uma intervenção valorativa ou de uma discriminação dos fundos – preferindo livros “bons” em detrimento dos considerados nocivos pelo difusão da liturgia e cultura religiosa⁵⁹ – ajudou a minorar os efeitos nocivos da dispersão da documentação por diversos organismos estatais.

A criação no Porto de uma Comissão Administrativa, para recolha dos fundos à mercê do Estado, é similar ao caso de Lisboa onde foi criado um “Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos” traduzindo a ideia de que era um processo com um limite temporal e conseqüentemente a ser desenvolvido por uma instituição efémera⁶⁰. A Comissão Portuense com a criação da RBPP foi fundida nesta última que deu continuidade ao trabalho da Comissão⁶¹.

A acção da Comissão Administrativa ficou marcada pelas dificuldades conjunturais da época, de onde sobressaía a falta de meios materiais e humanos para arrecadar e organizar um acervo bibliográfico de grandiosas dimensões⁶². Numa tentativa de evitar o saque e a destruição do património recolhido, a Comissão recolheu, transportou e inventariou, muitas bibliotecas e cartórios que foram mais tarde incorporados na RBPP. Pela análise da legislação emitida no âmbito deste processo – de

⁵⁸ BARATA, Paulo – *Os livros...*(ob. cit.), p. 149.

⁵⁹ Cf. BARATA, Paulo J. S. – *As bibliotecas...*(ob. cit.), p. 47-48.

⁶⁰ Cf. BARATA, Paulo – *Os livros...*(ob. cit.), p. 122.

⁶¹ Dois exemplos da acção da RBPP na recolha do espólio bibliográfico incorporado na Biblioteca foram a acção de Alexandre Herculano em Santa Cruz de Coimbra e a transferência em 1842 dos livros dos conventos de Vila do Conde e de Azurara. (Cf. CRUZ, António – *Ob.cit.*, p. 16).

⁶² Vejam-se os ofícios de Diogo de Góis de Lara de Andrade, dirigidos a Cândido José Xavier, datados de 2 e 11 de Agosto de 1833, onde se referem as dificuldades de trabalhar num cenário de guerra.

transferência dos fundos recolhidos pela Comissão para a nova instituição criada de raiz para os custodiar – existe a preocupação de encontrar instalações que pudessem acondicionar um tão grande volume de livros obstando à “cobiça” de todos os que pretendiam obter parte do espólio perante um regime em “fase de legitimação e de afirmação, devedor de fidelidades antigas e tendo de satisfazer clientelas recentes”⁶³.

Na recolha das livrarias houve a preocupação de distinguir entre a documentação com um valor administrativo daquela que possuía um interesse histórico e cultural⁶⁴ e que assim era transferida para a RBPP. A qualidade da documentação impressa e manuscrita, pelo número dos volumes e importância das matérias neles versadas, fica patente se observarmos os catálogos e inventários que alcançaram os nossos dias⁶⁵.

A nível nacional, o processo de sequestro dos fundos documentais iniciou-se durante todo o ano de 1833 até ao mês de Janeiro de 1834 seguindo-se depois o processo oposto de restituição, que durou até meados da década de 40. A restituição dos fundos a miguelistas, recém-conversos ou aos seus herdeiros, era realizada no âmbito das medidas de apaziguamento e legitimação que o novo poder procurava alcançar. Quando não se verificava a devolução das bibliotecas sequestradas, como no caso da livraria do Bispo do Porto, o próprio Estado adquiria as mesmas mediante uma indemnização⁶⁶.

Relativamente à origem dos fundos documentais – incorporados na RBPP pelo decreto de 15 de Maio de 1833 (supressão de mosteiros, conventos e hospícios do clero regular), de 24 de Março (entrega ao 1.º Bibliotecário das livrarias dos conventos e mosteiros abandonados assim como dos miguelistas fugidos da cidade) e de 9 de Julho (fundação da RBMP) – constatamos que eram provenientes do clero regular, secular, e das bibliotecas particulares das personalidades consideradas “miguelistas”.

⁶³ BARATA, Paulo J. S. – As bibliotecas... (ob. cit.), p. 57.

⁶⁴ Cf. RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos: o acesso à informação no quadro de desenvolvimento dos arquivos em Portugal*. Porto: [Edição do Autor], 1998. pt.1, p. 28. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id06id131&sum=sim>>. O papel que tiveram os bibliotecários Alexandre Herculano e Diogo de Góis Lara de Andrade na recolha das livrarias conventuais, onde deram especial atenção aos volumes com interesse para o estudo da história e das ciências auxiliares seguidos de obras do domínio da literatura, exhibe implicitamente uma vontade de ir ao encontro dos interesses do novo leitor-utilizador da biblioteca (Cf. CRUZ, António – Ob.cit., p. 19).

⁶⁵ Neste ponto, e relativamente ao recenseamento realizado no arquivo administrativo da biblioteca, foram consultadas as seguintes obras: *Litígios Referentes às Livrarias Balsemão e Garret com o Município do Porto* (1852-1855), *Inventário de Livros Antigos* (1895-1905) e o *Inventário da Biblioteca Municipal do Porto* (1908-1909).

⁶⁶ Através de Paulo Barata somos informados que o regime liberal, após adquirir o impressionante acervo documental do Bispo do Porto, liquidou apenas 7 contos de réis (1844) dos 24 previstos na indemnização aos herdeiros (Cf. BARATA, Paulo – *Os livros...* (ob.cit.), p. 136 – 137).

Quando o novo poder, saído da guerra civil, ordenou a devolução das livrarias particulares aos legítimos proprietários, que tinham dado o seu apoio à causa miguelista, a RBPP ofereceu uma grande oposição já que as livrarias incorporadas constituíam “os acervos fundamentais da instituição, e uma eventual capitulação ou cedência podia pôr em causa a sua própria sobrevivência. Chega-se mesmo a brandir a bandeira do papel histórico da cidade do Porto na implantação do novo regime”⁶⁷.

A partir do Quadro 1 verificamos que os fundos das casas religiosas, extintas ou abandonadas, suplantavam os provenientes de particulares. Em termos espaciais os organismos produtores da documentação localizavam-se na Província do Entre Douro (e Minho – delimitação criada em 1832) subalternizada em 1835 pela divisão distrital em que o Porto era a capital do distrito com o mesmo nome. O “primeiro núcleo” da Biblioteca foi constituído pelos mais de 36 mil volumes impressos e cerca de 300 manuscritos⁶⁸ do Bispo D. João de Magalhães e Avelar – considerada à época a melhor livraria particular –, que abandonou a cidade quando da entrada do exército de D. Pedro IV.

Apesar dos fundos que foram incorporados na RBPP serem, fundamentalmente, originários do clero regular verificamos através do Quadro 2 que o distrito do Porto, no número total de conventos e mosteiros nele estabelecidos (36), ficava bem atrás da capital (146), de Évora (56) e de Coimbra (42) o que justifica a importância atribuída na época à livraria do Bispo Avelar pelo número de volumes impressos e manuscritos que possuía.

No decreto de fundação era estipulado que fosse entregue à RBPP um exemplar de toda e qualquer publicação impressa em território português, contribuindo assim para aumentar constante e progressivamente a existência das espécies bibliográficas desde o início arquivadas. Este privilégio – evidenciando o peso e o prestígio da cidade do Porto na implantação do novo regime – era partilhado com a Biblioteca Nacional de Lisboa tendo levado à constituição de importantes fundos. A existência de um procurador⁶⁹ em Lisboa que remetia as respectivas publicações foi importante para o cumprimento da lei.

⁶⁷ BARATA, Paulo – *Os livros...*(ob.cit.), p.136.

⁶⁸ Não há consenso para o número de volumes impressos que o Bispo Portuense possuía. As fontes variam no número: entre os 30 a 32 000 volumes assim como uma cifra que ultrapassa os 36 000 volumes. (Cf. BARATA, Paulo – *Os livros...*(ob.cit.), p 136).

⁶⁹ No arquivo administrativo temos a existência de um *Copiador* da correspondência com o Procurador em Lisboa (1856-1857) juntamente com um livro de *Próprias* (1856-1900)

Naquele decreto estipulava-se igualmente que “A Câmara Municipal, ouvindo o primeiro Bibliotecário, e de acordo com elle, ordenará a lista das Obras, que se julgar conveniente comprar para enriquecer o estabelecimento: para a aquisição destas obras e para as despesas ordinárias e eventuais destinará a Camara, pelo menos, huma soma anual de seis centos mil rs”⁷⁰.

Nos fundos incorporados constavam inúmeros duplicados que, segundo o decreto fundador, deveriam, por utilidade pública, ser doados e incorporados noutras instituições (Real Academia de Marinha e Comércio do Porto; Escola de Medicina e Cirurgia) que deles tirassem proveito. Esta estipulação, de doar os duplicados de obras incorporadas, iniciou uma longa tradição de doações que perdurou até ao início do século XX⁷¹.

**Quadro 1 Fundos documentais provenientes da cidade do Porto⁷²
(1832 – 1835)**

Clero	Particulares
Carmelitas (Carmelitas Descalços – Ordem Terceira de N. S. ^a do Carmo)	Visconde de Balsemão
Congregados (Congregação de S. Filipe Nery dos Clérigos Reformados do Oratório)	Alexandre Garrett
Lóios (Cónegos Seculares de S. João Evangelista)	Bento de Mena Falcão
St.º António da Cidade (Religiosos da Ordem de Santo António – Capuchos)	Aires Pinto
S. Bento da Vitória (Ordem de São Bento)	D. Margarida Teles da Silva
S. Domingos (Ordem de São Domingos)	Dr. Ferro
S. Francisco (Ordem de São Francisco)	“Pacheco”
S. João Novo	“Médico Almeida”
	Bispo do Porto, D. João de Magalhães e Avelar

⁷⁰ CABRAL, Luís, coord. – *Os livros...* (ob.cit.), p.23.

⁷¹ Cf. CABRAL, Luís, coord. – *Os livros...* (ob.cit.), p.24.

⁷² Muitas das bibliotecas, que inicialmente foram incorporadas na RBPP, provinham igualmente do exterior da cidade: Serra do Pilar, St.º António de Vale da Piedade, Congregação de Oliveira do Douro, Conceição de Matosinhos, Formiga, Paço de Sousa, Alpendurada, St.º Tirso, Vila do Conde (S. Francisco, Carmo, e St.º António de Azurara), Tibães, Vila da Feira (Cucujães e Lóios), e Santa Cruz de Coimbra. (CABRAL, Luís, coord. – *Biblioteca Pública...* (ob.cit.), p. 23).

(Eremitas de Santo Agostinho)
Congregação dos Padres Descalços de Santo Agostinho
S. João da Foz

Quadro 2
Número de conventos existentes em 1834
(por distrito)

Distrito	N.º de Conventos e Mosteiros
Aveiro	10
Beja	25
Braga	32
Bragança	15
Castelo Branco	11
Coimbra	42
Évora	56
Faro	22
Guarda	19
Leiria	20
Lisboa	146
Portalegre	25
Porto	36
Santarém	40
Viana do Castelo	25
Vila Real	9
Viseu	25
Total	558

Fonte: CABRAL, Luís; MEIRELES, Maria Adelaide – *Tesouros da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Lisboa : Edições Inapa, 1998, p. 13. ISBN 972-8387-13-X; BARATA, Paulo – *Os livros...*(ob.cit.), p. 379.

2. Evolução Orgânica da BPMP

2.1. A estrutura orgânica da BPMP no período de 1833 a 1899

Na análise da estrutura interna da Biblioteca, ao longo do século XIX (quadro 3), destacam-se quatro serviços: um “Gabinete de Manuscritos” formado por um número reduzido de códices⁷³ – 1.222 – de pouco valor e que em 1850 estavam ainda a ser alvo de classificação⁷⁴; uma “Oficina de Encadernações” referida num relatório do 1.º Bibliotecário em 1850 e no regulamento de 1856⁷⁵; uma Secretaria; e um “Serviço de Leitura Nocturna” previsto desde 1867 mas criado apenas em 1884 por deliberação da Câmara, na sequência de legislação geral para todas as bibliotecas⁷⁶, possibilitando a frequência da biblioteca pelas classes populares que durante as horas diurnas estavam ocupadas nas suas profissões.

Para a compreensão do contexto histórico que levou à criação de um “Gabinete de Manuscritos”, na Biblioteca, foi do maior interesse a leitura da introdução do “Catálogo dos Manuscritos”⁷⁷, escrito pelo director da BPMP, António Cruz, informando-nos que a RBPP, aquando da sua abertura ao público a 16 de Abril de 1842, possuía “uma preciosa colecção de manuscritos que sobe de 1.200 volumes”⁷⁸ estudados ou catalogados, na sua maior parte, pelo investigador Diogo Kopke ainda antes da instalação definitiva da Biblioteca no edifício de São Lázaro permitindo que esta fosse, possivelmente de entre todas as bibliotecas públicas portuguesas, a primeira a beneficiar da catalogação dos seus códices.

⁷³ Cf. GANDRA, João Nogueira – Ob. cit., p. 92.

⁷⁴ Cf. PINTO, Antero Albano da Silveira – 7.º Relatório da Real Bibliotheca Publica do Porto referido ao anno que decorre de 1850. *Biblioteca Portucalensis*. Porto. 2ª série. N.º 4 (1989) p. 152.

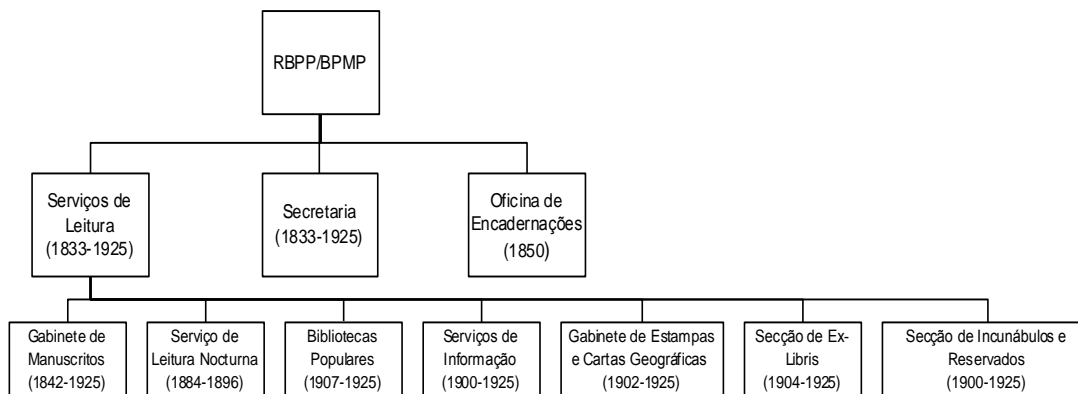
⁷⁵ O artigo 15.º refere a existência de uma oficina fora do edifício da Biblioteca para o trabalho de “encadernação e brochamento das obras”. *Registo do Regulamento Interino para a Real Bibliotheca Publica do Porto*. Livro 3º de Próprias do Arquivo da RBPP.

⁷⁶ Lei de 18 de Janeiro de 1883. O regulamento da leitura nocturna, elaborado pela Câmara a 17 de Outubro de 1884, estabelecia como principal objectivo para o novo serviço “proporcionar meios de instrucção às pessoas que durante as horas do dia estão ocupadas em seus mesteres e profissões, empregos públicos e particulares, não podendo frequentar a Biblioteca nas horas de abertura diurna” permitindo a “frequencia a pessoas que vem procurar “progresso intellectual e moral” (*Regulamento para a Leitura Nocturna*. Livro de Próprias da RBPP (Câmara) 1874 – 1899, doc. n.º 88).

⁷⁷ CRUZ, António – *Catálogo dos Manuscritos : códices n. 1225 a 1364*. Porto: BPMP, 1952. p. V-XXII.

⁷⁸ CRUZ, António – *Catálogo...*(ob. cit.), p. VI.

Quadro 3 – Estrutura orgânica da BPMP (1833–1925)



Fonte: *Registo do Regulamento Interino para a Real Biblioteca Publica do Porto*. Livro 3º de Próprias do Arquivo da RBPP 1833-1871; *Copiador. Câmara Municipal, 1898-1918*, f. 31v. – 104v.

O cuidado posto na recolha dos códices, e sua integração nos fundos da Biblioteca, foi confirmado pela numeração, e rubrica, atribuída pelos bibliotecários Diogo de Góis Lara de Andrade e Alexandre Herculano. Esta numeração foi incluída nos manuscritos recolhidos das ordens extintas destacando-se aqui, pelo volume e qualidade do seu acervo, o do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. O papel determinante daqueles dois bibliotecários é justificado por António Cruz pela atribuição de “qualidade e interesse à colecção de códices, organizando-a de maneira a preparar a sua futura catalogação”⁷⁹.

Das leituras dos relatórios anuais enviados pelo chefe do estabelecimento ao Ministério dos Negócios do Reino, constituído no decreto fundador de 9 de Julho de 1833 como Inspector da Biblioteca, são descritas dificuldades estruturais e conjunturais que limitavam e dificultavam o normal funcionamento dos serviços.

O 16.º relatório, escrito em 1859 pelo 1.º Bibliotecário Antero Albano da Silveira Pinto, relata pormenorizadamente todos os entraves que obstavam a um bom “desenvolvimento e regular administração”⁸⁰ da Biblioteca. O decreto fundador é descrito como uma lei cujas disposições criavam situações anómalas em termos de pessoal. Enquanto o governo intervinha na nomeação do 1.º e 2.º Bibliotecários o Município escolhia e nomeava os guarda-salas, juntamente com os restantes empregados, sem as necessárias habilitações literárias, e com ordenados abaixo do

⁷⁹ CRUZ, António – *Catálogo...* (ob. cit.), p. VII.

⁸⁰ PINTO, Antero Albano da Silveira – 16.º Relatório da Real Bibliotheca Publica do Porto. *Biblioteca Portucalensis*. Porto. 2ª Série. N.º 5 (1990) p. 155.

estabelecido pela lei, o que limitava a acção coerciva do director sobre o seu desempenho. A situação dos empregados punha em risco a “existencia diaria dos muitos mil volumes confiados á sua guarda e vigilancia, e sem que se possa tornar effectiva qualquer responsabilidade?”.

No aspecto material a lei, que obrigava a Câmara a aplicar determinada verba para a compra de obras, não era cumprida⁸¹ pondo em causa o aumento da frequência de leitores a quem não se ofereciam “obras modernas” reveladoras dos “progressos feitos nas Sciencias e artes industriaes”. Com excepção das aquisições feitas nas Vereações do Dr. José Pereira Reis e do Conde de Samodães a despesa da Câmara para com a Biblioteca era encarada pela primeira como um “onus improductivo” – atitude a que o 1.º Bibliotecário atribuía à existência na Vereação de “individuos analphabetos” sem a necessária sensibilidade cultural. A terminar é sugerida a mudança da Biblioteca para o “excellente edificio da Academia Polytechnica” pela sua localização central, próxima dos estabelecimentos de instrução superior com a sua população estudiosa, e pela segurança relativamente ao risco de fogos a que a Biblioteca estava sujeita pela partilha do edifício com a Academia de Belas Artes. A localização da Biblioteca, num arrabalde onde residia a “gente mais analphabeta da Cidade”, e horário de abertura ao público, em horas coincidentes com o horário de estudo e trabalho de grande parte da população, tornavam-se razões mais do que suficientes para a surpreendente sugestão de mudança que não se veio a concretizar⁸².

Em 1873 o mesmo 1.º Bibliotecário, Antero Albano da Silveira Pinto – descrevendo no 30º relatório as supracitadas insuficiências do estabelecimento – acusa o Ministério do Reino, inspector supremo da Biblioteca, de não executar o importantíssimo Regulamento Interno, a que estava obrigado pelo artigo 14.º do decreto de 9 de Julho de 1833, para melhorar o serviço da instituição. Este regulamento, para o qual o 1.º Bibliotecário já tinha contribuído em 1859, criando as bases de um regulamento provisório, era visto como essencial para definir os direitos e as funções do

⁸¹ Artigo 8.º do decreto de 9 de Julho de 1833 (Cf. PINTO, Antero Albano da Silveira – 16.º Relatório... (ob. cit.), p. 158-159.

⁸² Curiosamente o mesmo 1.º Bibliotecário num ofício de 1863, enviado ao Governador Civil do Porto, destaca a futura construção da estação de via férrea de Campanhã como um factor que levaria a cidade a expandir-se para aquele local favorecendo a localização da Biblioteca no antigo Convento de Santo António da cidade. (Cf. *Copiador. Diversas Autoridades*, 1841-1886, f. 79 v.).

bibliotecário e respectivos funcionários⁸³. O mesmo ajudaria também a definir melhor as obrigações dos poderes que tutelavam a biblioteca – Município e Ministério do Reino – que, em face dos constrangimentos e participações feitas pelo 1.º Bibliotecário, não tomavam as medidas necessárias para a resolução dos problemas:

“[...] a maior parte do que [...] representante da Bibliotheca hei requerido a uma ou a outro desses dous Poderes, tem sido recambiado como por uma especie de = vaivem = de um para o outro, ficando em definitiva por decidir e decretar e assim que d’onde devia sahir o progresso resultou o estacionamento!⁸⁴”

O “desleixo” e a falta de atenção do Ministério aos pedidos feitos pelo 1.º Bibliotecário levava a que este sugerisse, em tom algo cínico, a passagem da Biblioteca “plena e totalmente” para a administração do Município com a consequência irreversível disso “annular a bibliotheca e transformal’a em um mero armazem de livros” e sem o auxílio “dos fundos indispensaveis para os trabalhos de organização e bibliotheconomia propostos”⁸⁵.

A análise estatística incluída nos relatórios mostra-nos um aumento gradual da frequência de leitores, e das obras lidas, durante a direcção de Antero Albano da Silveira Pinto (1844-1885) e de Eduardo Allen (1885-1899). As medidas concretizadas por estas duas direcções explicam o aumento de afluência aos serviços de leitura: conclusão de um 3º salão de leitura com a disponibilização de 20 mil volumes ao público (1863); leilões de obras duplicadas possibilitando, com os lucros obtidos, a obtenção de obras modernas (1864-1866)⁸⁶; publicação de catálogos gerais de obras impressas e a edição de um “suplemento geral” relativo a obras compradas e ofertadas (1868); publicação de um índice de manuscritos (1879-1896); abertura de um serviço de leitura nocturna (1884); equipamento da oficina de encadernações (1885).

⁸³ Cf. PINTO, Antero Albano da Silveira – 30.º Relatório da Real Bibliotheca Publica do Porto. *Bibliotheca Portucalensis*. Porto. 2ª Série. N.º 6 (1991) p. 150.

⁸⁴ PINTO, Antero Albano da Silveira – 30.º Relatório... (ob. cit.), p. 149.

⁸⁵ PINTO, Antero Albano da Silveira – 30.º Relatório... (ob. cit.), p. 150.

⁸⁶ A portaria de 8 de Agosto de 1865 fez doação à Câmara do Porto, sem nenhum encargo, dos numerosos duplicados existentes no Depósito da Biblioteca (Cf. PINTO, Antero Albano da Silveira – 25.º Relatório da Real Bibliotheca Publica do Porto. *Bibliotheca Portucalensis*. 2ª Série. Porto. N.º 6 (1991) p. 125).

O maior cuidado posto na aquisição de obras modernas, encaradas como instrumentos “para facilitar o estudo profundo e único propicio das importantes sciencias que servem [...] de base a todo o movimento industrial [...] de tão manifesto alcance para o bem estar dos povos e para o completo desenvolvimento da civilisação do nosso Paiz”, articulou-se com a preocupação em exigir dos diversos governos o cumprimento da lei que obrigava a que cada tipografia e litografia do país entregasse um exemplar na RBPP de cada obra ou estampa publicada⁸⁷.

2.2. A estrutura orgânica da BPMP no período de 1900 a 1925

A direcção de Rocha Peixoto (1900–1909) revelou-se um marco importante por ter iniciado um ciclo de modernização⁸⁸ dos serviços da Biblioteca a que as direcções seguintes de Sampaio Bruno (1909-1915), João Grave (1915-1934) e Joaquim Costa (1934-1947) dariam continuidade. A sua direcção, num contexto geral de “crise” e “decadência” do regime monárquico com a falência do modelo económico e financeiro da Regeneração, ficaria marcada pela renovação de práticas e rotinas de funcionamento do estabelecimento – pormenorizadamente descritas nas cartas que regularmente enviava à Câmara Municipal⁸⁹.

Se tomarmos como referência a descrição que Rocha Peixoto faz do estado da RBPP no ofício-relatório apresentado, após a sua tomada de posse, ao Vereador do Pelouro Dr. Manuel de Sousa Avides, ficamos cientes dos obstáculos que diariamente dificultavam o bom funcionamento dos serviços. A coabitação da RBPP e da Academia de Belas Artes (onde se incluía um salão para o Museu Municipal recém-reformado) no mesmo edifício levava a que este se revelasse insuficiente para albergar as entradas cada vez mais volumosas de livros, revistas e jornais, recebidos espontaneamente por oferta, adquiridos por uma verba própria, ou por requisição feita aos donos e gerentes dos estabelecimentos gráficos. Às espécies bibliográficas que diariamente davam entrada no estabelecimento juntavam-se os fundos já existentes constituídos por 200 mil volumes

⁸⁷ A Biblioteca organizava listas, umas contendo nomes e localizações de tipografias do Porto, Lisboa e Coimbra, e outras contendo títulos de jornais e revistas não recebidos, indicando volumes, partes, números ou meras faltas de folhas. (Cf. CABRAL, Luís – *A Biblioteca Pública Municipal do Porto e as Publicações Periódica* (ob.cit.), p. 625). Chegou a haver um Procurador da RBPP em Lisboa tendo-se criado em 1860 um regulamento para este serviço. (Cf. *Copiador. Diversas Autoridades*, 1841-1886, f. 48 v.-49).

⁸⁹ *Copiador. Câmara Municipal*, 1898-1918, f. 17-99 v.

montados, 2.000 códices manuscritos, duas centenas de incunábulos e outras preciosidades, levando a que a ocupação primordial dos funcionários dos vários serviços, fosse a desmontagem e a separação dos livros com o aproveitamento de corredores e nichos para a sua instalação. O “acanhamento” do espaço, impróprio para o “confinamento” de livros, levava à acumulação a monte nas prateleiras de 10 mil opúsculos e 20 mil volumes ignorados do público e dos próprios funcionários a quem era roubado tempo precioso para a “refundição” de catálogos⁹⁰.

Segundo o pensamento de Rocha Peixoto, as deficiências do funcionamento da RBPP – provocadas por normas de administração inadequadas, por inadiáveis trabalhos de expediente e por um serviço permanente de requisições onde se incluía o avultado número de publicações periódicas – impediam a realização de um inventário geral na medida em que sobrecarregavam o pessoal do quadro e o destacado de outras repartições da Câmara.

Na orgânica da RBPP (quadro 3) são criados, com Rocha Peixoto, quatro novos serviços – “Serviços de Informação” (1900), “Gabinete de Estampas e Cartas Geográficas” (1902), “Secção de *Ex-Libris*” (1904) e “Bibliotecas Populares” (1909) – reorganizando-se ainda a “Secção de Incunábulos e Reservados”.

O “Gabinete de Estampas”, projectado já sob a anterior direcção de Eduardo Allen (1885-1889), foi visto como um anexo indispensável para a Biblioteca pois possibilitava que o material bibliográfico, revelado pelos trabalhos de remodelação dos fundos existentes, pudesse ser reunido e sistematizado sendo acrescido das aquisições efectuadas⁹¹. Em 1903 surge a ideia de criar um Gabinete que possibilitasse a consulta das colecções cartográficas levando a que no projecto de regulamento interno de 1909, apresentado pelo bibliotecário João Grave, seja referida a existência de um “Gabinete para Estampas e Cartas Geográficas”⁹².

A criação de uma “Secção de *Ex-Libris*” ia de encontro a um acentuado movimento ex-librístico europeu e à intenção de organizar a colecção que a RBPP possuía. A assinatura da *Revista Ibérica de Ex-Libris*, possuidora de notícias e esclarecimentos úteis para a nova secção, a intenção de estabelecer relações de troca com os coleccionadores da Península e a deliberação de incluir uma coluna especial –

⁹⁰ Cf. *Copiador. Câmara Municipal*, f. 29.

⁹¹ Cf. *Copiador. Câmara Municipal*, f. 31 v.-32.

⁹² Cf. *Copiador. Câmara Municipal*, f. 104.

dos *ex-libris* encontrados ocasionalmente – nas folhas do inventário e catálogo geral, foram algumas das medidas descritas por Rocha Peixoto para beneficiar o novo serviço.

Em 1907 a RBPP colabora na organização e instalação de três “Bibliotecas Populares” municipais – Bonfim, Cedofeita, Foz⁹³ – encaminhando para as mesmas lotes de duplicados e planeando a aquisição de volumes possuídos de um fundo de ilustração geral⁹⁴, o que não deixa de ser surpreendente visto ter ocorrido três anos antes da chegada ao poder dos Republicanos, grandes impulsionadores deste tipo de bibliotecas.

O aparecimento daquele tipo de bibliotecas ia ao encontro da necessidade de fornecer às classes populares e mais humildes o acesso à cultura, com destaque para o livro didático e formativo, possuindo não só uma função de instrução mas também de moralização dos costumes⁹⁵. É importante notar que, no final da Monarquia e nos primeiros anos da República, as bibliotecas populares se dirigiam, essencialmente, a leitores adultos e trabalhadores (não podendo ser confundidas com bibliotecas infantis) razão pela qual funcionavam em horário nocturno e ofereciam um serviço de empréstimo domiciliário⁹⁶.

Com um funcionamento irregular, entre 1910 e 1920, a bibliografia consultada revela-nos a existência de sete pequenas bibliotecas populares: Bonfim, Campanhã, Santo Ildefonso, Sé, Aldoar, Cedofeita e Foz⁹⁷.

Beneficiando directamente o “Serviço de Leitura”, e o acesso eficiente à informação, foi implementada uma “nova disciplina de catalogação” levando à exibição de um catálogo por verbetes manuscritos aos leitores. Os verbetes eram dispostos alfabeticamente – pelo apelido dos autores – em maços representativos das oito classes em que se sistematizava a antiga classificação bibliográfica do estabelecimento. Desta forma as obras entradas eram catalogadas e imediatamente postas à disposição dos leitores através da consulta dos referidos verbetes.

⁹³ De dimensões físicas reduzidas, as do Bonfim e de Cedofeita estavam instaladas em edifícios de escolas primárias dando-lhes “visibilidade e [...] uma inserção favorável do ponto de vista educativo” e um “enquadramento de certa qualidade” por serem seus “encarregados” ou “conservadores” professores primários (CABRAL, Luís – Bibliotecas para os mais novos: Porto, 2ª metade do séc. XX. *Boletim Solta Palavra*. Porto. N.º 13/14 (2008) p. 38).

⁹⁴ Cf. *Copiador. Câmara Municipal*, f. 85 v.-86.

⁹⁵ Carlos Alberto Rebelo, citando Noel Richter, enquadra a criação das “Bibliotecas Populares” numa ideologia social que no final do século XIX rejeitava “todo o privilégio, toda a exclusão e segregação no acesso à informação e ao conhecimento” (REBELO, Carlos Alberto – *A Difusão da leitura pública: as bibliotecas populares: 1870-1910*. Porto: Campo das Letras, 2002, p.164. ISBN 972-610-495-5).

⁹⁶ Cf. REBELO, Carlos Alberto – *Ob. cit.*, p. 104.

⁹⁷ CABRAL, Luís – *Bibliotecas para os mais novos...* (ob. cit.), p. 38.

Iniciou-se ainda a publicação de um novo modelo de catálogos possuindo uma série de indicações bibliográficas suficientes sob o ponto de vista administrativo e como “verbas” de um índice de entradas. Estas indicações incluíam título da obra, autor, tradutor, lugar de impressão, tipografia, editor, edição, número de volumes, formato, data, marcação e classificação⁹⁸. Para o sistema de classificação dos livros foi elaborado e impresso um “Projecto de alterações na classificação” (1904) com o objectivo de evitar deficiências embaraçosas na integração no quadro classificativo de publicações cuja índole não tinha sido prevista⁹⁹. O novo sistema, agrupando e arrumando os livros por matérias, era descrito pelo oficial-conservador, José Alvarenga, como uma forma de aplicar “modernos principios de catalogação e com melhor resultado applicavel às necessidades d’esta Bibliotheca”.

Essencial para a modernização dos serviços foi a regulamentação dos serviços de leitura em 1903, identificando-se as categorias de pessoal e respectivas funções numa relação impressa (quadro 5), que o projecto de regulamento interno de 1909 confirmaria. De notar que a Biblioteca da Academia Real das Ciências, a Biblioteca Nacional de Lisboa e a Biblioteca Real de Madrid, foram, através das suas leis orgânicas, modelos de inspiração para a reforma da RBPP sendo referidos no texto introdutório do supramencionado regulamento.

Antes de concluir o ciclo de reformas, planeadas no consulado de Rocha Peixoto, cabe-nos referir aquela que reorganizou o arquivo histórico-administrativo¹⁰⁰ onde decorreu o estágio que possibilitou a criação do inventário que apresentamos em apêndice. A importância do arquivo para a administração da RBPP foi claramente compreendida por Rocha Peixoto tendo sido feito um inventário (1906), constituído por fichas manuscritas, dos livros que aquele possuía.

A tentativa de organização do arquivo ficou igualmente visível no regulamento de 1909, no seu artigo 25.º sobre a composição do arquivo da secretária, enumerando os livros reconhecidos como sendo fundamentais para uma gestão moderna da

⁹⁸ Cf. *Copiador. Câmara Municipal*, f. 33 v.-34.

⁹⁹ Cf. *Copiador. Câmara Municipal*, f. 51 v.-52.

¹⁰⁰ É importante notar que, da documentação que consultámos, a primeira referência ao arquivo da Biblioteca surge num ofício de 26 de Outubro de 1840, enviado ao Ministério do Reino, onde se menciona a existência no “Archivo desta Bibliotheca” de duas relações de livros que foram entregues à Academia Politécnica em 1836 e à Escola Médico-Cirúrgica em 1837 (*Copiador*, 1833-1841). Duas décadas mais tarde, a 6 de Março de 1860, num ofício enviado a José Maria de Abreu (Director Geral da Instrução Pública) o 1.º Bibliotecário faz alusão à organização definitiva e metódica do arquivo realizada “há alguns anos a esta parte” (Cf. *Copiador. Diversas Autoridades*, 1841-1886, f. 50 v.).

organização: “maços de officios e correspondência recebida (próprias)”, “copiador de correspondência”, “livro de estatística mensal”, “livro de assinaturas dos visitantes e leitores”, “livro de talões dos recibos passados às tipografias e litografias” (obrigadas por lei a entregar exemplares das suas impressões na Biblioteca), “Inventário de toda a mobília e objectos da Biblioteca e de todos os livros do Arquivo e maços de documentos”, “livro de registo cronológico de entrada de todas as obras, livros, folhetos e publicações” (de qualquer natureza adquiridas pela Biblioteca por compra, doação ou troca autorizada pela câmara), “livro de registo do movimento da encadernação”, “livro das despesas com contas pagas pela Biblioteca”, “livro de registo dos emprêstimos de livros ordenados pela Biblioteca” e por último “todos os outros livros que a prática dos serviços demonstre necessários”.

Quadro 4 - Projecto de alterações na classificação (1904)

Real Bibliotheca Publica Municipal do Porto		
Projecto de alterações na classificação		
<p>I—SCIENCIAS MATHEMATICAS</p> <p>Mathematicas puras Mechanica Astronomia Cartographia Nautica e Aeronautica Arto militar Engenharia Applicções diversas Tratados geraes Revistas Varia</p> <p>II—BELLAS-ARTES</p> <p>Arto Arto applicada Historia e critica de arto Photographia Museus e Exposições Revistas Varia</p> <p>III—INDUSTRIAS</p> <p>Technologia industrial Officios Historia e economia industrial Obras geraes Revistas Varia</p> <p>IV—SCIENCIAS PHYSICO-NATURAES</p> <p>Physica Chimica Mineralogia Geologia Botanica Zoologia Anthropologia Biologia Medicina Cirurgia Pharmacia Metallurgia Agricultura Aquicultura Zootechnia</p>	<p>Sciencias accessorias Applicções diversas Obras geraes Revistas Varia</p> <p>V—RELIGIÕES</p> <p>Catholica Não catholicas Revistas Varia —Sciencias occultas</p> <p>VI—SCIENCIAS PHILOSOPHICAS E SOCIAES</p> <p>Philosophia Moral Sociologia Politica Economia Administração Finanças Commercio Estadistica Legislação e Jurisprudencia Educação e Ensino Exercícios corporales e hygienicos Caça e Pesca Divertimentos o passatempos Obras geraes Revistas Varia</p> <p>VII—SCIENCIAS HISTORICAS E GEOGRAPHICAS</p> <p>Archeologia Epigraphia Numismatica Ethnologia e Ethnographia Folk-lore Genealogia Chronologia Geographia geral Chorographia Colonias portuguezas Viagens — Guias Historia geral</p>	<p>Historia nacional Biographia Philosophia da Historia Revistas Varia</p> <p>VIII—LITTERATURA</p> <p>Linguistica Philologia Historia e philosophia da litteratura Romance — Contos Verso Theatro Rhetorica Eloquencia Revistas Varia</p> <p>IX—POLYGRAPHIA</p> <p>Polygraphos Epistolographos Diccionarios Encyclopedias Revistas Annuarios Almanachs Museus e collecções Exposições Miscellanens</p> <p>X—BIBLIOLOGIA</p> <p>Bibliologia Bibliographia Biblioeconomia Catalogos Curiosidades typographicas Reproduções —Diplomatica —Paleographia Varia</p> <p>XI—INCUNABULOS E RESERVADOS</p> <p>XII—MANUSCRIPTOS</p> <p>XIII—GABINETE CARTOGRAPHICO</p> <p>XIV—GABINETE DE ESTAMPAS</p>

Fonte: Real Biblioteca Pública Municipal do Porto — *Impressos usados pela Bibliotheca do Porto*, 1906.

O recenseamento do arquivo administrativo permitiu-nos confirmar a existência não só dos livros enumerados no regulamento de 1909 mas também dos que constavam nas referidas fichas do inventário de 1906. Este inventário revelou-se um importante instrumento de trabalho, para a identificação das séries depositadas nas estantes do arquivo, por descrever livros que o mencionado artigo 25.º omite: um “Índice dos livros

de Próprias”, catálogos das várias classes, um “Caderno de romances” uma “Relação de duplicados” (1838), um livro com informações relativas a encadernadores (1857-1903), as “Obras offerecidas por intermedio do Ministério do Reino” (1851-1856) e “pelas typographias” (1883-1893), listas de remessas de várias tipografias (no período de 1839-1875 incluindo as de Lisboa e Porto), “Ponto dos empregados” (1897-1904), um “Livro de registo de publicações periodicas nacionaes” (sem data), um “Registo de compras em livreiros”, uma “coleção de impressos usados na Bibliotheca do Porto” (iniciado em 1906 consistiu no arquivamento dos impressos – não só dos mais antigos mas igualmente dos que estavam em uso – envolvidos na administração e funcionamento dos serviços: regulamentação, avisos e orientações para o público e funcionários, requisições, carimbos e *ex-libris*, etc.) e um “Livro de registo de actas de deliberações (1878-188?) entre outros.

Quadro 5 – Distribuição Interna das Categorias e Funções dos Funcionários (1903)

Real Bibliotheca Publica Municipal do Porto	
DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS	
<p>Bibliothecario. — Direcção e Administração geral dos serviços. — Correspondencia official. — Informações bibliographicas para o paiz e estrangeiro. — Direcção e organização uniforme dos catalogos geraes. — Catalogos especiaes. — Escolha e compra de publicações. — Inventario e Catalogo geral.</p>	<p>Amanuense...... Verbetagem, montagem e etiquetagem de almanachs, theses, relatorios, estatutos, regulamentos e catalogos. — Inventarios das respectivas estante. — Serviços de administração e expediente. — Copias e Próprias. — Registo de sahidas. — Serviço de encadernadores. — Serviço de leitura.</p>
<p>Conservador...... Verbetagem, montagem e etiquetagem das Secções VI, VII, IX e X. — Reservados. — Camoneana, Camilliana e especialidades similares. — Inventarios das respectivas estantes. — Inventario e Catalogo geral. — Serviço de entradas dos estabelecimentos graphicos officiaes. — Conservação do Archivo. — Presidencia da sala de leitura, por escala. — Superintendencia directa nos serviços do amanuense.....</p>	<p>Amanuense...... Estatistica. — Quadro das novas entradas, no atrio. — Publicações periodicas nacionaes e estrangeiras; sua verbetagem, montagem e etiquetagem. — Etiquetagem e escripturação geral do Museu. — Serviço de leitura.</p>
<p>Conservador...... Verbetagem, montagem e etiquetagem das Secções II, III e VIII. — Manuscriptos e Cartas geographicas. — Inventarios das respectivas estantes. — Inventario e Catalogo geral. — Gabinete de Estampas. — Presidencia da sala de leitura, por escala. — Superintendencia directa nos serviços do amanuense.....</p>	<p>Amanuense...... Registo geral de entradas. — Registo de ofertas. — Serviço geral de requisições. — Serviço de leitura.</p>
<p>Conservador...... Verbetagem, montagem e etiquetagem das Secções I, IV e V. — Incunabulos, Miscellaneas de todas as secções e Papeis soltos. — Inventario das respectivas estantes. — Inventario e Catalogo geral. — Presidencia da sala de leitura, por escala. — Superintendencia directa nos serviços do amanuense.....</p>	<p>Contínuo. — Serviço de leitura. — Arrumação de livros. — Reclamação de jornaes em falta. — Policia da sala. — Fiscalisação dos serviços commettidos ao pessoal menor.</p>
	<p>Serventes. — Limpeza geral e interna das salas e suas dependencias, do mobiliario e dos livros. — Arrumação dos volumes. — Policia das salas. (Um dos serventes é principalmente occupado no serviço externo, e outro no Vestuario e vigilancia de entradas e sahidas).</p>
<p>O Veredor do Pelouro, A. M. E. Mendes Correia.</p>	<p>O Bibliothecario, A. A. da Rocha Peixoto.</p>

Fonte: Real Biblioteca Pública Municipal do Porto – *Impressos usados pela Bibliotheca do Porto*, 1906.

Analisando a evolução da estrutura da Câmara Municipal do Porto (ver apêndices), ao longo do século XIX, verificamos que a Biblioteca surge nela como 11.^a

repartição¹⁰¹ em 1891 para um ano mais tarde¹⁰² surgir integrada na 3.ª secção da 1.ª repartição (secretaria). Já no século XX, em 1910, a Biblioteca, a par do Museu Municipal, é constituída como um serviço independente, objecto de uma organização especial¹⁰³.

Podemos supor que a autonomia concedida à Biblioteca em 1910 – com uma organização e um estatuto específico na orgânica do Município – surgia como uma forma de facilitar o funcionamento interno do estabelecimento. Esta nova organização, prevendo a existência de um “Director da Biblioteca e Museu”, estava ainda por aplicar em 1919¹⁰⁴, o que não obsteu a que neste mesmo ano¹⁰⁵ aquele cargo fosse desdobrado em funções diferentes criando-se o lugar de “Director de Museu” permitindo que o “Director da Biblioteca” interferisse apenas no serviço do estabelecimento.

2.3. A estrutura orgânica da BPMP no período de 1925 a 1947

Após a acção modernizadora de Rocha Peixoto, surgiu em 1925 uma primeira proposta de reorganização dos serviços (quadro 6) dividindo a biblioteca em “Biblioteca Erudita” e “Biblioteca Popular”, reactivando o serviço de leitura nocturna, e prevendo a existência de “Bibliotecas Móveis” e “Bibliotecas Infantis”. Esta proposta foi substituída em 1926 (quadro 7) por uma nova proposta (aprovada pela Comissão Executiva da Câmara a 18 de Fevereiro e pelo Senado Municipal em 19 de Maio), onde se destacavam os “Serviços Técnicos” e os “Serviços de Bibliotecas Populares”, fundindo-se numa só entidade os “Serviços Administrativos e de Leitura”.

O serviço de “Bibliotecas Populares” previa a instalação de uma no “Bairro Oriental” e outra no “Bairro Ocidental”, com leitura diurna e nocturna, possuindo colecções bibliográficas iniciais de 20 a 30 mil volumes “rigorosamente seleccionados e adquiridos expressamente para esse fim”.

¹⁰¹ Arquivo Histórico Municipal do Porto – Livro do Cofre.

¹⁰² Arquivo Histórico Municipal do Porto – Livro do Cofre.

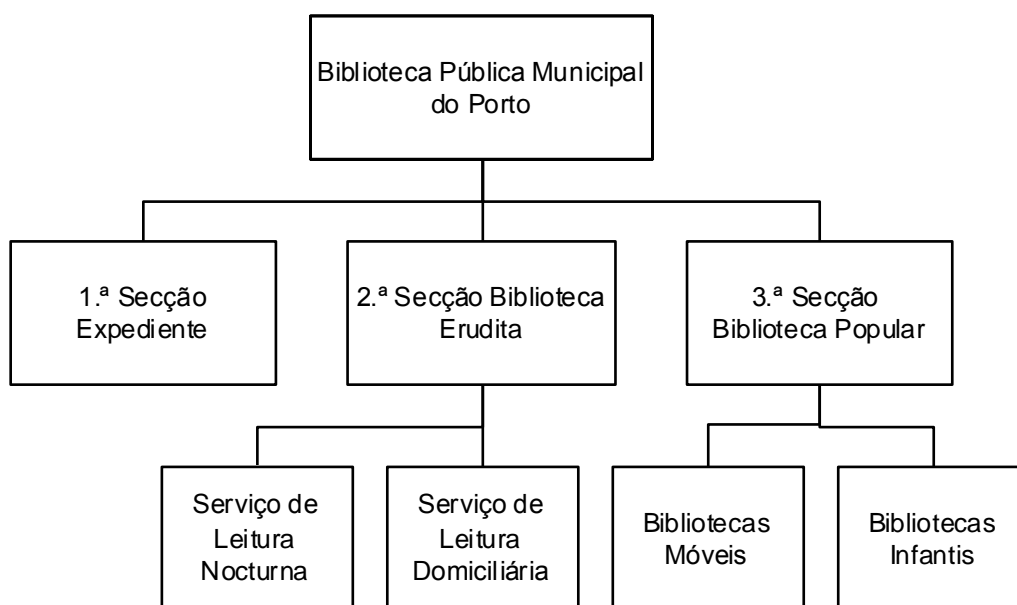
¹⁰³ *Plano de reorganização do quadro do pessoal da Camara Municipal do Porto e remodelação dos respectivos serviços aprovado pelo Ministério do Interior a 31 de Dezembro de 1910.*

¹⁰⁴ Acta da Sessão Camarária de 3 de Julho de 1919 fl. 5-6 - AHMP.

¹⁰⁵ Sessão Camarária de 22 de Maio de 1919

As secções seriam “tanto quanto possível variadas de livros infantis, de literatura amena, vulgarização científica e de educação artística, moral e profissional”¹⁰⁶ sendo a sua aquisição da “exclusiva competência da Direcção”, proibindo-se o “desvio” das obras entradas na BPMP, por oferta ou em face das determinações da lei, para as secções populares. Houve ainda o cuidado de prever uma “organização especial”, para as ditas bibliotecas, que seria mais tarde apresentada à aprovação da Câmara¹⁰⁷.

Quadro 6 – Estrutura orgânica da BPMP (1925–1926)



Fonte: *Proposta de Reorganização dos Serviços*. Livro 16.º de Próprias (Vários) do Arquivo da BPMP, 1924-1926 p.1-4

Apesar do projecto acima descrito, as duas “Bibliotecas Populares” não seriam criadas devido à importância e dimensão da Biblioteca de São Lázaro, impedindo que os indispensáveis recursos humanos, financeiros e materiais, pudessem ser canalizados para aquelas¹⁰⁸.

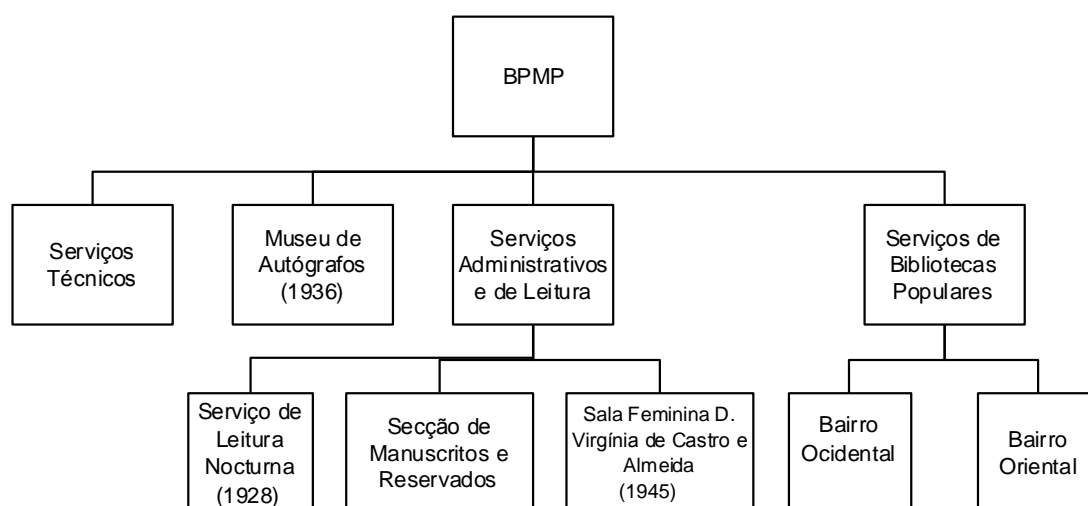
¹⁰⁶ CABRAL, Luís – A leitura para crianças e jovens na Biblioteca Pública Municipal do Porto, durante a primeira metade do séc. XX. *Boletim Solta Palavra*. Porto. N.º 3 (2003) p. 23.

¹⁰⁷ *Regulamento para a Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Livro 16.º de Próprias (Vários) 1924-1926, do Arquivo da BPMP.

¹⁰⁸ O que não impediu o funcionamento posterior de cinco bibliotecas populares: Cedofeita, Sto. Ildefonso e Massarelos (1937), Foz (1941) e a Biblioteca Popular de Pedro Ivo (1948). (Cf. CABRAL, Luís – *Bibliotecas para os mais novos...* (ob. cit.) p. 38).

Para melhor compreendermos a criação de um “Serviço de Bibliotecas Populares”, incluindo um serviço de “Bibliotecas Móveis” e “Infantis”, temos que levar em conta o aumento das iniciativas a favor da criação de novas bibliotecas populares após 1911 num “movimento de difusão da leitura pública [...] em grande medida consequência da publicação do Decreto de 18 de Março de 1911, que reorganiza os «serviços» de Bibliotecas e Arquivos Nacionais”. O investigador Carlos Alberto Rebelo, sublinhando a importância daquele decreto, destaca como consequências do mesmo a “criação de uma secção popular na Biblioteca Nacional” e a obrigação de todas as Câmaras Municipais em criar “bibliotecas populares (recuperando assim os propósitos do Decreto de 2 de Agosto de 1879) [...] estipulando ainda a criação de bibliotecas móveis, que ficariam na dependência das bibliotecas populares”¹⁰⁹.

Quadro 7 – Estrutura orgânica da BPMP (1926–1947)



Fontes: *Regulamento para a Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Livro 16.º de Próprias (Vários) 1924-1926 do Arquivo da BPMP; CABRAL, Luís, coord. – *Biblioteca...*(ob.cit.), p. 36-38; CABRAL, Luís – Artur de Magalhães Basto. *Biblioteca Portucalensis*. Porto. 2ª Série N.º 8/10 (1993-1995) p. 52-53.

Na organização da Biblioteca existia ainda uma secção de “Manuscritos e Reservados” dirigida entre 1934 e 1938 pelo historiador portuense Artur Magalhães Basto¹¹⁰, um “Museu de Autógrafos”, criado em 1936 por iniciativa do Director

¹⁰⁹ REBELO, Carlos Alberto – Ob. cit., p. 166

¹¹⁰ Dedicou-se ao estudo da cidade do Porto sendo considerado o fundador dos “Estudos Portuenses” como “disciplina” da História e da Cultura. Foi ainda responsável pela elaboração do *Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da BPMP* (1938) e do *Catálogo do Fundo Azevedo* tendo publicado com um estudo a *Relação ou Crónica breve dos Doze de Inglaterra* (manuscritos quinhentistas da BPMP) e a

Joaquim Costa¹¹¹, e um “Serviço de Leitura Nocturna” criado e regulamentado em 1928.

Um relatório (1932?) da BPMP enviado à Câmara revela-nos que com a criação da leitura nocturna os leitores tinham beneficiado de mais 3 horas de leitura o que, juntando às 6 horas da leitura diurna, possibilitava um aumento da “assiduidade” e “proveito” do público, tornando a Biblioteca “compatível com todas as profissões”. As estatísticas, segundo o dito relatório, confirmavam o aumento significativo dos leitores, como consequência directa da abertura do novo serviço: de 18.425 leitores em 1927 para 38.169 leitores em 1931¹¹².

Ausente ainda da orgânica exposta no quadro 7 (1926-1947) está o serviço de leitura de jornais e revistas criado pelo director Joaquim Costa após proposta apresentada em 1935 com as instalações a serem inauguradas, já na direcção de António Cruz, a 28 de Maio de 1948 (quadro 5) com o escritor Ramalho Ortigão escolhido como patrono da sala “Hemeroteca Ramalho Ortigão”¹¹³.

O decreto de 1833 que alargava à Biblioteca o Alvará de 12 de Setembro de 1805 – onde a mesma era dotada de um exemplar “de cada huma das Leis, Alvarás e qualquer outros Papeis Legaes, Conclusões, Jornaes, Gazetas, Correios, e mais Obras Periódicas” – constituiu-se como a primeira referência da importância dada às publicações periódicas na legislação. Durante todo o século XIX registou-se um aumento do interesse do público pelos periódicos que em face da especialização crescente do saber, e da rapidez com que surgiam as inovações, apresentava a vantagem de uma actualização permanente dos conhecimentos¹¹⁴.

À necessidade das bibliotecas em integrarem uma hemeroteca para os seus leitores respondeu, no caso da BPMP, o director Rocha Peixoto tomando as primeiras iniciativas de reorganização dos espaços destinados às publicações periódicas, surgindo as revistas individualizadas no projecto de alterações à classificação (quadro 4) e, na distribuição interna das funções dos funcionários de 1903 (quadro 5), identificavam-se

Crónica de Cinco Reis de Portugal, um inédito quatrocentista da BPMP (Cf. CABRAL, Luís – Artur de Magalhães Basto... (ob. cit.), p. 52-53).

¹¹¹ Presidente entre 1934 e 1947, procedeu à recolha e organização dos manuscritos, e outras peças do espólio de escritores e artistas, que a seu pedido foram doados à BPMP, vindo a constituir o “Museu de Autógrafos e Recordações de Escritores e Artistas” (CABRAL, Luís, coord. – Ob. cit., p.38).

¹¹² *Copiador de Cartas* 1933–1935.

¹¹³ Cf. CABRAL, Luís – A Biblioteca Pública Municipal do Porto e as Publicações Periódicas (ob. cit.) p. 627-628.

¹¹⁴ Cf. REBELO, Carlos Alberto – *Ob. cit.*, p. 165

as tarefas das “Publicações Periódicas nacionais e estrangeiras: sua verbetagem, montagem e etiquetagem” a que se juntava a “Reclamação de Jornais em falta”¹¹⁵.

Antecipando em poucos anos a criação da hemeroteca (1935) na BPMP ocorreu, em 1931, um momento legislativo que, pelas disposições que continha, reconheceu a importância e a especificidade da leitura de periódicos. O decreto de 27 de Junho previa, num contexto de reorganização geral das bibliotecas e arquivos, a criação de “salas públicas de jornais” num conceito que se aproximava das bibliotecas populares. Em 19 de Dezembro de 1931 um outro decreto revia o anterior, definindo o conceito de publicação periódica e fazendo subir para dez o número de exemplares sujeitos a depósito legal¹¹⁶.

A inauguração da Hemeroteca em 1948 foi ao encontro da urgência sentida na Biblioteca de possuir um espaço específico para a recolha, selecção, arquivo, montagem e leitura de jornais, permitindo que o serviço se realizasse nas condições indispensáveis para evitar extravios e deteriorações nas colecções e respectiva arrumação¹¹⁷.

Em 1926 a BPMP era dentro dos organismos municipais considerada como um estabelecimento autónomo, directa e imediatamente dependente da Comissão Executiva, nos termos do Decreto de 31 de Dezembro de 1910.

A criação das “Direcções de Serviços” levou a que, na organização dos serviços da Câmara de 1940, a BPMP estivesse incluída na “1ª Direcção dos Serviços Centrais e Culturais” como um serviço individualizado da 3ª Repartição¹¹⁸.

2.4. A estrutura orgânica da BPMP a partir de 1947

Em 1947, com o regulamento aprovado a 12 de Junho do mesmo ano, definiu-se uma nova estrutura orgânica para a BPMP¹¹⁹ que, apesar das alterações introduzidas

¹¹⁵ Cf. CABRAL, Luís – A Biblioteca Pública Municipal do Porto e as Publicações Periódicas (ob. cit.), p. 626-627.

¹¹⁶ Cf. CABRAL, Luís – A Biblioteca Pública Municipal do Porto e as Publicações Periódicas (ob. cit.), p. 624.

¹¹⁷ Cf. CRUZ, António – *Relatório do Director referente ao ano de 1945*. Porto: BPMP, 1945. p. 5 (apresentado ao Director dos Serviços Centrais e Culturais da Câmara).

¹¹⁸ *Organização dos Serviços não Municipalizados da CMP*. Sep. de: *Boletim Municipal*. Porto. N.º 245 (1940).

¹¹⁹ O regulamento, dividido em nove capítulos com 60 artigos, define a natureza e os fins do estabelecimento, a organização dos seus serviços, as normas de catalogação a observar, os deveres especiais de cada funcionário, as modalidades de leitura e os seus preceitos, e os critérios a seguir na compra das espécies, que de tal modo, venham a ser adquiridas. (Cf. *Regulamento Interno*. Offícios Expedidos. Porto: Biblioteca Municipal do Porto (1947) p. 13).

com o tempo nos serviços internos da biblioteca, não foi ainda formalmente substituída por um novo regulamento. Segundo o plano de actividades de 1948, o novo regulamento tornava-se essencial para substituir o anterior, datado de 1926, que se encontrava incompleto e desactualizado¹²⁰. A falta de um regulamento para a BPMP levava o Director Joaquim Costa, num relatório de 1945 enviado ao director dos Serviços Centrais e Culturais da Câmara, a apelar para que aquele documento fosse criado para a definição das competências e atribuições dos respectivos serviços. Sem o novo estatuto a direcção via-se na contingência de emitir ordens, escritas e verbais segundo princípios consuetudinários e de “bom senso”, que pudessem orientar e coordenar os serviços da Biblioteca cujos funcionários, pouco numerosos, ganhavam um “vulto desmedido, já por mercê do incremento observado na produção livresca portuguesa, já pelos aperfeiçoamentos sucessivos que veem sendo introduzidos na Biblioteconomia e sua técnica”¹²¹.

O texto regulamentar de 1947 acabaria por se tornar num instrumento essencial para resolver dois importantes desafios da altura: o aumento da afluência de leitores, provocado pelo alargamento do horário de leitura, e o alargamento do âmbito cultural do estabelecimento.

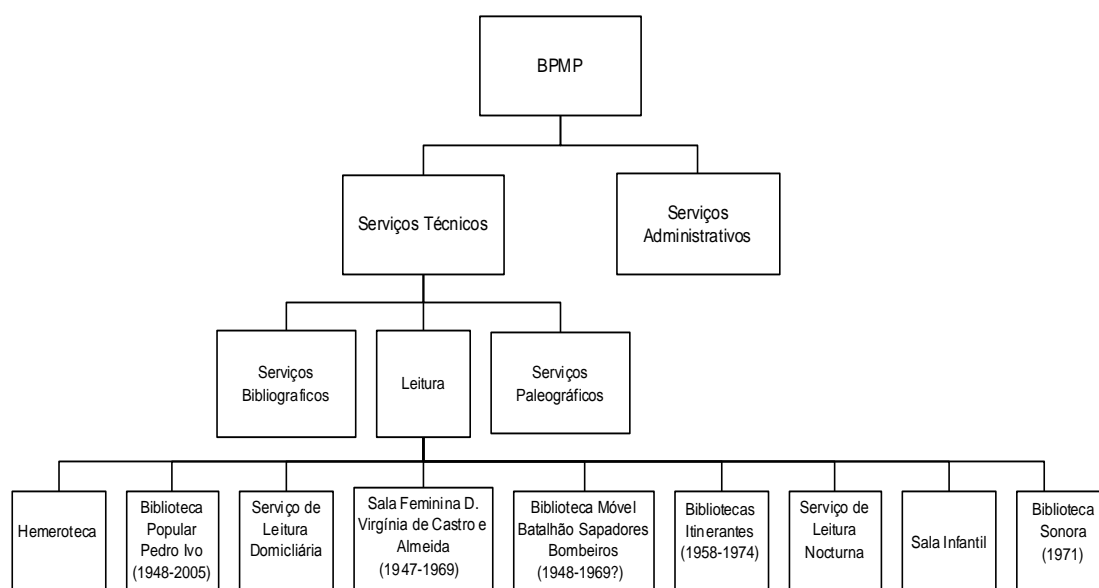
Duas facetas inteiramente novas na vida da BPMP continha o mesmo diploma: a instituição de um “Serviço de empréstimo” de livros e a organização de um “Conselho Técnico” assessor da Direcção. O novo serviço de empréstimo levou o director António Cruz a referir os possíveis prejuízos materiais, por furto ou perda das espécies emprestadas, que aquele poderia implicar devido à “impreparação” do público “mesmo daquele que se tem por instruído e educado, sabe Deus em que princípios e doutrinas”¹²².

¹²⁰ Cf. *Regulamento Interno...*(ob.cit.), p. 12.

¹²¹ Para além da preocupação com um novo regulamento, Joaquim Costa fazia alusão, de forma muitíssimo pertinente, às condições dramáticas em que o mundo de então vivia provocando nos “espíritos uma inquietação bem fácil de entender”. As preocupações de ordem moral e material dos funcionários da Biblioteca prejudicavam, desta forma, o bom funcionamento dos serviços: “Trabalhadores habitualmente dedicados, teem-se visto coagidos pelas dificuldades económicas a dispersar actividades na luta pela vida. Estes são necessariamente, factores nefastos aos serviços, pelas perturbações que determinam” (CRUZ, António – *Relatório do Director...*(ob.cit.) p. 1).

¹²² *Regulamento Interno...*(ob.cit.), p. 13.

Quadro 8 – Estrutura orgânica da BPMP (a partir de 1947)



Fontes: *Regulamento da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Separata do Boletim Municipal. Porto: CMP. N.º 594 (1947); CABRAL, Luís – *Bibliotecas para os mais novos...*(ob.cit.), p. 40-41; CABRAL, Luís – *A leitura...*(ob.cit.), p. 23-24.

Na orgânica definida em 1947, para além dos “Serviços Administrativos”, instituíram-se os “Serviços Técnicos” onde se incluíam os serviços “Bibliográficos” os de “Leitura” e os “Paleográficos”. Dependentes do “Serviço de Leitura” existiram quatro serviços que hoje se encontram extintos: a “Biblioteca Popular Pedro Ivo”¹²³ (1948-2005), e a “Sala Feminina D. Virgínia de Castro e Almeida” (1945-1969?), a “Biblioteca Móvel (1948-1969) e as “Bibliotecas Itinerantes” (1958-1974).

Com o final da década de quarenta há todo um esforço renovador na BPMP em que, para além do regulamento já citado, é instituída a primeira “Biblioteca Móvel”, destinada ao Batalhão de Sapadores Bombeiros (1948-1969)¹²⁴, culminando na década seguinte com a instalação de uma “Sala Infantil” (1954) e de duas “Bibliotecas Itinerantes” (1958-1974) com a missão de servir os bairros camarários. Houve neste

¹²³ Inaugurada em 1948 na direcção de Antonio Cruz, constituiu um serviço de referência no pós-guerra por ter sido das poucas bibliotecas populares que contou no Porto com um edifício projectado propositadamente para o efeito, no Jardim do Marquês. (Cf. CABRAL, Luís – *Bibliotecas para os mais novos...* (ob. cit.), p. 39).

¹²⁴ Sendo um serviço municipalizado com serviço de piquete, a ideia que presidiu à criação desta “Biblioteca Móvel” foi a de proporcionar aos funcionários uma forma “salutar de recriação, estudo e aprendizagem, durante os turnos de vigília [...] esperando-se que a simples curiosidade de ler desperte o interesse e este crie a necessidade intelectual de o fazer” (CRUZ, António – *Bibliotecas Móveis*. *Ofícios Expedidos*. Porto: BPMP (1963) p. 1).

período um interesse acrescido por aquilo que se passava lá fora em termos de bibliotecas sendo de reter o relatório elaborado em 1948¹²⁵, pelo Director António Cruz, por ocasião de uma visita aos Estados Unidos, onde é exposto um elenco de dezoito pontos – com o título de *Princípios baseados na técnica americana e que interessam à reforma das bibliotecas portuguesas* – expondo uma série de ideias influenciadoras da “política de irradiação cultural” empreendida pela BPMP.

As “Bibliotecas Móveis”¹²⁶ e “Itinerantes”, juntamente com o “Serviço de Empréstimo”, tornar-se-iam instrumentos de uma visão da Biblioteca cuja verdadeira função seria a de fazer circular os livros tornando-os acessíveis onde quer que o leitor se encontrasse, uma vez que era este que criava a utilidade do livro, contornando os inconvenientes das deslocações à BPMP com a observância de horários e perdas de tempo inevitáveis.

¹²⁵ CRUZ, António – *As Bibliotecas americanas: organização, funcionamento, ensinamento: relatório duma missão de estudo: relatório de uma missão de estudo*. Porto: BPMP, 1949. Sep. de: *Civitas*.

¹²⁶ A “Biblioteca Móvel” era constituída por uma simples caixa, tipo mala, com capacidade para transportar 80 a 100 volumes, a qual aberta funcionava como uma estante e, fechada, permitia o seu transporte, assegurando o bom acondicionamento dos volumes. A mais valia deste tipo de biblioteca residia, fundamentalmente, em ser constituída por um pequeno móvel, facilmente transportável, cuja instalação apenas exigia um espaço diminuto (Cf. CRUZ, António – *Bibliotecas Móveis*).

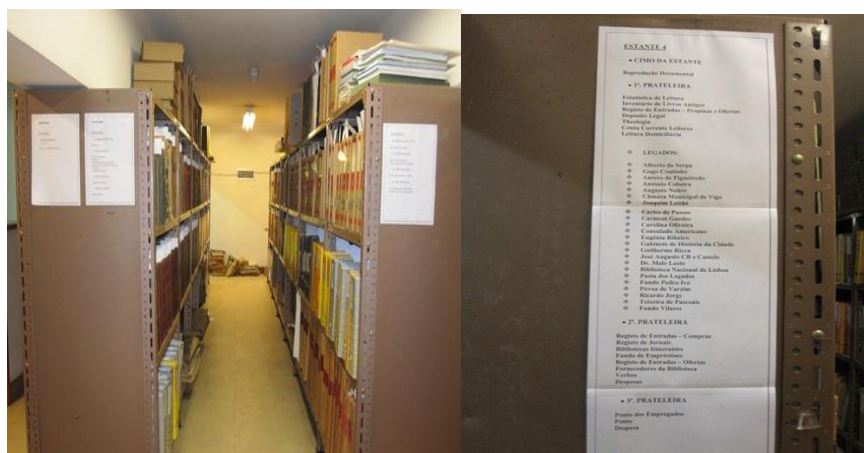
3 – Tratamento Documental

Antes de nos debruçarmos sobre o tratamento documental, realizado num período temporal de oito meses (Outubro a Abril de 2011), gostaríamos de iniciar este capítulo com uma breve caracterização do local onde decorreu o presente estágio.

Localizado no edifício da BPMP, mais precisamente no piso térreo - na mesma área onde se encontra a secretaria –, o arquivo tem uma dimensão não muito grande ocupando quatro estantes, cada uma com três prateleiras medindo de comprimento 5,42 m e de largura 60 cm, onde estão dispostas as unidades físicas segundo uma ordenação cronológica e sistemática.

Figura 1

Estantes do Arquivo Histórico-Administrativo da BPMP



O estado de conservação em que encontramos a documentação foi, genericamente, satisfatório. Foram em número reduzido as unidades físicas que encontramos em mau estado – possuindo manchas de humidade, lombadas rasgadas ou desfeitas e capas danificadas.

O tratamento documental englobou uma série de operações técnicas: a classificação, a descrição e a ordenação, com o recurso a uma aplicação informática (GISA). A execução destas operações, representando a informação

arquivística, possibilita a criação de instrumentos, que permitam, de forma eficaz, a recuperação da informação evitando o problema do “ruído”¹²⁷ ou do “silêncio”.

Figura 2

Estado de Conservação das Unidades Físicas



A classificação, operação-chave na organização de um arquivo¹²⁸, envolveu a realização de um estudo sobre a entidade produtora – a sua história, quadro legal e regulamentação – tornando, desta forma, visível dois factores que caracterizam o sistema de informação: a estrutura orgânica e a função serviço/uso¹²⁹.

A descrição, ao nível da série, foi realizada com o auxílio da ISAD(G) – “Norma Internacional de Descrição Arquivística”. As descrições das entidades produtoras da informação foram realizadas de acordo com a ISAAR(CPF) – “Norma Internacional para os Registos de Autoridade Arquivística, relativa a nomes de instituições, pessoas singulares e famílias”.

¹²⁷ Por “ruído” entende-se o número de documentos, não relevantes, recuperados a mais – levando a uma inútil perda de tempo no momento da pesquisa e na altura de consultar os documentos. (Cf. RIBEIRO, Fernanda – *Indexação...* (ob.cit.), p. 67

¹²⁸ Cf. RIBEIRO, Fernanda – *Indexação...* (ob.cit.), p. 9

¹²⁹ Cf. RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos: os instrumentos de acesso à informação*. Porto: [Edição do Autor], 1998. pt.2, p. 8. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7058>>.

Com a descrição, ao nível da série, podemos criar as representações dos documentos, expondo o contexto gerador da informação e possibilitando a sua posterior identificação e localização. Os dados obtidos com a classificação e a recolha da informação, dos conjuntos documentais do arquivo, permitiram-nos o preenchimento (total ou parcialmente, consoante a informação disponível) das sete zonas de informação descritiva da norma ISAD(G) – presentes no módulo “Unidades Informacionais” do GISA. As diferentes zonas e campos de descrição¹³⁰ são:

- (1) Zona da identificação (inclui a informação essencial para identificar a unidade de descrição).
- (2) Zona do contexto (inclui informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição)
- (3) Zona do conteúdo e estrutura (inclui informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição)
- (4) Zona das condições de acesso e de utilização (inclui informação sobre a acessibilidade/disponibilidade da unidade de descrição)
- (5) Zona da documentação associada (inclui informação sobre a documentação com uma relação importante com a unidade de descrição)
- (6) Zona das notas (destinada à informação especializada ou a toda a informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras zonas)
- (7) Zona do controlo da descrição (destinada à informação sobre como, quando e por quem, foi elaborada a descrição arquivística).

As zonas de descrição da ISAD(G) a que demos prioridade foram as da “identificação”, do “contexto” e do “conteúdo”.

Relativamente às descrições das entidades colectivas produtoras da documentação depositada no Arquivo Histórico-Administrativo, usamos as directivas presentes na norma ISAAR(CPF) para criarmos registos de autoridade arquivística no módulo “Controlo de Autoridade” do GISA.

As regras gerais presentes na ISAAR(GPF) descrevem o contexto de produção dos documentos, permitindo-nos identificar de forma precisa os produtores dos

¹³⁰ ISAD(G) – *Ob.cit.*, p. 11.

mesmos, levando-nos a identificar as funções e relações existentes entre as diferentes entidades que produziram a documentação.

A ISAAR(CPF) informa-nos de que muitos dos elementos descritivos, incluídos num registo de autoridade, podem ser usados como pontos de acesso – definidos por aquela como nomes, termos, palavras-chave, expressões ou códigos que podem ser usados para pesquisar, identificar e localizar a informação pretendida pelo utilizador. O nome do produtor da unidade de descrição é, precisamente, um dos mais importantes desses pontos de acesso.

No GISA preenchemos os elementos de descrição, indicados na norma ISAAR(CPF), para criação de um registo de autoridade. Aqueles elementos organizam-se em quatro áreas de informação¹³¹:

- (1) Área da Identificação (onde a informação tem como objectivo identificar a entidade que esta a ser descrita e definir pontos de acesso normalizados para o registo)
- (2) Área de Descrição (onde é incluída informação pertinente sobre a história, o contexto geral, as actividades e o enquadramento legal da entidade descrita)
- (3) Área das Relações (onde as relações com outras entidades colectivas são registadas e descritas)
- (4) Área de Controlo (onde o registo de autoridade é especificamente identificado com o registo de informação sobre como, quando e por qual instituição foi criado e mantido).

No tocante à ordenação e cotação, sendo operações com um carácter mais prático, as mesmas implicaram a atribuição inicial de uma cota numérica sequencial a todas as unidades físicas. Esta ordenação numérica, complementando e respeitando os critérios organizativos praticados pela entidade produtora, tornou possível um acesso mais rápido e eficiente à documentação ajudando, inicialmente, a minorar a falta de instrumentos de acesso à informação¹³². A importância da ordenação resulta de, através

¹³¹ ISAAR(CPF) – *Ob.cit.*, p. 14

¹³² A elaboração na Direcção de Rocha Peixoto, de um inventário das séries do arquivo Histórico-Administrativo, constituído por fichas manuscritas, a existência de um “Índice Alfabético do 1.º e 2.º Livro de Próprias” (1833-1873) e a presença de índices nas unidades físicas – com destaque para os livros dos ofícios expedidos (1937-2000) – constituíram-se como excepções daquela realidade. Relativamente à Biblioteca, o recenseamento efectuado revelou-nos a existência de um “Esboço de Inventário”, datado de 1872/1873, da documentação e número de volumes localizados em cada uma das estantes dos salões e gabinetes. Foi ainda elaborado um inventário manuscrito dos livros distribuídos por cada uma das estantes

dela, ficamos a conhecer as “características de cada série arquivística e da sua ordem original, com vista à aplicação de um método de ordenação adequado, caso seja necessário a reorganização dos fundos.”¹³³

Como resultado do recenseamento foram identificadas 1.514 unidades físicas em formas diversas – livros, maços, caixas e pastas – com técnicas de registo diferenciadas, manuscritas e impressas.

Para facilitar o recenseamento definimos previamente os elementos da unidade de descrição que seriam alvo da nossa atenção: o título (retirado das lombadas, capas dos livros ou folhas iniciais), o termo de abertura (existente nos livros que formam as séries e onde é indicada a função a que se destinam), os índices e a tipologia documental (verificando, no caso das séries, se existia uma unidade tipológica que pudesse favorecer a indexação).

O recenseamento permitiu-nos levar a cabo um processo de análise da documentação (“Copiador” e “Próprias”) que consideramos ser essencial – pela pertinência da informação de teor político-administrativa, cultural e histórica¹³⁴ – para melhor compreendermos o contexto histórico de criação da entidade produtora e da sua evolução orgânica até meados do século XX.

O 2.º capítulo deste relatório foi, em grande medida, o resultado daquele trabalho de análise documental, que, pela recolha de elementos legislativos e regulamentares que possibilitou, permitiu caracterizar e representar graficamente a estrutura orgânica da entidade produtora e, paralelamente, identificar as competências e funções dos vários órgãos/serviços integrados naquela estrutura.

O recenseamento, realizado ao nível das séries, em conjunto com a consulta da bibliografia sobre a BPMP permitiu-nos realizar o preenchimento no GISA do módulo “Controlo de autoridade” (contendo os campos da norma ISAAR(CPF) descritivos das entidades produtoras de informação da BPMP) e do módulo “Unidades informacionais” onde criamos a estrutura arquivística e inserimos, no nível documental, as unidades de descrição.

da sala de leitura – “Inventário de Livros Antigos” (1885-1905) – e um inventário geral da Biblioteca, iniciado pela direcção de Rocha Peixoto (1908-1909).

¹³³ RIBEIRO, Fernanda – *Indexação...* (ob.cit.), p. 9

¹³⁴ Incluem-se aqui os “Copiadores” e os livros de “Próprias” onde se encontram diversos ofícios e relatórios, enviados e recebidos, de diversas autoridades públicas como a Câmara Municipal, o Ministério do Reino, o Governo Civil do Porto e o Conselho Superior de Instrução Pública entre outros. A mencionada documentação abrange ainda os mapas estatísticos dos leitores e das obras catalogadas, a correspondência enviada a editoras, tipografias e instituições culturais nacionais e estrangeiras.

Relativamente à indexação, o GISA possui um campo específico, na descrição da documentação, que possibilita a introdução de termos de indexação para permitir a recuperação da informação de uma forma mais eficaz e precisa. Utilizamos a secção “Conteúdo” do módulo “Controlo de Autoridade”, disponibilizado pelo GISA, para criar registos de autoridade ideográficos, geográficos e onomásticos.

3.1. Construção de quadros de contexto da produção de informação.

Antes de nos debruçarmos sobre o uso que fizemos de uma aplicação informática, criada propositadamente para o tratamento automático da documentação de arquivos, pretendemos descrever o processo através do qual criamos os quadros de classificação que apresentamos em apêndice.

O objectivo da criação destes quadros foi representar a estrutura orgânica que gerou a informação, revelando os produtores ao longo dos tempos, permitindo, desta forma, um acesso à informação com respeito pelos princípios teóricos da proveniência e da ordem original. Com o quadro classificativo podemos igualmente complementar a informação que é recuperada através da indexação das séries descritas.

A construção dos quadros classificativos só foi possível depois do recenseamento das séries arquivísticas e do estudo orgânico-funcional da BPMP – com recurso à legislação e aos regulamentos internos que localizamos no arquivo – permitindo-nos conhecer a evolução e a complexidade, da estrutura organizacional. Esta investigação prévia é uma garantia de que aqueles quadros, enquanto instrumentos de acesso à informação, vão representar com rigor a realidade analisada.

Na organização do quadro de classificação está reflectida a estrutura arquivística, e a estrutura documental que previamente criámos no GISA. Os elementos identificativos que incluímos nos quadros classificativos foram os seguintes:

– o nome dos produtores da informação (representando os níveis orgânicos “Secção” e “Subsecção” criados no GISA), apresentados segundo as suas relações hierárquicas.

– um código parcial (alfa-numérico através do uso de letras maiúsculas e algarismos) para identificar, de forma clara e única, cada uma das entidades produtoras da informação.

SL Serviços de Leitura

1SE 1ª Secção Expediente

STEC Serviços Técnicos

LE Leitura

– um código de referência (formado pela junção dos vários códigos parciais) para identificar a unidade de descrição (documento ou conjunto de documentos) na estrutura do arquivo. O código de referência, e o número sequencial que o mesmo possui, são construídos automaticamente pelo GISA. A ordem de junção é descendente (do nível superior para o inferior) e as diferentes partes apresentam-se separadas por uma barra “/” ou por um hífen “-“ separando a “secção” da “subsecção”.

BPMP/BPMP/SL/51 Catálogo de Manuscritos (1836-1842)

BPMP/BPMP/1SE/57 [Correspondência da] Imprensa da Universidade de Coimbra (1840-1958)

BPMP/BPMP/STEC-LE/55 [Registo do] Serviço de Leitura Diurna (1934-2010)

– em cada um dos quadros classificativos incluímos, em cada uma das entidades produtoras, as datas de estabelecimento e de dissolução.

SL-BP Bibliotecas Populares (1907-1925)

No caso das entidades ainda em actividade optamos por colocar apenas a data do seu estabelecimento.

STEC-LE-BS Biblioteca Sonora (a partir de 1971)

– em todas as séries colocámos as datas da produção. Consoante a informação disponível registámos uma data única ou datas extremas. No caso da peça registámos a

data exacta de produção ou acumulação. Nas situações em que não conseguimos, ou tivemos dúvidas, no processo de identificar a(s) data(s) de produção – usamos um sinal gráfico de interrogação (?).

Caderno de Romances (190? – 190?)

Copiador Rápido (1893)

Próprias do Procurador da Câmara em Lisboa com Referência à Real Biblioteca Pública do Porto (1856-1900)

Registo de Correspondência (1964-2008)

– nos títulos das unidades de descrição seguimos as indicações da ISAD(G) e as “Regras Internas de Descrição”, do departamento municipal de arquivos da Câmara Municipal do Porto¹³⁵. O título foi registado por extenso, na forma como aparecia na fonte de informação principal, respeitando a redacção e a ordem natural das palavras, mas não a pontuação, as maiúsculas (usadas na primeira palavra do título e nos substantivos próprios), as abreviaturas (desdobradas) ou a ortografia antiga. A “adulteração” da exactidão do título teve como objectivo torná-lo, o mais possível, inteligível para os utilizadores dos quadros de classificação. Os títulos, ou parte de títulos, atribuídos¹³⁶ foram indicados dentro de parênteses rectos: [].

Inventário da Biblioteca Municipal do Porto

Livro de Próprias do Arquivo da Real Biblioteca Pública do Porto

Registo de pedidos [de empréstimos] de publicações novas e em falta

Copiador [da] Administração Central

[Relação das Espécies Bibliográficas do] Legado de D. Carolina José Dias de Castro Gonçalves de Oliveira.

Durante o processo de criação dos quadros classificativos, deparamo-nos com algumas dificuldades que acabaram por condicionar o nosso resultado final. A limitação que, em nossa opinião, maior impacto teve na organização dos quadros, foi a

¹³⁵ *Regras Internas de Descrição*. 2ª versão. Porto: Departamento Municipal de Arquivos da Câmara Municipal do Porto, 2009

¹³⁶ Os títulos atribuídos foram construídos a partir dos seguintes elementos: tipologia documental, função e actividade, produtor e assunto que esta na base da criação da série.

impossibilidade de inserir no código de referência, das unidades de descrição, um número sequencial fechado:

SL Serviços de Leitura

BPMP/BPMP/SL/01 Catálogo de manuscritos (1836-1842)

BPMP/BPMP/SL/02 [Registo da] frequência de leitores (1841-1934)

BPMP/BPMP/SL/03 [Livro de Registo dos] visitantes (1841-1947)

O código de referência, gerado automaticamente pelo GISA, não nos permitiu inserir manualmente o número que pretendíamos. Apenas ao nível da peça, o GISA permite que o utilizador introduza o código numérico que pretende.

Por outro lado, optámos por incluir, nos quadros de classificação, as unidades arquivísticas em que não conseguimos identificar documentação produzida pelas mesmas. A inexistência no arquivo de quadros regulamentares que permitissem identificar e descrever as funções e competências daquelas unidades e, em alguns casos, as dúvidas quanto ao seu funcionamento regular foram factores que impediram a identificação da informação que pudessem ter produzido/recebido.

Apesar das limitações acima identificadas parecem-nos evidentes as mais valias para os utilizadores, que resultam, do uso de um quadro de classificação para acesso à informação – apresentando com clareza, e numa sequência cronológica, a evolução da estrutura orgânica da entidade produtora da documentação.

O acesso à informação através de instrumentos de pesquisa de tipo cronológico, onomástico, ideográfico, geográfico/toponímico e topográfico, por não permitirem uma correspondência com a estrutura orgânica da entidade produtora, não devem ser usados em arquivos¹³⁷.

3.2. Organização e apresentação da informação com o programa “GISA”

Antes de apresentarmos, em pormenor, a forma como no GISA descrevemos as Entidades Produtoras e a documentação do Arquivo Histórico-Administrativo,

¹³⁷ Cf. RIBEIRO, Fernanda – *Indexação...* (ob.cit.), p. 17-18

gostaríamos de apresentar, abreviadamente, as principais características do GISA. São elas:

- a descrição da documentação de acordo com a ISAD(G)
- a abordagem sistémica da informação, contextualizando os documentos produzidos dentro da sua estrutura orgânica, segundo a ISAD(G)
- a descrição detalhada das entidades produtoras de informação, segundo a norma internacional ISAAR(CPF).
- a descrição de séries contínuas que foram produzidas por diferentes produtores ao longo do tempo.
- a criação de uma linguagem controlada para estabelecer a forma do nome e a identidade de uma entidade produtora, de um conteúdo ou de uma tipologia informacional, normalizando os pontos de acesso às unidades de descrição.
- a indexação de documentos recorrendo a uma linguagem controlada.

Relativamente à descrição da documentação no GISA, de acordo com a regra ISAD(G), foram criadas descrições “consistentes, apropriadas e autoexplicativas, facilitando a recuperação e a troca de informação sobre material arquivístico”. A descrição usada foi do tipo multinível, que vai do geral para as partes componentes, abrangendo a descrição de níveis estruturais (arquivo, secção e subsecção) e dos níveis documentais (séries e documentos).

Nos diferentes níveis, organizados numa estrutura arquivística, podem ser dadas informações quantitativas e qualitativas sobre o conteúdo informacional. Uma característica importante do GISA é a presença de campos estruturados, preenchidos com registos de autoridade e unidades físicas, de forma a ficarem normalizados para facilitarem a pesquisa. Os referidos campos¹³⁸ são:

- na “Zona da Identificação”, o campo “1.5. Dimensão” onde é possível associar uma ou mais “unidades físicas”.

¹³⁸ Cf. ParadigmaXis – Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo: manual de utilizador. [S.l.] ParadigmaXis, 2008, p. 20

- na “Zona das Condições de Acesso e Utilização”, o campo “4.4. Características físicas e requisitos técnicos” onde se inclui a forma de suporte e acondicionamento das unidades de descrição.
- na “Zona Contexto”, o campo “2.1. Entidade(s) produtora(s)” esta incluido um campo que possibilita associar várias Entidades Produtoras responsáveis pela produção de informação respeitante à unidade arquivística a ser descrita.
- na “Zona Conteúdo e Estrutura”, o campo “3.1. Tipo informacional” permite-nos inserir os tipos e os subtipos informacionais, da unidade de descrição, com registos de autoridade do tipo “Tipologia Informacional”.
- na zona da “Indexação”, um campo que não pertence à norma ISAD(G), introduzimos registos de autoridade do tipo “Conteúdo” (ideográficos, onomásticos ou geográficos).

Os campos acima indicados só puderam ser preenchidos após a criação prévia das unidades físicas (no módulo com o mesmo nome), e das entradas no módulo “Controlo de autoridade”.

Figura 3

O modo de pesquisa avançado das unidades informacionais

A abordagem sistémica da informação implicou a sua valorização – no contexto orgânico em que foi produzida – com a apresentação do quadro evolutivo da estrutura da entidade produtora, através de organogramas. Como ficou já exposto na introdução, do presente relatório, os fundamentos da teoria sistémica opõem-se a uma abordagem tradicional, na organização da informação, que assenta numa “perspectiva documental, patrimonial e estática, onde os níveis são temático-funcionais”¹³⁹.

Apesar do GISA admitir os dois tipos de abordagem é a sistémica que, no manual do utilizador, é aconselhada para a construção da estrutura arquivística.

A possibilidade de utilizarmos uma linguagem controlada, na criação de entradas no módulo “Controlo de autoridade”, permitiu normalizar os pontos de acesso a uma unidade de descrição – precavendo, assim, a ocorrência de “silêncios” ou “ruídos” nos resultados das pesquisas. As entradas do “Controlo de autoridade”, usados para preencher os campos estruturados de descrição dos níveis arquivísticos, classificam-se nas seguintes categorias¹⁴⁰:

- Entidades Produtoras, descritas segundo a norma ISAAR(CPF).
- Conteúdo, com as notícias de autoridade de tipo “ideográficos”, “onomásticos”, “nomes geográficos/topónimos”.
- Tipologias Informacionais.

3.2.1. Controlo de autoridade: descrição das Entidades Produtoras segundo a regra ISAAR(CPF)

No módulo “Controlo de Autoridade”, na opção “Entidade Produtora”, procedemos à criação e descrição – segundo a norma ISAAR(CPF) – das diversas Entidades da estrutura orgânica e respectivas relações. O referido módulo permitiu-nos construir a estrutura orgânica, com a respectiva criação e interligação dos diversos níveis orgânicos (do tipo “Arquivo”, “Secção” ou “Subsecção”) da BPMP ao longo dos tempos.

¹³⁹ ParadigmaXis – *Ob.cit.*, p. 17

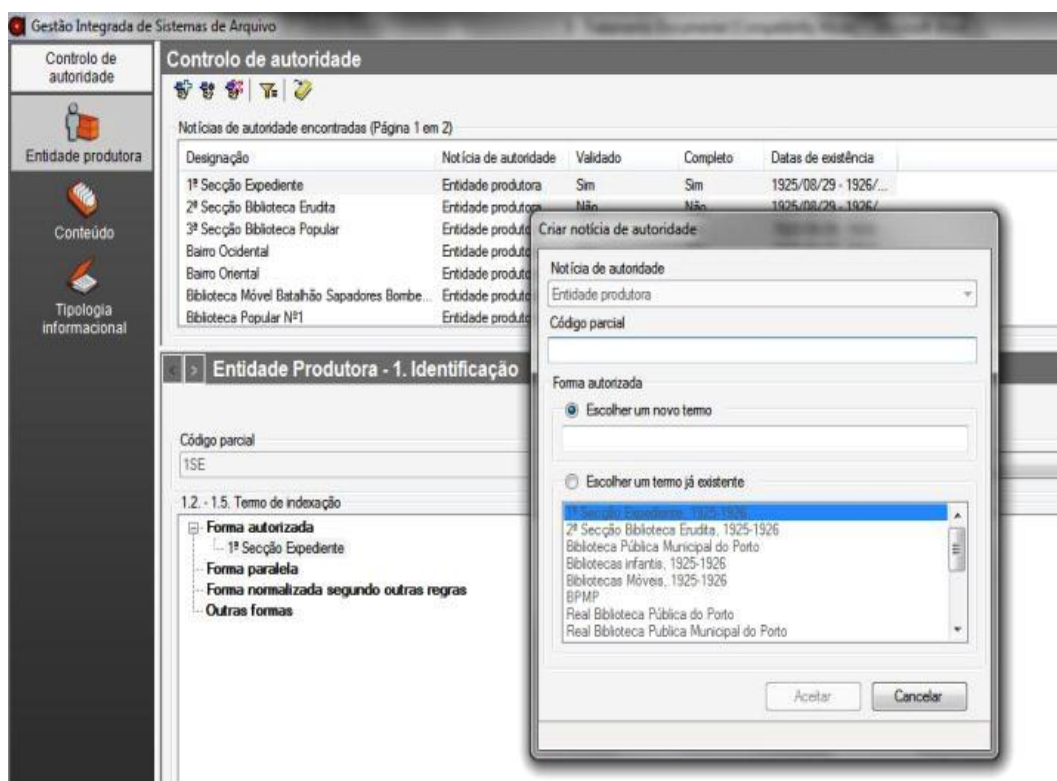
¹⁴⁰ ParadigmaXis – *Ob.cit.*, p. 21

Para a criação e descrição no GISA das Entidades Produtoras seguimos as indicações dadas pelo “Manual de utilizador”, juntamente com a já referida norma ISAAR(CPF).

Pela figura 4 vemos como o botão “Nova notícia de autoridade” leva à criação da Entidade Produtora, forçando a introdução obrigatória de um código único e de um termo autorizado, que deve também ser único. Na criação de uma nova Entidade Produtora, o GISA permite a introdução de um termo novo, ou a escolha de um termo existente na lista de termos. A lista de termos contém todos os termos (autorizados e não autorizados), usados nas notícias de autoridade¹⁴¹.

Figura 4

A criação de uma Entidade Produtora



Após a criação das Entidades Produtoras efectuamos, em GISA, o preenchimento das diferentes “Zonas de Informação”¹⁴² estabelecidas pela norma ISAAR(CPF):

1. Identificação

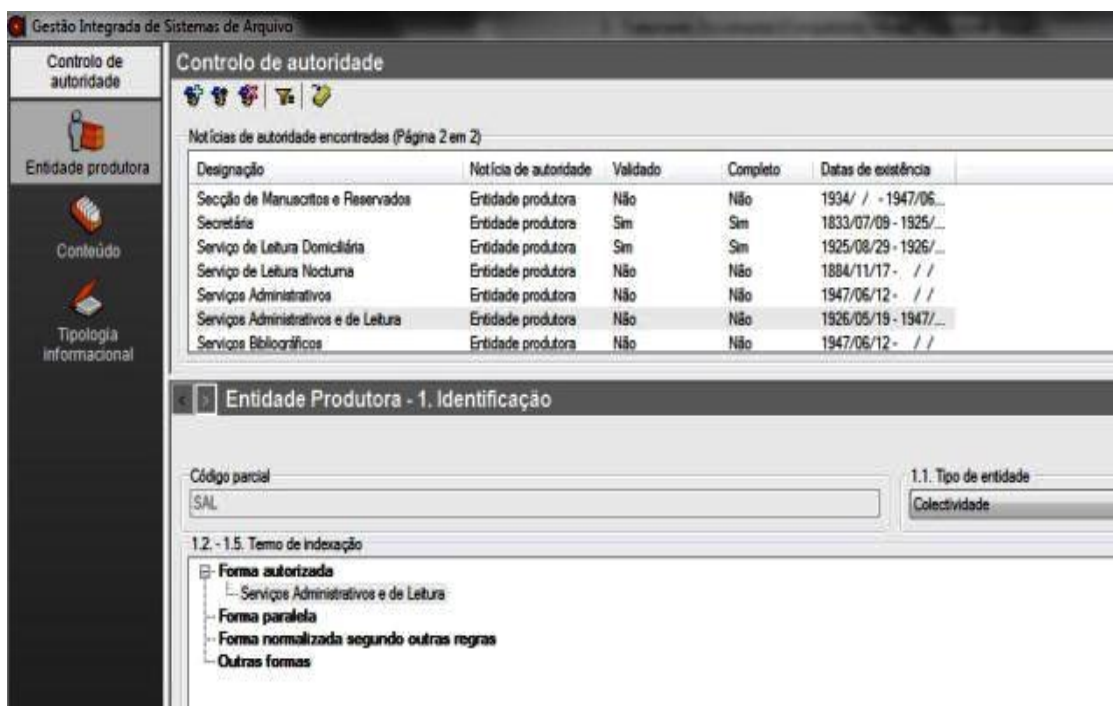
¹⁴¹ Cf. ParadigmaXis – *Ob.cit.*, p. 41-43

¹⁴² ISAAR(CPF) – *Ob.cit.*, p. 14

2. Descrição
3. Relações
4. Controlo de Descrição

Figura 5

Identificação de uma Entidade Produtora



Na zona da “Identificação” (figura 5) o termo usado na criação da Entidade Produtora aparece como forma autorizada, sendo que para além desta forma autorizada o GISA permitiu que inseríssemos outras formas (“paralela”¹⁴³, “normalizada segundo outras regras”¹⁴⁴ ou “outras formas”¹⁴⁵), que podem ser usadas como termo de Indexação. De referir ainda que, nesta primeira zona, o campo “Tipo de entidade” permitiu-nos inserir o item “Colectividade”. Assim, em face das características das Entidades Produtoras, não inserimos os outros itens possíveis – “Família” e “Pessoa”.

¹⁴³ Indica as variadas formas nas quais a forma autorizada do nome ocorre em outro(s) idiomas(s) ou forma(s) de escrita. (ISAAR(CPF) – *Ob.cit.*, p. 18).

¹⁴⁴ Indica formas normalizadas de nome para a entidade colectiva, de acordo com outras convenções ou regras, que não as usadas para a criar a forma autorizada do nome. (ISAAR(CPF) – *Ob.cit.*, p. 18).

¹⁴⁵ Indica qualquer (quaisquer) outro(s) nome(s) para a entidade colectiva, não usado(s) em nenhum outro lugar da “Zona de Identificação”. Aqui podem ser registados os acrónimos e as mudanças de nome ao longo do tempo, com as respectivas datas. (ISAAR(CPF) – *Ob.cit.*, p. 19).

Após a identificação da Entidade Produtora, preenchemos os diversos campos da zona “Descrição”¹⁴⁶:

- datas de existência (inserimos as datas de estabelecimento/fundação/legislação sobre competências e de dissolução).
- história (registamos, de forma narrativa, os principais eventos, actividades, realizações e funções da entidade descrita).
- zona geográfica (identificamos os locais, ou as jurisdições predominantes, onde as entidades estiveram sediadas).
- estatuto legal (indicamos o estatuto legal da colectividade).
- funções, ocupações e actividades (registamos as funções, ocupações e actividades desenvolvidas pela entidade descrita, juntamente com as respectivas datas).
- enquadramento legal (registamos a legislação ou textos normativos que funcionaram como fonte de autoridade para os poderes, funções ou responsabilidades, da colectividade).
- contexto geral (fornecemos informação, pertinente, sobre o contexto geral social, cultural, económico, político e/ou histórico no qual a colectividade desenvolveu a sua actividade).
- outra informação relevante (neste campo, que não é indicado pela norma ISAAR(CPF), registamos a informação que não se enquadrava em mais nenhum campo).

De notar que, na zona da “Descrição”, houve um campo –a “Estrutura Interna”– cujo preenchimento não efectuamos. A norma ISAAR(CPF) manda registar neste campo, para além da estrutura interna da Entidade Produtora, as datas de qualquer mudança nesta estrutura, chegando a sugerir o uso de organigramas. Por já termos incluído, no capítulo 2 do presente relatório, os organigramas representando a evolução orgânica da Entidade Produtora – a BPMP – achamos desnecessário o preenchimento daquele mesmo campo.

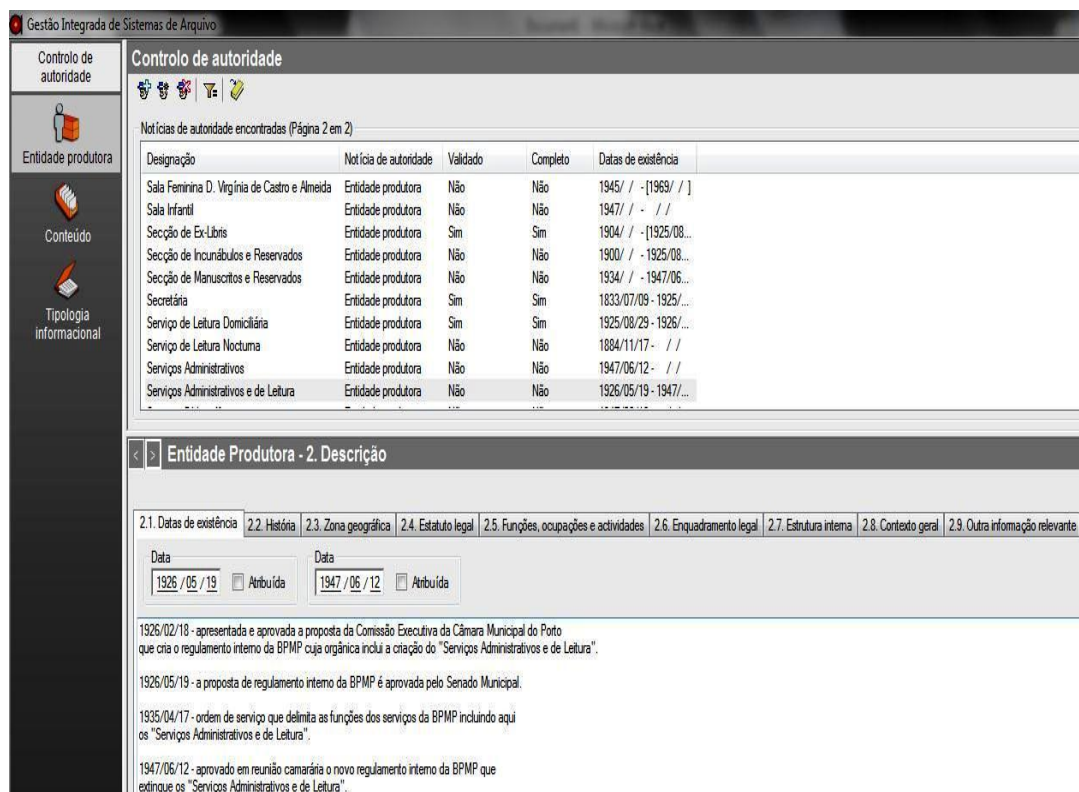
Para as Entidades Produtoras em que não conseguimos identificar legislação ou textos normativos, informando-nos sobre o seu funcionamento e respectiva produção documental, tivemos que deixar em branco alguns dos campos da zona da “Descrição”– impedindo assim um correcto, e significativo, conhecimento da entidade descrita.

¹⁴⁶ Cf. ParadigmaXis – *Ob.cit.*, p. 49-50

Por fim, e no caso do campo do “Contexto Geral”, usamos textos idênticos para as Entidades com as mesmas datas de funcionamento e dissolução.

Figura 6

Descrição de uma Entidade Produtora



Na zona das “Relações” (figura 7), fizemos o estabelecimento de relações entre a Entidade Produtora descrita e outras Entidades Produtoras. O “Manual de Utilizador” classifica esta zona como sendo de “extrema importância” por nela se estabelecer “a estrutura orgânica, plano de classificações do arquivo, e outras relações sistémicas”¹⁴⁷.

Os campos desta zona em GISA¹⁴⁸, são os seguintes:

- categoria da relação (identificamos a categoria geral do relacionamento da entidade que esta a ser descrita).
- tipo do nível subordinado (definimos o nível – secção ou subsecção – que a entidade produtora subordinada assume na estrutura orgânica).

¹⁴⁷ ParadigmaXis – *Ob.cit.*, p. 50

¹⁴⁸ ParadigmaXis – *Ob.cit.*, p. 51-53

- datas da relação (preenchemos a data inicial e final do relacionamento, sendo que em alguns casos, na ausência da informação, inserimos datas incompletas ou “atribuídas”¹⁴⁹; a estrutura arquivística, apresentada no módulo “Organização da Informação”, apresenta as datas que associamos na respectiva relação).
- descrição da relação (neste campo a norma ISAAR(CPF) manda-nos registar uma descrição precisa da natureza do relacionamento entre a entidade descrita, no registo de autoridade, e a outra entidade com que se relaciona; na maioria dos casos deixamos este campo por preencher: por não termos a informação disponível, ou então por já termos registado no campo “História”, da zona da “Descrição”, uma descrição narrativa da história do relacionamento).

Figura 7

Relações entre Entidades Produtoras

The screenshot displays the 'Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo' interface. The top section, 'Controlo de autoridade', shows a table of 'Notícias de autoridade encontradas (Página 2 em 2)'. The table has columns for Designação, Notícia de autoridade, Validado, Completo, and Datas de existência. Below this, the 'Entidade Produtora - 3. Relações' section is visible, containing a table with columns for Forma autorizada, Identificador único, Categoria, Data início, Data fim, and Descrição. The bottom status bar indicates 'Notícia de autoridade: Serviços Administrativos e de Leitura' and 'Autor:'.

Designação	Notícia de autoridade	Validado	Completo	Datas de existência
Serviço de Leitura Nocturna	Entidade produtora	Não	Não	1884/11/17 - //
Serviços Administrativos	Entidade produtora	Não	Não	1947/06/12 - //
Serviços Administrativos e de Leitura	Entidade produtora	Não	Não	1926/05/19 - 1947/...
Serviços Bibliográficos	Entidade produtora	Não	Não	1947/06/12 - //
Serviços de Bibliotecas Populares	Entidade produtora	Não	Não	1926/05/19 - 1947/...
Serviços de Informação	Entidade produtora	Não	Não	1900/ / - 1925/ /
Serviços de Leitura	Entidade produtora	Sim	Sim	1833/07/09 - 1925/...

Forma autorizada	Identificador único	Categoria	Data início	Data fim	Descrição
Serviços Administrativos		Temporal sucessora	//	//	
Hemeroteca		Temporal sucessora	//	//	
Oficina de Encadernações		Temporal predecessora	//	//	
2ª Secção Biblioteca Erudita		Temporal predecessora	//	//	
1ª Secção Expediente		Temporal predecessora	//	//	
Biblioteca Pública Municipal do ...		Hierárquica superior (Secção)	1926/05/19	1947/06/12	
Serviço de Leitura Nocturna		Hierárquica subordinada (Subsecção)	1926/05/19	1947/06/12	
Secção de Manuscritos e Reser...		Hierárquica subordinada (Subsecção)	1934/ /	1947/06/12	
Sala Feminina D. Virgínia de Ca...		Hierárquica subordinada (Subsecção)	1945/ /	1947/06/12	

¹⁴⁹ Veja-se o caso da Entidade Produtora “Sala Feminina D. Virgínia de Castro e Almeida (quadro 8 da estrutura orgânica a partir de 1947) onde, na falta de informação oficial, atribuímos a data de [1969/_/_] baseada numa série, daquela entidade, que termina no referido ano. No caso da Entidade Produtora “Oficina de Encadernações” (quadro 3 da estrutura orgânica de 1833-1925) o desconhecimento, devido a inexistência de legislação ou textos normativos, da data exacta em que foi criada levou-nos a atribuir a data de [1850/_/_] por termos tido indicação da mesma num relatório do 1.º Bibliotecário em 1850.

No campo da “categoria da relação”, das relações possíveis que o GISA permite inserir (“hierárquica”, “temporal”, “associativa” ou “familiar”), selecionamos a “hierárquica” e a “temporal”. Na relação “hierárquica”– do tipo órgão superior/subordinado, controlador/controlado, possuidor/possuído– se estivermos no “contexto de uma Entidade Produtora EP2 e quisermos estabelecer essa relação com uma Entidade Produtora EP1, então EP2 é subordinada a EP1”¹⁵⁰.

No relacionamento temporal, de tipo predecessor/sucessor, uma Entidade Produtora EP2 sucede, no exercício de algumas funções e actividades, à Entidade Produtora EP1¹⁵¹.

Para a compreensão destes dois tipos de relação devem ser consultados os quadros orgânicos, presentes no 2.º capítulo deste relatório, onde são evidentes as relações que acabamos de descrever.

Veja-se o exemplo presente na figura 7, em que a Entidade Produtora “Serviços Administrativos e de Leitura” (1926-1947), sendo uma secção da BPMP (hierárquica superior), tem dependente dela três subsecções – o “Serviço de Leitura Nocturna”, a “Secção de Manuscritos e Reservados” e a “Sala Feminina D. Virgínia de Castro e Almeida”– que estabelecem uma relação denominada “Hierárquica Subordinada”.

Na relação de tipo “temporal”, vemos que as funções dos “Serviços Administrativos e de Leitura”, depois do regulamento de 1947, passam a ser exercidas por três novas entidades: “Serviços Administrativos”, “Leitura” e “Hemeroteca”, estabelecendo assim uma relação “Temporal Sucessora”.

A ultima ”Zona de Informação”, que preenchemos no GISA, foi a do “Controlo de descrição” (figura 8) cujo objectivo é controlar a descrição efectuada nas zonas anteriores, apresentando para tal os seguintes campos¹⁵²:

- identificador de registo (já preenchido pelo GISA, serve para identificar o registo de autoridade, de forma única, dentro do contexto no qual ele será usado).
- identidade das instituições (o manual de utilizador do GISA refere que este campo deve ser preenchido com o nome da instituição responsável pela criação do registo, e que consta na lista de “entidades produtoras”; uma vez que o nosso estágio decorreu no

¹⁵⁰ ParadigmaXis – *Ob.cit.*, p. 52

¹⁵¹ Cf. ParadigmaXis – *Ob.cit.*, p. 51

¹⁵² ParadigmaXis – *Ob.cit.*, p. 54-55

arquivo Histórico-Administrativo da BPMP, optamos por colocar a entidade “Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1833-”).

- regras ou convenções (identificamos as regras e/ou convenções usadas para a criação do registo de autoridade).
- validado (caixa de verificação que, depois de ser assinalada, indica que a descrição da notícia de autoridade esta finalizada e revista).
- completo (caixa de verificação que assinalamos sempre que o nível de detalhe, da descrição efectuada, se revelou ser elevado).
- data de criação e/ou revisão (onde, após termos criado ou alterado uma notícia de autoridade, indicamos a data em que foi feita a descrição).
- língua e alfabeto (inserimos a língua e o alfabeto usados na descrição do registo de autoridade).
- fontes/observações (indicamos as fontes consultadas, para a criação da notícia de autoridade, e outras notas importantes como o nome da pessoa responsável pela criação do registo).

Figura 8

Controlo de Descrição

The screenshot displays the 'Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo' interface. The main window is titled 'Controlo de autoridade' and shows a table of 'Notícias de autoridade encontradas (Página 2 em 2)'. Below this, the 'Entidade Produtora - 4. Controlo de descrição' section is active, showing various fields for data entry and validation.

Designação	Notícia de autoridade	Validado	Completo	Datas de existência
Serviço de Leitura Nocturna	Entidade produtora	Não	Não	1884/11/17- / /
Serviços Administrativos	Entidade produtora	Não	Não	1947/06/12- / /
Serviços Administrativos e de Leitura	Entidade produtora	Não	Não	1926/05/19- 1947/...
Serviços Bibliográficos	Entidade produtora	Não	Não	1947/06/12- / /
Serviços de Bibliotecas Populares	Entidade produtora	Não	Não	1926/05/19- 1947/...
Serviços de Informação	Entidade produtora	Não	Não	1900/ / -1925/ /
Serviços de Leitura	Entidade produtora	Sim	Não	1833/07/09- 1925/...

Entidade Produtora - 4. Controlo de descrição

4.1. Identificador de registo: 99

4.2. Identidade das instituições: Designação: Biblioteca Pública Municipal do Porto 1833 - Identificador único: []

4.3. Regras e/ou convenções: ISAAI(CPF), Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias / Conselho Internacional de Arquivos, trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo - 2ª ed. - Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2004

4.4. Validado (estado completo do registo):

4.5. Completo (nível de detalhe):

4.6. Data de criação e/ou revisão: Data e autor da revisão actual: 2011-08-08

4.7. Língua e alfabeto: Portuguese / Latin

4.8. Fontes / 4.9. Observações: - Registo do Regulamento Interno para a Real Biblioteca Publica do Porto. Livro 3º de Próprias do Arquivo da RBPP 1833-1871
- Projecto de Regulamento Interno da RBPP. Copiador: Câmara Municipal, 1898-1918, f. 100 - 104v
- Proposta de Remodelação da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Livro 16º de Próprias (Vários) do Arquivo da BPMP, 1924-1926 f. 1
- BONIFÁCIO, M. Fátima (2006). O Liberalismo. In CARNEIRO, Roberto (coord.). Memória de Portugal, o milénio português. Sintra: Círculo de Leitores. ISBN 978-972-42-2694-4 p. 426 - 479
- Cabral, Luis - A Biblioteca Pública Municipal do Porto e as Publicações Periódicas. Revista Portuguesa de

3.2.2. Estrutura Arquivística

Depois da criação e descrição das Entidades Produtoras no módulo “Controlo de Autoridade”, onde estabelecemos as respectivas relações entre elas, tornou-se possível a criação da Estrutura Arquivística no módulo “Unidades Informacionais”.

A estrutura que criamos é constituída por duas dimensões distintas: uma estrutural e outra documental (figura 9 e 10). A dimensão estrutural é de tipo orgânico, em que os vários níveis estão relacionados com relações hierárquicas e temporais, classificando-se de “Arquivo”, “Secção” e “Subsecção”. Quanto à dimensão documental ela apresenta-se com uma forma tipicamente hierárquica, classificando-se em nível de “Série” e “Documento/Processo”.

Figura 9

A dimensão estrutural da Estrutura Arquivística

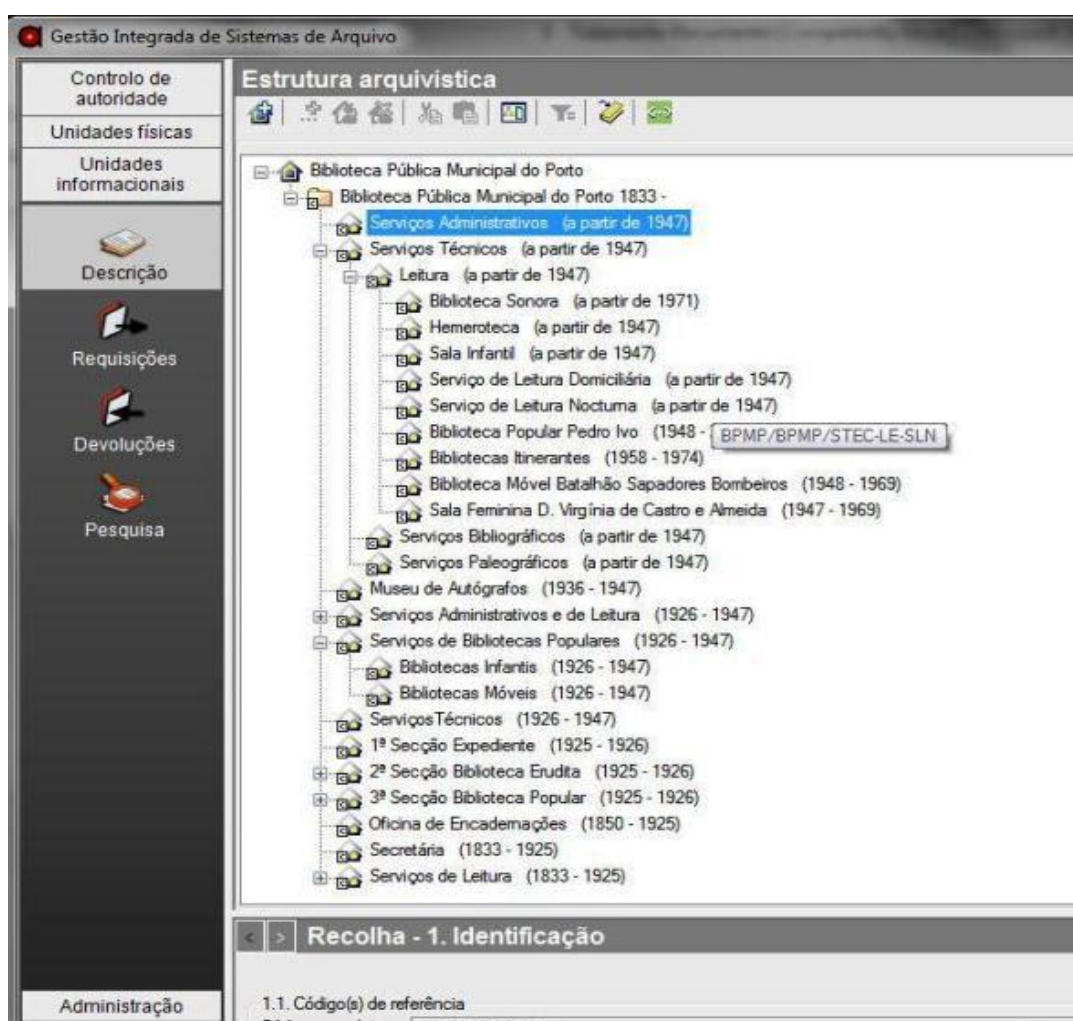


Figura 10

A dimensão documental da Estrutura Arquivística

The screenshot shows the 'Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo' application. The main window displays a list of document series under the heading 'Serviços Administrativos e de Leitura'. The table below represents the data shown in the application:

Identificador	Título	Data de Produção	Requisitado
1816	[Correspondência da] Imprensa da Universidade de Coimbra	1840/ / - 1958/ /	Não
1799	[Livro de Registo dos] Visitantes	1841/ / - 1947/ /	Não
1835	[Registo de Cópias de] Informações	1937/ / - 2004/ /	Não
1840	[Registo de Correspondência Recebida]	1941/ / - 1942/ /	Não
1796	[Registo de] Frequência de Leitores	1841/ / - 1934/ /	Não
1830	[Registo do] Serviço de Leitura Diurna	1934/ / - 2010/ /	Não
1769	[Talões dos Recibos da] Administração dos Domínios Directos da Casa de Abrantes	1861/ / - 1959/ /	Não
1785	Copiador [Agradecimentos e Recebimentos de Publicações]	1920/ / - 1941/ /	Não
1832	Copiador [de] Informações	1939/ / - 1942/ /	Não
1831	Copiador de Cartas	1928/ / - 1939/ /	Não
1833	Correspondência Expedida	1944/ / - 1963/ /	Não
1823	Documentos de Despesa da Biblioteca Pública Municipal do Porto	1899/ / - 1999/ /	Não
1806	Estatística [de leitura e frequência de leitores]	1849/ / - 1940/ /	Não
1836	Estatística [do movimento] no segundo período [de leitura diária]	1943/ / - 1943/ /	Não
1907	Estatística da segunda Secção de Leitura	1944/ / - 1944/ /	Não
1905	Estatística de Obras Adquiridas [para Propina]	1933/ / - 1943/ /	Não
1837	Estatísticas de Leitura [e Frequência Diurna]	1928/ / - 1953/ /	Não
1788	Livro de Próprias do Arquivo da Real Biblioteca Pública do Porto (Vários)	1874/ / - 1963/ /	Não
1834	Ofícios Expedidos	1937/ / - 2008/ /	Não
1824	Ponto dos Empregados	1897/ / - 1998/ /	Não

Below the table, the interface shows a section for 'Recolha - 1. Identificação' with the following details:

1.1. Código(s) de referência
 Código completo: BPMP/BPMP/1SE/57
 BPMP/BPMP/SA/57
 BPMP/BPMP/SAL/57

The status bar at the bottom indicates 'Documento/Processo: BPMP/BPMP/SAL/57' and 'Autor:'.

Na Estrutura Arquivística o primeiro nível que criamos foi a “Entidade Detentora”, um nível não controlado por não constituir uma entrada do módulo “Controlo de Autoridade/Entidade Produtora”, à qual associamos depois uma unidade orgânica de nível Arquivo.

A “Entidade Detentora”, sendo um nível obrigatório em qualquer estrutura hierárquica, é a entidade que faz a custódia dos documentos que se pretendem gerir. No nosso caso a Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) é não só a entidade que detem a custódia dos documentos, que foram alvo do nosso recenseamento, como também se constitui como a Entidade Produtora daqueles mesmos documentos.

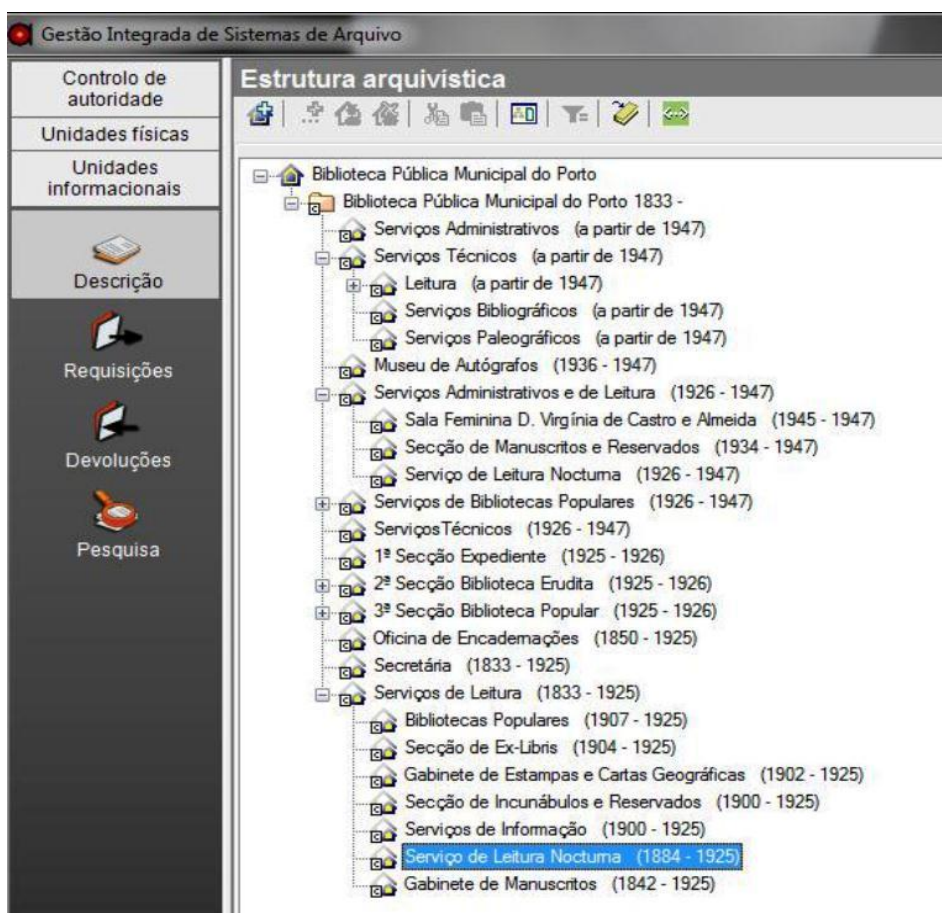
Na visualização da estrutura criada é importante ter em atenção que no GISA só são visualizadas as relações hierárquicas, entre as várias Entidades Produtoras, e não as temporais que só estão disponíveis na zona das “Relações”, na descrição das Entidades Produtoras, no módulo do “Controlo de Autoridade”.

Os vários níveis atribuídos às Entidades Produtoras (“Arquivo”, “Secção” ou “Subsecção”), são representados por ícones diferentes em que alguns aparecem com um “C” no canto inferior esquerdo, informando que o nível seleccionado é um nível controlado – baseado numa Entidade Produtora criada no módulo “Controlo de Autoridade”.

Ao lado de cada nível surge um intervalo de datas, que atribuímos na referida zona das “Relações”, indicando o período em que o nível em causa foi subordinado do nível hierarquicamente superior. Se tomarmos como exemplo o “Serviço de Leitura Nocturna” (figura 11), vemos como a mesma Entidade Produtora esteve ao longo dos tempos na dependência de diferentes entidades: dos Serviços de Leitura (1884-1925), da “2ª Secção Biblioteca Erudita” (1925-1926), dos “Serviços Administrativos e de Leitura” (1926-1947) e por fim da “Leitura” (a partir de 1947).

Figura 11

O Serviço de Leitura Nocturna



3.2.3. Descrição da informação segundo a regra ISAD(G)

Com a criação da Estrutura Arquivística, tornou-se possível a associação a cada um dos níveis orgânicos de uma estrutura documental, hierárquica com o uso dos níveis “Série” e “Documento”, que descrevemos segundo as indicações da norma internacional ISAD(G).

Na criação das séries tivemos que inserir o respectivo título, tendo o GISA criado automaticamente, para todos os casos, um código de referência constituído por um número sequencial. Para a criação dos documentos, para além do título, fomos obrigados a inserir o respectivo código de referência.

Uma das mais valias do GISA é, sem dúvida, a possibilidade de gerar relatórios em pdf. respeitantes às descrições arquivísticas realizadas no módulo das “Unidades Informacionais”. Desta forma o Inventário detalhado, que incluímos em apêndice, foi o resultado do preenchimento dos campos da norma ISAD(G) incluídos naquele módulo.

A descrição da estrutura documental é uma descrição multinível, tal como preconiza a norma ISAD(G), com o objectivo de evitar a repetição da informação em níveis hierarquicamente relacionados. As diferentes zonas e campos, que preenchemos em GISA de acordo com aquela norma¹⁵³, foram os seguintes:

1. Identificação	
	1.3. Data(s) de Produção
	1.5. Dimensão
	1.6. Unidades Físicas Associadas
2. Contexto	
3. Conteúdo e estrutura	
	3.1. Âmbito e conteúdo
	3.4. Organização e ordenação
4. Condições de acesso e de utilização	
	4.1. Condições de acesso
	4.2. Condições de Reprodução
	4.3. Língua e Alfabeto

¹⁵³ A excepção foi o campo da Indexação, que não é indicado pela norma ISAD(G).

	4.4. Características físicas e requisitos técnicos
	4.5. Instrumentos de pesquisa
5. Documentação associada	
	5.1. Unidades de descrição relacionadas
7. Controlo da descrição	
	7.1. Nota do arquivista
	7.2. Regras ou convenções
	7.3. Data(s) da(s) descrição(ões)

Na primeira zona da “Identificação” (figura 12) surge o campo “1.1. Código de referência” que nos permite identificar a unidade de descrição, de forma unívoca, na estrutura do arquivo. O código de referência é construído automaticamente pelo GISA, sendo constituído pela junção dos vários códigos parciais de todas as unidades de descrição, associadas hierarquicamente entre a Entidade Detentora e o nível em causa. Nos casos em que são mostrados vários códigos de referência, significa que o nível em causa teve vários produtores ao longo dos tempos.

O campo “1.2. Título/Localização na estrutura arquivística” mostra a posição da unidade de descrição na estrutura, indicando todos os níveis existentes entre ela e a Entidade Detentora. Os títulos que inserimos foram de dois tipos: formais, registado por extenso na forma como aparecia na fonte de informação principal, e atribuídos através do uso de parênteses rectos.

No campo “1.3. Data(s) de produção” inserimos uma data única, ou as datas extremas, em que os documentos de arquivo foram produzidos e acumulados pelo produtor no exercício das suas funções¹⁵⁴. As datas extremas sendo sempre inclusivas foram, em alguns casos, abertas por não conhecermos a parte de alguma data. Nas situações onde registamos uma data que não estava indicada no documento, colocamos um visto na caixa “Data atribuída”.

Para o tipo de nível documental que criamos (série ou documento), o GISA disponibiliza o campo “1.4. Nível de descrição” onde se pode visualizar o mesmo. Por

¹⁵⁴ Cf. ISAD(G) – *Ob.cit.*, p. 20

fim as características físicas da unidade de descrição são apresentadas no campo “1.5. Dimensão”, onde inserimos as unidades físicas que constituem as séries.

Relativamente à zona do Contexto preenchamos o campo “2.1. Entidade(s) Produtora(s) com o nome da(s) entidade(s) responsáveis pela produção, acumulação e conservação do(s) documento(s) da unidade de descrição selecionada. O nome da Entidade Produtora encontra-se registado, de forma normalizada, na lista das notícias de autoridade no módulo “Controlo de autoridade”.

Figura 12

Zona de “Identificação” de um nível documental

Séries

Descrições encontradas: 50 (Página 1 em 3)

Identificador	Título	Data de Produção	Requisitado
1898	Processos de Despesa Através de Concurso Público	1995/ / - 2000/ /	Não
1886	Duplicados de Ofícios de Contabilidade	1997/ / - 1999/ /	Não
1823	Documentos de Despesa da Biblioteca Pública Municipal do Porto	1899/ / - 1999/ /	Não
1895	Registo de Correspondência	1948/ / - 1998/ /	Não

Recolha - 1. Identificação

1.1. Código(s) de referência
Código completo: BPMP/BPMP/SA/88
Outros códigos:
Identificador: 1898

1.2. Título / Localização na estrutura arquivística
Biblioteca Pública Municipal do Porto
Biblioteca Pública Municipal do Porto 1833 -
Serviços Administrativos (a partir de 1947)
Processos de Despesa Através de Concurso Público

1.3. Data(s) de produção
Cerca de: Início: 1995 / _ / _ Atribuída Fim: 2000 / _ / _ Atribuída

1.4. Nível de descrição
Série

Série: BPMP/BPMP/SA/88

A figura 13 permite visualizar a possibilidade que existe de estabelecer associações de uma unidade documental, a várias Entidades Produtoras. No exemplo selecionado a unidade documental “Registo de entradas [e] compras”, sendo uma série produzida entre 1900 e 1998, esteve, em face das várias reestruturações orgânicas ocorridas na BPMP, associada a mais do que uma Entidade Produtora: “Secretária” (1900-1925), “1ª

Secção Expediente” (1925-1926), “Serviços Técnicos” (1926-1947) e “Serviços Bibliográficos” (a partir de 1947).

As notícias de autoridade do tipo “Tipologia informacional”, que criamos no módulo “Controlo de autoridade”, foram usadas para preencher o campo “3.1. Âmbito e conteúdo” da zona “Conteúdo e estrutura” (figura 14). Sempre que possível incluímos também naquele campo os diplomas legais, ou as normas regulamentares, associadas directa ou indirectamente à unidade de descrição. Os últimos dois campos que preenchemos nesta terceira zona, foram os relativos à “3.4. Organização e ordenação” com o objectivo de informar o(s) utilizadore(s) sobre a estrutura interna, ordenação e/ou sistema de classificação usado¹⁵⁵.

Figura 13

Zona de “Contexto” de um nível documental

The screenshot shows the 'Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo' interface. The main window displays the 'Séries' section for 'Serviços Bibliográficos'. Below this, the 'Recolha - 2. Contexto' section is active, showing a table for '2.1. Entidade(s) produtora(s)'. The table has columns for 'Designação', 'Validado', 'Completo', 'Datas de existência', and 'Datas da relação'. The rows are: 'Serviços Bibliográficos' (Validado: Não, Completo: Não, Datas de existência: 1947/06/12 - / /, Datas da relação: 1947/06/12 - 1998/...), 'Serviços Técnicos' (Validado: Não, Completo: Não, Datas de existência: 1926/05/19 - 1947/..., Datas da relação: 1926/05/19 - 1947/...), and '1ª Secção Expediente' (Validado: Sim, Completo: Sim, Datas de existência: 1925/08/29 - 1926/..., Datas da relação: 1925/07/29 - 1926/...). Below the table, there are tabs for '2.2. História administrativa / biográfica', '2.4. Fonte imediata de aquisição ou transferência', '2.3. História arquivística', and '2*. Observações (produção)'. The '2.2. História administrativa / biográfica' tab is selected, but the content area is empty. At the bottom, there are radio buttons for 'Série aberta' and 'Série fechada', with 'Série fechada' selected.

Na zona das “Condições de acesso e de utilização” (figura 15), os campos preenchidos mostram a acessibilidade/disponibilidade da unidade de descrição¹⁵⁶. Com excepção dos campos “4.4. Características físicas e requisitos técnicos” e “4.5.

¹⁵⁵ Cf. ISAD(G) – *Ob.cit.*, p. 20

¹⁵⁶ Cf. ISAD(G) – *Ob.cit.*, p. 11

Instrumentos de pesquisa”, em todos os outros inserimos a mesma informação. Estando toda a documentação, fisicamente arrecadada, no arquivo Histórico-Administrativo as “4.1. Condições de acesso” e as “4.2. Condições de reprodução”, estipuladas pela direcção da BPMP, são idênticas para todos os casos.

Figura 14

Zona do “Conteúdo e estrutura” de um nível documental

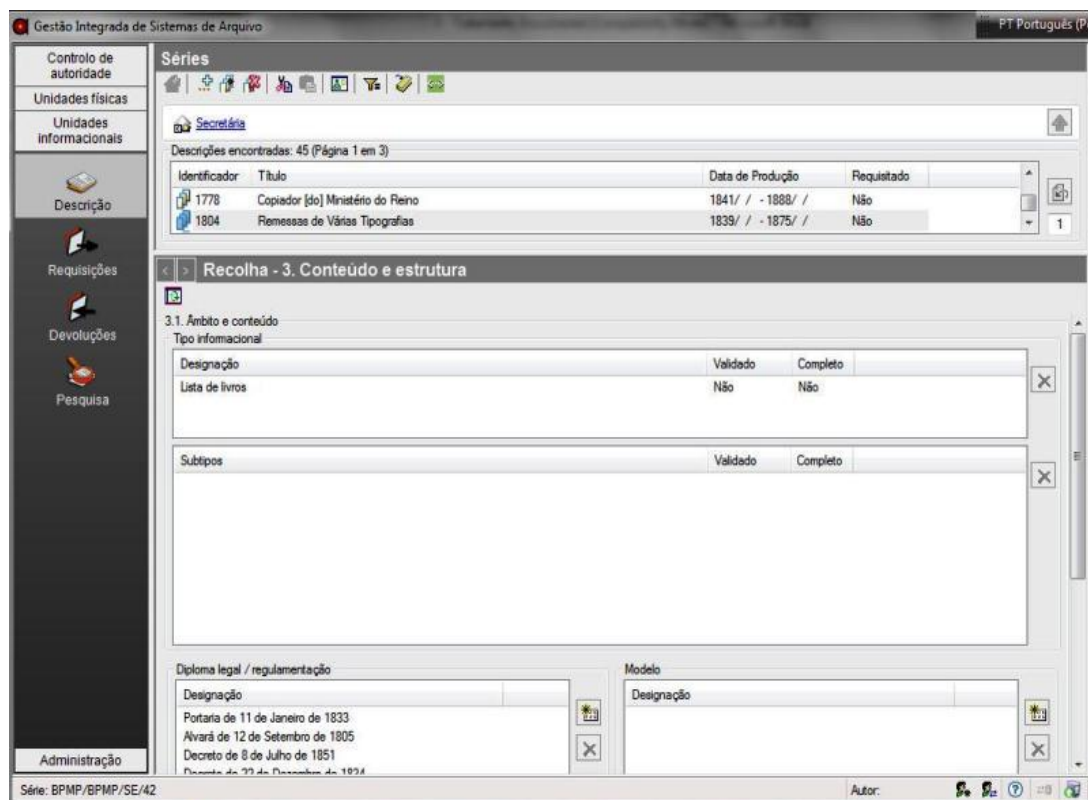
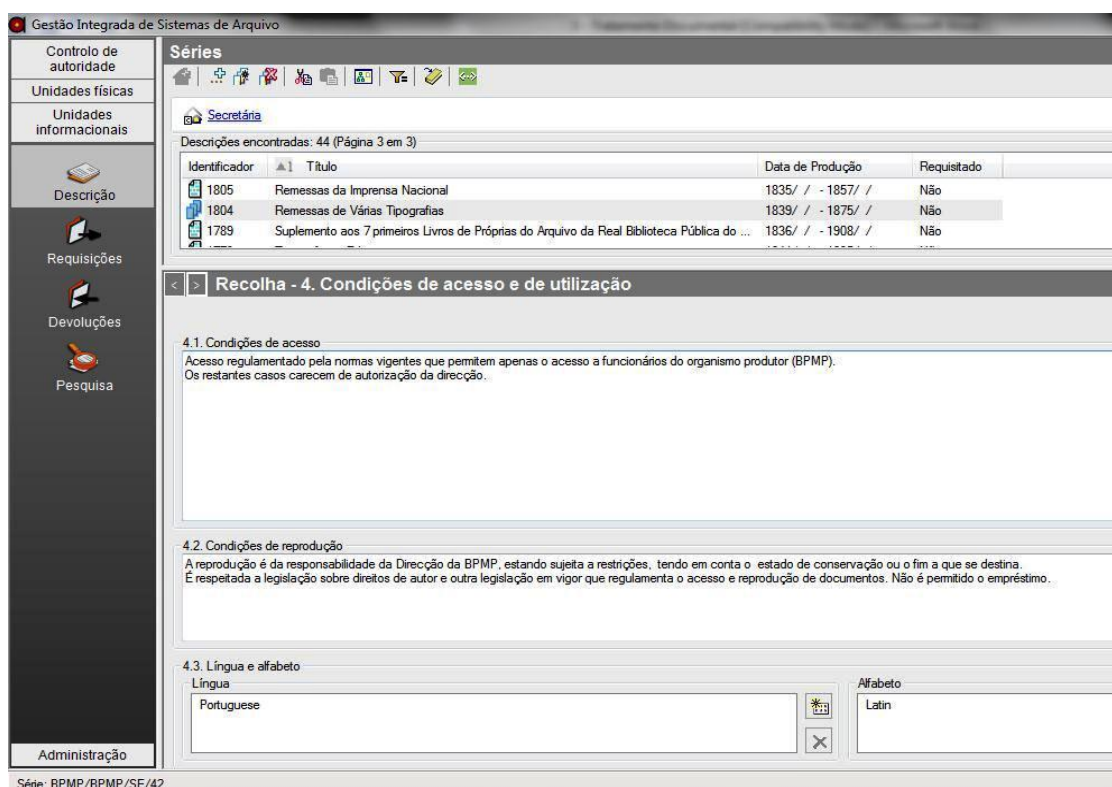


Figura 15

Zona das “Condições de acesso e de utilização” de um nível documental



A ultima zona da ISAD(G), que o GISA apresenta, é a do “Controlo de descrição”¹⁵⁷ (figura 16) onde registamos a informação sobre o responsável pela elaboração da descrição, no campo “7.1. Nota do arquivista”, as regras ou convenções nacionais/internacionais usadas, no campo “7.2. Regras ou Convenções” e por fim a data em que a descrição foi elaborada e/ou revista, no campo “7.3. Data da descrição”.

À semelhança da zona das “Condições de acesso e de utilização”, repetimos sempre a mesma informação nos campos 7.1. e 7.2. (para todas as unidades de descrição), uma vez que o autor da descrição foi sempre o mesmo. A regra usada, foi para todos os casos, a ISAD(G).

¹⁵⁷ Cf. ISAD(G) – *Ob.cit.*, p. 42-44

Figura 16

Zona do “Controlo de descrição”

Séries

Secretária

Descrições encontradas: 45 (Página 1 em 3)

Identificador	Título	Data de Produção	Requisitado
1778	Copiador [do] Ministério do Reino	1841/ / - 1888/ /	Não
1804	Remessas de Várias Tipografias	1839/ / - 1875/ /	Não

Recolha - 7. Controlo de descrição

7.1. Nota do arquivista
 Descrição realizada por João Henrique Alvim.

7.2. Regras ou convenções
 ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999/ Conselho Internacional de Arquivos; trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo - 2ª ed. - Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2002.- 97 p.
 Regras Internas de Descrição, 2ª versão. Porto: Departamento Municipal de Arquivos da Câmara Municipal do Porto.

7.3. Data(s) de descrição
 Data e autor da revisão actual
 2011-09-01

Data registo	Data descrição	Autor da descrição
01-09-2011 17:54:17	2011-09-01	

3.2.4. Criação e descrição das unidades físicas

As 1.514 unidades físicas que identificamos, no Arquivo Histórico-Administrativo da BPMP, foram criadas em GISA no módulo “Unidades físicas/descrição”. Aqui procedemos a uma descrição sucinta da parte física que serve de suporte à informação.

Só depois de termos concluído o recenseamento da documentação do arquivo, através da aplicação das operações técnicas denominadas por “ordenação” e “cotação”, que já descrevemos em pormenor na introdução deste terceiro capítulo, é que nos foi possível criar as unidades físicas no referido módulo.

Durante o recenseamento, para além da atribuição inicial de uma cota numérica sequencial, fomos retirando os dados necessários para a criação e descrição das unidades físicas em GISA:

- o título (retirado das lombadas, capas dos livros ou folhas iniciais).
- as datas de produção (data única ou datas extremas).

- as dimensões (a largura, a altura e a profundidade em centímetros).
- o tipo de suporte físico (caixa, pasta, livro ou maço).

Figura 17

Criação e Descrição de uma Unidade Física

Unidades físicas encontradas: 1515 (Página 1 em 76)

Código	Título	Cota	Código de barras	Produção	Nº unidades descrição	Em depósito
BPMP/UF2011-1595	Leitura Domiciliária	BPMP.305		1983/ / -1992/ /	1	Sim
BPMP/UF2011-1594	Leitura Domiciliária Cauções	BPMP.1000		1958/ / -1960/ /	0	Sim
BPMP/UF2011-1593	Biblioteca Nacional de Lisboa Com...	BPMP.1543		1955/ / -1956/ /	1	Sim
BPMP/UF2011-1592	Relação de Livros Ofertados á Bibli...	BPMP.1544		1901/ / -1901/ /	1	Sim
BPMP/UF2011-1591	Justificação de Faltas [dos Funcion...	BPMP.1542		1967/ / -1968/ /	1	Sim
BPMP/UF2011-1590	Justificação de Faltas [dos Funcion...	BPMP.1541		1960/ / -1960/ /	1	Sim
BPMP/UF2011-1589	Justificação de Faltas [dos Funcion...	BPMP.1540		1959/ / -1959/ /	1	Sim
BPMP/UF2011-1588	Justificação de Faltas [dos Funcion...	BPMP.1539		1957/ / -1958/ /	1	Sim

Recenseamento de unidade física - Identificação

Código de referência
BPMP/UF2011-1592

Título
Relação de Livros Ofertados á Biblioteca de Ponte de Lima

Cota
BPMP.1544

Datas de produção
Início: 1901 / / / Atribuída Fim: 1901 / / / Atribuída

Conteúdo informacional

Dimensões
Altura: 0.330 Largura: 0.230 Profundidade: Unidade: m

Tipo
Maço

Unidade física: BPMP/UF2011-1592

A descrição das unidades físicas inclui o campo “Conteúdo informacional” que não preenchemos, por termos desde o início estabelecido uma descrição a nível da série em que a informação respeitante ao conteúdo seria incluída na zona “Conteúdo e estrutura”, do módulo “Unidades informacionais”. No campo da “Cota” inserimos uma cota numérica, para a respectiva localização física no arquivo.

De referir também que com a criação no GISA das unidades físicas foi possível, na descrição da documentação realizada no módulo “Unidades informacionais”, associar as unidades físicas às séries de que faziam parte.

3.2.5. Indexação

Ao nível do inventário a indexação possibilita que o utilizador fique com uma noção exacta do conteúdo documental, possibilitando que o mesmo possa escolher o(s)

documento(s) que melhor se adequam a um determinado tipo de investigação. Por outras palavras, podemos dizer que vai “abrir caminho para que se venha a obter uma informação de qualidade”¹⁵⁸

Sendo a indexação uma operação do tratamento técnico documental que se orienta por princípios próprios, independentes dos objectos aos quais se aplica (os documentos) e dos meios técnicos e humanos que são utilizados, tivemos de recorrer às normas NP 3715 (1989) “Documentação. Método para análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação” e NP 4036 (1992) “Documentação. Tesouros monolíngues: directivas para a sua construção e desenvolvimento”.

Como forma de complementar o corpo metodológico presente nas referidas normas, usamos os critérios presentes nas obras “Indexação por assuntos: princípios gerais e normas”¹⁵⁹ e “Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos” da nossa orientadora a Dr.^a Fernanda Ribeiro¹⁶⁰.

Uma vez que o nosso recenseamento foi maioritariamente realizado ao nível das séries arquivísticas – que apresentam bastante unidade temática e se destinam a uma função bem determinada, registando informações de tipo idêntico – definimos como critério a realização de uma indexação “exaustiva” com pouca “especificidade”¹⁶¹.

A norma Portuguesa NP 3715 indica para a operação “indexação” três fases: a primeira fase, de análise do documento e de determinação do seu conteúdo; a segunda fase, de identificação e selecção dos conceitos representativos daquele conteúdo; a terceira fase, de representação desses mesmos conceitos através de “termos de indexação”.

Na primeira fase e como método de análise dos documentos escritos, a norma preconiza uma “leitura minuciosa dos textos” o que no nosso caso, e dadas as características e os objectivos do nosso estágio, foi impossível de realizar. Contudo não deixamos de seguir as orientações, dadas pela norma, para a definição das “partes importantes” que devem ser analisadas: o título da série (que sempre que existir pode

¹⁵⁸ MENDES, Maria Teresa Pinto; SIMÕES, Maria da Graça – Indexação por assuntos: princípios gerais e normas”. Lisboa: Gabinete de Estudos A&B, 2002, p. 11. ISBN 972-98827-0-3.

¹⁵⁹ MENDES, Maria Teresa Pinto – *Indexação...* (ob.cit.)

¹⁶⁰ Cf. RIBEIRO, Fernanda – *Indexação...* (ob.cit.), p. 56-76

¹⁶¹ O grau de “exaustividade” (número de conceitos que caracterizam o conteúdo integral do(s) documento(s) e “especificidade” (exactidão com que um determinado conceito é representado por um termo de indexação), varia segundo o nível a que é feita. Quanto mais elevado o nível hierárquico da descrição, maior se torna o conjunto documental abrangido e por conseguinte mais genérica terá de ser a indexação. (Cf. RIBEIRO, Fernanda – *Indexação...* (ob.cit.), p. 58)

ser retirado das lombadas ou das capas dos livros, das folhas iniciais ou do interior dos mesmos); o termo de abertura (onde é indicada a função a que se destinam os livros da série); os índices; os tipos documentais (a unidade tipológica dos documentos facilitou a nossa indexação por os mesmos conterem a mesma organização do texto e o mesmo tipo de informação)¹⁶².

Para as séries “Próprias” (correspondência recebida) e “Copiador” não efectuamos a sua indexação, por se ter tornado impossível a análise do seu conteúdo. A grande variedade de assuntos que contem, e a impossibilidade de fazermos uma leitura individual dos documentos, levaria a criação de uma extensa lista de termos de indexação.

Na segunda fase identificamos e seleccionamos os conceitos que possuíam uma maior pertinência e valor potencial, para exprimir de forma exacta o conteúdo dos documentos. O resumo que efectuamos para o campo do “conteúdo informacional”, indicado pela norma ISAD(G), revelou-se da maior importância para isolarmos os conceitos representativos do conteúdo documental. Vejamos os seguintes exemplos:

Esboço de inventário (1872-1873)

Esta série contem uma listagem do nome das obras expostas em cada uma das estantes dos salões e gabinetes da Real Biblioteca Pública do Porto. Possui um termo de abertura informando que o inventário surgiu da necessidade de fazer o carimbo de todos os volumes existentes na Biblioteca, tendo-se aproveitado a ocasião para verificar a existência de todos os volumes que deviam achar-se montados nas estantes.

A partir do título e do termo de abertura, seleccionamos os conceitos genéricos: “inventário”, “salão de leitura”, “gabinete de leitura” e “volumes”. Já a análise dos elementos informativos dos vários assentos do inventário permitiu identificar os conceitos de “título da obra”, “autor”, “local de publicação”, “tipografia” e “ex-libris”.

[Mapa do movimento nocturno de Leitores]

A nível da peça o exemplo seleccionado é constituído por vários relatórios onde se incluem os mapas estatísticos trimestrais do movimento nocturno de Leitores, de

¹⁶² A estas fontes poderemos ainda acrescentar as seguintes: a introdução, o início de capítulos e de parágrafos, a conclusão, as ilustrações, os diagramas, os quadros e respectivas legendas, as palavras ou grupos de palavras sublinhadas ou realçadas por um tipo de letra diferentes. (MENDES, Maria Teresa Pinto – *Indexação...* (ob.cit.), p. 42)

execução obrigatória segundo a lei de 18 de Janeiro de 1883, com a designação das profissões das pessoas e da natureza dos Livros consultados. Com base no título e na introdução, da autoria do 2.º Bibliotecário Eduardo Augusto Allen onde é indicada a função do documento, seleccionamos os conceitos “movimento nocturno”, “mapa estatístico”, “relatório”, “Bibliotecário e “allen, eduardo augusto”. Nos mapas estatísticos identificamos os elementos informativos “número de leitores”, “profissão” e “classe da obra consultada”.

Para a ultima fase da indexação – a representação dos conceitos por termos de indexação – usamos uma linguagem controlada. Este tipo de linguagem é elaborada com o objectivo de armazenar e recuperar informação o que implica um controlo do vocabulário no que respeita à sinonímia, à polissemia e à ambiguidade. Distingue-se da linguagem natural usada pelos próprios autores dos documentos, sendo uma linguagem livre sem qualquer tipo de controlo¹⁶³.

Apesar da linguagem não controlada facilitar a indexação na medida em que não é gasto muito tempo na escolha dos termos, acaba por criar dificuldades ao utilizador no momento da pesquisa: levando-o a aceder a documentação não relevante.

Os termos de indexação usados foram, quanto à forma, simples (quando o termo é formado apenas por uma palavra) e compostos (em que o termo, apesar de corresponder a um só conceito, é formado por duas partes: o núcleo e o modificador). Nos termos simples usamos sempre substantivos e nos termos compostos empregamos locuções adjectivas e prepositivas. Optamos pela forma composta sempre que verificamos que a noção era de uso consagrado, sendo a mais conhecida pelos utilizadores; para além de haver conceitos que não podiam ser expressos de outra forma¹⁶⁴.

Autor

Correspondência

Publicações Impressas

Direitos de Autor

¹⁶³ Cf. RIBEIRO, Fernanda – *Indexação...* (ob.cit.), p. 64

¹⁶⁴ Cf. RIBEIRO, Fernanda – *Indexação...* (ob.cit.), p. 74

Quanto à escolha da forma singular ou plural optamos pela primeira por ser aquela que se encontra em dicionários e outras fontes de referência, sendo assim mais familiar. Usamos o plural no caso do termo representar um conceito diferente nessa forma e sempre que, por razões de ordem gramatical, se ter consagrado no uso corrente¹⁶⁵. Sempre que necessário usamos também uma forma plural nos nomes próprios.

Relatório

Profissão

Registo das Requisições

Número de Visitantes

O uso de uma linguagem controlada implicou a criação de uma lista de autoridade no GISA (módulo “Controlo de autoridade”), onde incluímos as relações semânticas entre os termos. As relações estabelecidas foram as seguintes:

Relação de equivalência

Estabelece-se entre os termos preferenciais (autorizados) e não-preferenciais (não usados), “quando se considera que, para efeitos de indexação, todos eles representam um mesmo conceito”. Na lista de autoridade a relação implica o emprego da palavra “USE” e da abreviatura “UP” (usado por), antecedendo o termo autorizado e o não-preferencial.

LOPES, CARLOS

USE Ivo, Pedro (pseudónimo)

IVO, PEDRO (pseudónimo)

UP Lopes, Carlos

Relação hierárquica

Refere-se a níveis de superioridade e subordinação, existindo um termo superior (representativo de um todo) e um termo subordinado (representativo das partes). As

¹⁶⁵ Cf. MENDES, Maria Teresa Pinto – *Indexação...* (ob.cit.), p. 57-58

abreviaturas “TG” e “TE” são usadas para indicar o termo genérico e o termo específico, respectivamente¹⁶⁶.

CATÁLOGO

TE Catálogo de manuscritos

CATÁLOGO DE MANUSCRITOS

TG Catálogo

Relação associativa

Para os termos que, não sendo equivalentes nem fazendo parte de uma mesma cadeia hierárquica, são mentalmente associáveis por existir entre eles uma qualquer relação de proximidade¹⁶⁷. A abreviatura “TR” (termo relacionado) precede os termos desta relação.

CONTROLO DE ENTRADAS

TR Tipografias

TIPOGRAFIAS

TR Controlo de entradas

¹⁶⁶ Cf. RIBEIRO, Fernanda – *Indexação...* (ob.cit.), p. 74

¹⁶⁷ Cf. MENDES, Maria Teresa Pinto – *Indexação...* (ob.cit.), p. 62-63

CONCLUSÃO

Após um percurso de dois anos em que no âmbito do Mestrado em História e Património, na vertente de Arquivo Histórico, realizámos o estágio de oito meses no Arquivo da BPMP, pensamos ter cumprido o objectivo a que inicialmente nos propusemos: o de fornecer aos utilizadores do Arquivo instrumentos de pesquisa capazes de lhes proporcionar um acesso rápido e eficaz à informação.

As várias etapas de trabalho que o nosso estágio implicou – a classificação, a ordenação e a descrição das séries arquivísticas, com vista à produção de um inventário do arquivo da BPMP – sem descartar por completo os procedimentos técnicos de uma arquivística tradicional, permitiram-nos aplicar os desenvolvimentos de um novo paradigma científico-informacional a que se liga o aparecimento da Ciência da Informação.

O trabalho realizado no Arquivo da BPMP permitiu-nos assim chegar às seguintes conclusões:

- A necessidade imperiosa dos arquivos históricos articularem a função serviço/uso com o conhecimento da estrutura orgânica que produziu a informação, possibilitando a criação de um inventário rico em conhecimento.
- O recurso a uma fundamentação teórica (teoria sistémica), como complemento da técnica, e o uso do método de investigação quadripolar, permitiu-nos analisar e compreender a realidade complexa do arquivo como um “sistema de informação”.
- A aplicação informática (GISA) revelou-se um instrumento de extrema eficácia, na medida em que através dela pudemos inserir e descrever a informação produzida, ou não, em série, recriando a estrutura orgânica que gerou essa mesma informação.
- Com a produção do Inventário que apresentamos em apêndice, estamos em condições de afirmar que a produção de um instrumento de acesso à informação é um sinal claro de que o arquivo da BPMP está organizado e funciona.

É importante notar que o conhecimento do Arquivo não está completo, pois as balizas cronológicas que delimitam o nosso trabalho (de 1833 a meados do século XX) deixam em aberto a possibilidade de no futuro se empreender um estudo aprofundado da estrutura orgânica que, de meados do século XX até à actualidade, gerou a informação presente no arquivo.

A exigência de organizar, descrever e tornar acessível a informação de um grande volume de documentação também não tornou possível a inclusão no inventário das séries e peças da denominada “Estante 5” do Arquivo.

No actual contexto informacional e tecnológico em que uma Arquivística renovada se vê confrontada diariamente com novos desafios, a originalidade do nosso trabalho resulta precisamente do facto de atribuir ao arquivista um papel de gestor da informação – tornando-a compreensível e acessível não só para a BPMP, enquanto organização produtora, mas também para todos os investigadores que a queiram usar.

O nosso trabalho é mais um contributo para afirmar e dar um novo sentido à profissão de arquivista, pondo em causa a imagem do técnico que sobretudo guarda, conserva e arruma documentação para os investigadores de outras áreas.

Referências bibliográficas

BARATA, Paulo J. S. – As bibliotecas no liberalismo: uma definição de uma política cultural de regime. *Análise Social*. Lisboa. Vol. 40, nº 174 (2005) p. 37-63.

BARATA, Paulo – *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003. ISBN 972-565-368-8.

BONIFÁCIO, M. Fátima – O Liberalismo. In CARNEIRO, Roberto, coord. – *Memória de Portugal, o milénio português*. Sintra: Círculo de Leitores, 2007. ISBN 978-972-42-2594-4. p. 426-433.

CABRAL, Luís – Artur de Magalhães Basto. *Biblioteca Portucalensis*. Porto. ISSN 0870-7634. 2ª Série , n.º 8-10 (1993/1995) p. 51-55.

CABRAL, Luís – A Biblioteca Pública Municipal do Porto e as publicações periódicas. *Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição*. Lisboa. ISSN 0874-1336. Vol. 26 (2010) p. 619-629.

CABRAL, Luís, coord. – *Biblioteca Pública Municipal do Porto : exposição no 150º aniversário da sua fundação 1833-1983*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1984, p. 13-38.

CABRAL, Luís – Bibliotecas para os mais novos: Porto, 2ª metade do séc. XX. *Boletim Solta Palavra*. Porto. N.º 13/14 (2008) p. 37-41.

CABRAL, Luís – A leitura para crianças e jovens na Biblioteca Pública Municipal do Porto, durante a primeira metade do séc. XX. *Boletim Solta Palavra*. Porto. N.º 3 (2003) p. 22-24.

CABRAL, Luís – Males e Remédios: Rocha Peixoto e a Biblioteca do Porto. *Boletim Cultural Povoada de Varzim*. ISSN 0870-4589. Vol. 43 (2009) p. 137-161.

CABRAL, Luís; MEIRELES, Maria Adelaide – *Tesouros da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Lisboa : Edições Inapa, 1998. ISBN 972-8387-13-X.

Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde que assumiu a regencia em 3 de Março de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833. 2.^a Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836.

Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde que assumiu a regencia em 3 de Março de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833, 2.^a Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836.

Copiador. Diversas Autoridades, 1841-1886.

Copiador. Câmara Municipal, 1898-1918.

Copiador de Cartas 1933-1935.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - *ISAAR(CPF): Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias*. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.^a ed.- Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2004

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS - *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999*; trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.^a ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2002.

CRUZ, António – *A Biblioteca Pública Municipal do Porto na Cidade e na Região. Biblioteca Portucalensis*. Porto. 2.^a Série, n.º 3 (1988) p. 7-21.

CRUZ, António – *Catálogo dos Manuscritos : códices n. 1225 a 1364*. Porto: BPMP, 1952.

CRUZ, António – *Relatório do Director referente ao ano de 1945*. Porto: BPMP, 1945.

CRUZ, António – *Bibliotecas Móveis*. Ofícios Expedidos. Porto: BPMP (1963).

CRUZ, António – *As Bibliotecas americanas: organização, funcionamento, ensinamento: relatório duma missão de estudo: relatório de uma missão de estudo*. Porto: BPMP, 1949. Sep. de: *Civitas*.

DE BRUYNE, Paul [et al.] – *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. Paris: P.U.F., 1974.

FERNANDES, Daniela Teixeira – *Pedra a pedra: estudo sistemático de um arquivo empresarial*. Lisboa : Gabinete de Estudos a&b, 2004. ISBN 972-98827-2-X.

FERREIRA, António Matos – Desarticulação do Antigo Regime e guerra civil. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. ISBN 972-42-2460-0. vol. 3.

FERREIRA, António Matos – A constitucionalização da Religião. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. ISBN 972-42-2460-0. vol. 3.

FERREIRA, António Matos – Liberalismo. In *Dicionário de História de Portugal*. Direcção de Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. vol. 4, p. 428-436.

GANDRA, João Nogueira – Relatório Geral da Real Bibliotheca Publica da Cidade do Porto desde os principios da sua fundação em 1833 até o fim do anno de 1843. *Biblioteca Portucalensis*. Porto. 2ª Série, n.º 3 (1988) p. 85-102.

LESSARD-HÉBERT, Michelle [et al.] – *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. ISBN 972-9295-75-1

MENDES, Maria Teresa Pinto; SIMÕES, Maria da Graça – Indexação por assuntos: princípios gerais e normas. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, 2002. ISBN 972-98827-0-3.

NEVES, Álvaro – Apontamentos históricos sobre bibliotecas portuguesas. In RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1871-1914. vol. 19, p. 25-36.

Organização dos Serviços não Municipalizados da CMP. [S. l. : s. n., 1940].
Sep. de: *Boletim Municipal*. Porto. N.º 245 (1940).

PARADIGMAXIS – *Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo: manual de utilizador*. [S.l.] : ParadigmaXis, 2008.

PINTO, Antero Albano da Silveira – 7.º Relatório da Real Bibliotheca Publica do Porto referido ao anno que decorre de 1850. *Biblioteca Portucalensis*. Porto. 2ª série, n.º 4 (1989) p. 149-153.

PINTO, Antero Albano da Silveira – 16.º Relatório da Real Bibliotheca Publica do Porto. *Biblioteca Portucalensis*. Porto. 2ª Série, n.º 5 (1990) p. 155-160.

PINTO, Antero Albano da Silveira – 25.º Relatório da Real Bibliotheca Publica do Porto. *Biblioteca Portucalensis*. Porto. 2ª Série, n.º 6 (1991) p. 124-131.

PINTO, Antero Albano da Silveira – 30.º Relatório da Real Bibliotheca Publica do Porto. *Biblioteca Portucalensis*. Porto. 2ª Série. n.º 6 (1991) p. 147-154.

Proposta de Reorganização dos Serviços. Livro 16.º de Próprias (Vários) do Arquivo da BPMP, 1924-1926 p.1-4.

Registo do Regulamento Interino para a Real Biblioteca Publica do Porto. Livro 3º de Próprias do Arquivo da RBPP 1833-1871.

Regulamento para a Leitura Nocturna. Livro de Próprias da RBPP (Câmara) 1874 – 1899, doc. n.º 88.

Regulamento para a Biblioteca Pública Municipal do Porto. Livro 16.º de Próprias (Vários) 1924-1926, do Arquivo da BPMP.

Regulamento Interno. Ofícios Expedidos. Porto: Biblioteca Municipal do Porto (1947)

Regulamento da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Separata do Boletim Municipal. Porto: CMP. N.º 594 (1947).

REBELO, Carlos Alberto – *A Difusão da leitura pública: as bibliotecas populares: 1870-1910.* Porto: Campo das Letras, 2002. ISBN 972-610-495-5.

Regras Internas de Descrição. 2ª versão. Porto: Departamento Municipal de Arquivos da Câmara Municipal do Porto, 2009.

RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional : modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo.* Porto: Reitoria da Universidade, 2001. ISBN 972-8025-12-2.

RIBEIRO, Fernanda – *Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos.* Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1996. ISBN 972-605-041-3.

RIBEIRO, Fernanda – Os Arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. *Boletim Cultural - Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.* Famalicão. 3ª série, nº 1 (2005) p.129-133.

RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos: o acesso à informação no quadro de desenvolvimento dos arquivos em Portugal*. Porto, 1998. pt.1. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id06id131&sum=sim>>

RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos: os instrumentos de acesso à informação*. Porto, 1998. pt.2, Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7058>>

SILVA, Armando Malheiro [et al.] – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998. (Biblioteca das Ciências do Homem. Plural; 2). Vol. 1. ISBN 972-36-0483-3.

SILVA, Armando Malheiro; Ribeiro, Fernanda – *Das «ciências» documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4

SILVA, António Martins da – *Extinção das Ordens Religiosas*. In *Dicionário de História de Portugal*. Direcção de Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, vol. 4, p. 232-236.

TORGAL, Luís Reis – *A Instrução Pública*. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores, 2008. Vol. 10, p. 343-388. ISBN 978-972-42-37-67-1.

VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Manuela Tavares – *Ideologias e Práticas Políticas*. In MATOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores, 2007, vol. IX, p. 235. ISBN 978-972-42-3970-5.

VALENTE, Vasco – *Biblioteca Pública Municipal do Porto: novas achegas para a sua história*. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto. Vol. I, fasc. III (Set. 1938) p. 445-472.

APÊNDICES

APÊNDICE A
QUADROS DE CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO

Quadros de contexto da produção de informação

Período 1833 – 1925

SL Serviços de Leitura (1833-1925)

BPMP/BPMP/SL/51 Catálogo de manuscritos (1831-1842)

BPMP/BPMP/SL/37 [Registo da] frequência de leitores (1841 – 1934)

BPMP/BPMP/SL/39 [Livro de registo dos] visitantes (1841-1947)

BPMP/BPMP/SL/52 Catálogo de periodicos noticiosos e políticos (1846-1855)

BPMP/BPMP/SL/49 [Livro de registo dos Visitantes do] Museu da Cidade do Porto
(1852 1903)

BPMP/BPMP/SL/48 Esboço de inventário (1872-1873)

BPMP/BPMP/SL/44 Inventário de livros antigos (1885-1905)

BPMP/BPMP/SL/55 Caderno de romances (190? – 190?)

BPMP/BPMP/SL/38 [Registo das requisições dos leitores do Serviço de Leitura] (1904
– 1927)

BPMP/BPMP/SL/45 Inventário da Biblioteca Municipal do Porto (1908-1909)

SL-BP Bibliotecas Populares (1907 – 1925)

SL-SEL Secção de Ex-Libris (1904-1925)

SL-GECG Gabinete de Estampas e Cartas Geográficas (1902 – 1925)

SL-SIR Secção de Incunábulos e Reservados (1900 – 1925)

BPMP/BPMP/SL-SIR/44 Inventário de livros antigos (1885-1905)

BPMP/BPMP/SL-SIR/84 [Inventário do] fundo bibliográfico Pedro Ivo
(1903)

SL-SIF Serviços de Informação (1900 – 1925)

SL-SLN Serviços de Leitura Nocturna (1884 – 1896)

BPMP/BPMP/SL-SLN/56 [Mapa do movimento nocturno de leitores]
(1884 1896)

BPMP/BPMP/SL-SLN/54 [Registo do] Serviço de Leitura Nocturna
(1884 – 1975)

BPMP/BPMP/SL-SLN/54 Registo [da] leitura nocturna (1884 – 1895)

SL-GB Gabinete de Manuscritos (1842 – 1925)

SE Secretaria (1833-1925)

BPMP/BPMP/SE/35 Livro de Próprias do Arquivo da Real Biblioteca Pública do Porto
(1833 – 1899)

BPMP/BPMP/SE/43 [Índice alfabético do primeiro e segundo livro de Próprias] (1833 –
1873)

BPMP/BPMP/SE/45 [Cópias dos relatórios da Real Biblioteca Pública do Porto] (1833
– 1896)

BPMP/BPMP/SE/53 Remessas da Imprensa Nacional (1835 – 1857)

BPMP/BPMP/SE/29 [Copiador de] documentos referentes à cedência por oferta,
compra e venda de Livros da Real Biblioteca Pública do Porto. (1835 – 1901)

BPMP/BPMP/SE/42 Suplemento aos 7 primeiros livros de Próprias do Arquivo da Real
Biblioteca Pública do Porto (Vários) (1836 – 1908)

BPMP/BPMP/SE/36 Copiador (1837 – 1841)

BPMP/BPMP/SE/42 Remessas de várias Tipografias (1839 – 1875)

BPMP/BPMP/SE/57 [Correspondência da] imprensa da Universidade de Coimbra
(1840 – 1858)

BPMP/BPMP/SE/35 Copiador [da] correspondência com a Administração Geral do
Distrito do Porto (1841 – 1852)

BPMP/BPMP/SE/31 Copiador [do] Ministério do Reino (1841 – 1888)

BPMP/BPMP/SE/30 Copiador [da] Câmara Municipal (1841 – 1918)

BPMP/BPMP/SE/32 Copiador [das] diversas autoridades [e outros Indivíduos] (1841 –
1918)

BPMP/BPMP/SE/43 Estatística [de leitura e frequência de leitores] (1849 – 1940)

BPMP/BPMP/SE/61 Litígios referentes às livrarias Balsemão e Garret com o Município
do Porto (1852 – 1855)

BPMP/BPMP/SE/37 Copiador [da] correspondência com o Procurador [em Lisboa] (1856 – 1857)

BPMP/BPMP/SE/44 Próprias do Procurador da Câmara em Lisboa com referência à Real Biblioteca Publica do Porto (1856 – 1900)

BPMP/BPMP/SE/49 [Livro de registo dos encadernadores] (1857 – 1903)

BPMP/BPMP/SE/39 Copiador [da] correspondência com as tipografias (1861 – 1872)

BPMP/BPMP/SE/28 [Talões dos recibos da] administração dos domínios directos da casa de Abrantes. (1861 – 1959)

BPMP/BPMP/SE/40 Obras oferecidas pelas Tipografias (1866 – 1871)

BPMP/BPMP/SE/38 Copiador [de] compra e venda de livros [estrangeiros] (1866 – 1876)

BPMP/BPMP/SE/46 Livro [de registo] da apreciação e inteligência individual dos três guardas-salas suplentes (1870)

BPMP/BPMP/SE/36 Livro de Próprias do Arquivo da Real Biblioteca Pública do Porto (Vários) (1874 – 1963)

BPMP/BPMP/SE/54 Remessas da Imprensa da Universidade [de Coimbra] (1877 – 1908)

BPMP/BPMP/SE/47 Livro de registo de actas de deliberações (1878 – 1889)

BPMP/BPMP/SE/58 [Livro de contas conferidas e processadas para pagamento] (1878 – 1899)

BPMP/BPMP/SE/46 Livro das ofertas feitas a esta Real Biblioteca Pública do Porto (1883 – 1904)

BPMP/BPMP/SE/56 [Livreiros fornecedores das] publicações estrangeiras (1890 – 1900)

BPMP/BPMP/SE/53 Ponto dos empregados (1897 – 1998)

BPMP/BPMP/SE/52 Documentos de despesa da Biblioteca Pública Municipal do Porto (1899 – 1999)

BPMP/BPMP/SE/40 Copiador rápido (1893-1895)

BPMP/BPMP/SE/60 Registo de revistas, jornais e outras publicações estrangeiras, em curso, por compra e oferta (1900 – 1903)

BPMP/BPMP/SE/59 Registo de requisições [às tipografias] (1900 – 1907)

BPMP/BPMP/SE/50 Registo de entradas [e] compras (1900 – 1998)

BPMP/BPMP/SE/62 Relação de livros ofertados à Biblioteca de Ponte de Lima (1901)

BPMP/BPMP/SE/41 Ofertas [e] opúsculos (1901 – 1903)

BPMP/BPMP/SE/51 Registo de pedidos [de emprêstimos] de publicações novas e em falta (1904 – 1931)

BPMP/BPMP/SE/47 Registo de entradas, propina e ofertas (1904 – 1947)

BPMP/BPMP/SE/48 Projecto de aquecimento da Biblioteca (1905)

BPMP/BPMP/SE/33 [Copiador do Museu Municipal do Porto] (1906 – 1919)

BPMP/BPMP/SE/50 [Biblioteca N° 12] Livro de registo das obras emprestadas e lidas na biblioteca (1919-1927)

BPMP/BPMP/SE/34 Copiador [de agradecimentos e recebimentos de publicações] (1920 – 1941)

OF Oficina de Encadernações (1850 – 1925)

Quadros de contexto da produção de informação

Período 1925 – 1926

1SE 1ª Secção Expediente (1925-1926)

BPMP/BPMP/1SE/43 Estatística [de leitura e frequência de leitores] (1849 – 1940)

BPMP/BPMP/1SE/28 [Talões dos Recibos da] administração dos domínios directos da casa de Abrantes. (1861 – 1959)

BPMP/BPMP/1SE/36 Livro de Próprias do Arquivo da Real Biblioteca Pública do Porto (Vários) (1874 – 1963)

BPMP/BPMP/1SE/44 Inventário de livros antigos (1885-1905)

BPMP/BPMP/1SE/53 Ponto dos empregados (1897 – 1998)

BPMP/BPMP/1SE/52 Documentos de despesa da Biblioteca Pública Municipal do Porto (1899 – 1999)

BPMP/BPMP/1SE/50 Registo de entradas [e] compras (1900 – 1998)

BPMP/BPMP/1SE/51 Registo de pedidos [de emprêstimos] de publicações novas e em falta (1904 – 1931)

BPMP/BPMP/1SE/84 [Inventário do] fundo bibliográfico Pedro Ivo (1903)

BPMP/BPMP/1SE/38 [Registo das requisições dos leitores do Serviço de Leitura] (1904 – 1927)

BPMP/BPMP/1SE/47 Registo de entradas, própina e ofertas (1904 – 1947)

BPMP/BPMP/1SE/50 [Biblioteca Nº 12] Livro de registo das obras emprestadas e lidas na biblioteca (1919-1927)

BPMP/BPMP/1SE/34 Copiador [de agradecimentos e recebimentos de publicações] (1920 – 1941)

2SBE 2ª Secção Biblioteca Erudita (1925-1926)

BPMP/BPMP/2SBE/37 [Registo de] frequência de leitores (1841 – 1934)

BPMP/BPMP/2SBE/39 [Livro de registo dos] visitantes (1841-1947)

2SBE-SLN Serviço de Leitura Nocturna

BPMP/BPMP/2SBE-SLN/56 [Mapa do movimento nocturno de leitores] (1884 1896)

BPMP/BPMP/2SBE-SLN/54 [Registo do] serviço de leitura nocturna
(1884 – 1975)

2SBE-SLD Serviço de Leitura Domiciliária

3SBP 3ª Secção Biblioteca Popular

3SBP-BI Bibliotecas Infantis

3SBP-BM Bibliotecas Móveis

Período 1926 – 1947

ST Serviços Técnicos (1926-1947)

- BPMP/BPMP/ST/50 Registo de entradas [e] compras (1900 – 1998)
- BPMP/BPMP/ST/47 Registo de entradas, própina e ofertas (1904 – 1947)
- BPMP/BPMP/ST/50 [Biblioteca N° 12] Livro de registo das obras emprestadas e lidas na Biblioteca (1919-1927)
- BPMP/BPMP/ST/58 [Relação das espécies bibliográficas do legado do Dr. Pedro Augusto Dias] (1932)
- BPMP/BPMP/ST/64 [Registo de ofertas e entradas do depósito legal] (1934 – 1965)
- BPMP/BPMP/ST/73 Registo da [entrada] de jornais (1936 – 1939)
- BPMP/BPMP/ST/62 Registo de ofertas (1944 – 1994)
- BPMP/BPMP/ST/57 [Relação das espécies bibliográficas do] legado de Augusto Nobre (1946)

SBP Serviço de Bibliotecas Populares (1926-1947)

SBP-BO Bairro Ocidental SBP-BOR Bairro Oriental

SAL Serviços Administrativos e de Leitura (1926-1947)

- BPMP/BPMP/SAL/37 [Registo da] frequência de leitores (1841 – 1934)
- BPMP/BPMP/SAL/39 [Livro de Registo dos] visitantes (1841-1947)
- BPMP/BPMP/SAL/43 Estatística [de leitura e frequência de leitores] (1849 – 1940)
- BPMP/BPMP/SAL/28 [Talões dos Recibos da] administração dos domínios directos da casa de Abrantes. (1861 – 1959)
- BPMP/BPMP/SAL/36 Livro de Próprias do Arquivo da Real Biblioteca Pública do Porto (Vários) (1874 – 1963)
- BPMP/BPMP/SAL/44 Inventário de livros antigos (1885-1905)
- BPMP/BPMP/SAL/53 Ponto dos empregados (1897 – 1998)
- BPMP/BPMP/SAL/52 Documentos de despesa da Biblioteca Pública Municipal do Porto (1899 – 1999)
- BPMP/BPMP/SAL/84 [Inventário do] fundo bibliográfico Pedro Ivo (1903)

BPMP/BPMP/SAL/38 [Registo das requisições dos leitores do Serviço de Leitura] (1904 – 1927)

BPMP/BPMP/SAL/51 Registo de pedidos [de emprêstimos] de publicações novas e em falta (1904 – 1931)

BPMP/BPMP/SAL/47 Registo de entradas, propina e ofertas (1904 – 1947)

BPMP/BPMP/SAL/34 Copiador [agradecimentos e recebimentos de publicações] (1920 1941)

BPMP/BPMP/SAL/56 Copiador de cartas (1928 – 1939)

BPMP/BPMP/SAL/61 Estatística de leitura [e frequência diurna] (1928 – 1953)

BPMP/BPMP/SAL/96 Estatística de obras adquiridas [para propina] (1933 – 1943)

BPMP/BPMP/SAL/64 Registo de documentos recebidos e expedidos (1934 – 1938)

BPMP/BPMP/SAL/55 [Registo do] Serviço de Leitura Diurna (1934 – 2010)

BPMP/BPMP/SAL/60 [Registo de cópias de] informações (1937 – 2004)

BPMP/BPMP/SAL/59 Ofícios expedidos (1937 – 2008)

BPMP/BPMP/SAL/65 Registo de documentos expedidos (1938 – 1939)

BPMP/BPMP/SAL/57 Copiador [de] informações (1939 1942)

BPMP/BPMP/SAL/66 [Registo de correspondência recebida] (1941 – 1942)

BPMP/BPMP/SAL/63 Estatística [do movimento] no segundo período [de leitura diária] (1943)

BPMP/BPMP/SAL/98 Estatística da segunda secção de leitura (1944)

SAL-SVCA Sala D. Virgínia Castro e Almeida (1945 – 1947)

BPMP/BPMP/SAL-SVCA/63 [Registo do] Serviço de Leitura Feminina (1945-1952)

SAL-SMR Secção de Manuscritos e Reservados (1934-1947)

BPMP/BPMP/SAL-SMR/44 Inventário de livros antigos (1885-1905)

BPMP/BPMP/SAL-SMR/84 [Inventário do] fundo bibliográfico Pedro Ivo (1903)

SAL-SLN Serviço de Leitura Nocturna (a partir de 1928)

BPMP/BPMP/SAL-SLN/54 [Registo do] Serviço de Leitura Nocturna (1884 – 1975)

MA Museu de Autógrafos (1936 – 1947)

Quadros de contexto da produção de informação

A Partir de 1947

STEC Serviços Técnicos (a partir de 1947)

BPMP/BPMP/STEC/89 Instruções para organização e funcionamento do catálogo colectivo das Bibliotecas Portuguesas (1967 – 1968)

STEC-LE Leitura (a partir de 1947)

BPMP/BPMP/STEC-LE/55 [Registo do] serviço de leitura diurna (1934 – 2010)

BPMP/BPMP/STEC-LE-BPN1/85 [Registo dos empréstimos da biblioteca popular N°1] (1951 – 1969)

BPMP/BPMP/STEC-LE/71 [Exposição do] espólio manuscrito de Teixeira de Pascoais na Biblioteca Pública Municipal do Porto (2000 – 2003)

BPMP/BPMP/STEC-LE/78 Livro [de registo] de visitantes [das exposições temporárias] (1949 – 2007)

STEC-LE-BS Biblioteca Sonora (a partir de 1971)

BPMP/BPMP/STEC-LE-BS/93 [Livro de ponto dos funcionários da biblioteca sonora] (1978 – 1980)

BPMP/BPMP/STEC-LE-BS/91 Equipas de ensino integrado – [requisições da Sonora] (1990 – 1993)

BPMP/BPMP/STEC-LE-BS/90 Escolas (2001 – 2003)

STEC-LE-HE Hemeroteca

BPMP/BPMP/STEC-LE-HE/75 [Registo do] serviço de leitura na Hemeroteca (1948 – 2005)

STEC-LE-SI Sala Infantil

BPMP/BPMP/STEC-LE-SI/74 [Registo do Serviço da] Sala Infantil de Almeida Garret (1949 – 1951)

BPMP/BPMP/STEC-LE-SI/77 [Registo do serviço da] Biblioteca Infantil (1972 – 2005)

STEC-LE-SLD Serviço de Leitura Domiciliária

BPMP/BPMP/SA/92 Contas-Correntes com os leitores [para o Serviço de Empréstimo de livros] (1948 – 1993)

BPMP/BPMP/STEC-LE-SLD/99 Residências dos leitores domiciliários
(1960 – 1968)

BPMP/BPMP/STEC-LE-SLD/87 [Pedidos de empréstimos de publicações]
(1983 – 1985)

BPMP/BPMP/STEC-LE-SLD/103 [Registo de] leitura domiciliária (1983 –
1992)

STEC-LE-SLN Serviço Leitura Nocturna (a partir de 1947)

BPMP/BPMP/STEC-LE-SLN/54 [Registo do] Serviço de Leitura Nocturna
(1884 – 1975)

STEC-LE-BPPI Biblioteca Popular Pedro Ivo (1948 – 2005)

BPMP/BPMP/SL/84 [Inventário do] fundo bibliográfico Pedro Ivo (1903)

BPMP/BPMP/STEC-LE-BPPI/76 [Registo do movimento da] Biblioteca
Popular de Pedro Ivo (1948 – 1985)

BPMP/BPMP/STEC-LE-BPPI/97 Estatística de frequência e leitura diurna
[da Biblioteca Popular Pedro Ivo] (1955 – 1963)

BPMP/BPMP/STEC-LE-BPPI/105 Processo das Bibliotecas Populares
(1967)

STEC-LE-BIT Bibliotecas Itinerantes (1958 – 1974)

**STEC-LE-BMBB Biblioteca Móvel Batalhão Sapadores Bombeiros
(1948 – 1969)**

**STEC-LE-SFVCA Sala Feminina D. Virgínia de Castro e Almeida
(1945 – 1952)**

BPMP/BPMP/STEC-LE-SVCA/63 [Registo do] Serviço de Leitura
Feminina (1945-1952)

STEC-SB Serviços Bibliográficos (a partir de 1947)

BPMP/BPMP/SL/44 Inventário de livros antigos (1885-1905)

BPMP/BPMP/STEC-SB/50 Registo de entradas [e] compras (1900 – 1998)

BPMP/BPMP/STEC-SB/64 [Registo de ofertas e entradas do Depósito Legal] (1934-1964)

BPMP/BPMP/STEC-SB/62 Registo de ofertas (1944 – 1994)

BPMP/BPMP/STEC-SB/68 [Relação das Espécies Bibliográficas do] legado de Alberto Correia (1952)

BPMP/BPMP/STEC-SB/82 Inventário da Biblioteca jurídica Dr. Melo Leote (1952)

BPMP/BPMP/STEC-SB/83 Pasta dos legados (1952 – 1983)

BPMP/BPMP/STEC-SB/66 [Registo das espécies bibliográficas do legado de Vitorino Ribeiro] (1955)

BPMP/BPMP/STEC-SB/67 Biblioteca Nacional de Lisboa[compras, ofertas e permutas] (1955 – 1956)

BPMP/BPMP/STEC-SB/65 Lista de compras, ofertas e permutas da Biblioteca Nacional (1955 – 1957)

BPMP/BPMP/STEC-SB/99 [Registo de aquisições para] Bibliotecas Itinerantes (1958 – 1998)

BPMP/BPMP/STEC-SB/84 [Relação das espécies bibliográficas do] legado de Joaquim Leitão (1959)

BPMP/BPMP/STEC-SB/70 [Relação das espécies bibliográficas do] legado do Dr. António Cobeira (1960)

BPMP/BPMP/STEC-SB/72 [Relação das espécies bibliográficas do] legado de D. Berta Pinho dos Santos Vilares (1961)

BPMP/BPMP/STEC-SB/72 [Relação das espécies bibliográficas do] legado do Dr. Carlos de Passos (1962)

BPMP/BPMP/STEC-SB/81 [Relação das espécies bibliográficas do] legado de Dr. José Augusto Castelo Branco e Castro (1966)

BPMP/BPMP/STEC-SB/69 [Relação das espécies bibliográficas do] legado do Almirante Gago Coutinho (1969)

BPMP/BPMP/STEC-SB/70 [Lista de livros legados pelo Prof. Doutor Artur Ricardo Jorge à Biblioteca Pública Municipal do Porto (1969 – 1973)

BPMP/BPMP/STEC-SB/78 [Inventário sumário do legado de D. Guilhermina Azeredo] (1975)

BPMP/BPMP/STEC-SB/102 Processo do inventário obrigatório da Câmara Municipal do Porto a Carolina José Dias de Castro Gonçalves de Oliveira (1976 – 1978)

BPMP/BPMP/STEC-SB/79 [Relação das espécies bibliográficas do] legado de D. Carolina José Dias de Castro Gonçalves de Oliveira (1979)

BPMP/BPMP/STEC-SB/73 [Relação das espécies bibliográficas da] oferta de Carmen Augusta Garcia de Miranda Guedes (1980)

BPMP/BPMP/STEC-SB/101 [Processo do] legado de Antero de Figueiredo (1980 – 1984)

BPMP/BPMP/STEC-SB/77 [Relação das espécies bibliográficas das] ofertas do Gabinete de História da Cidade (1981)

BPMP/BPMP/STEC-SB/67 [Inventário do] legado de Antero de Figueiredo [móveis e outros objectos] (1985)

BPMP/BPMP/STEC-SB/75 [Relação das espécies bibliográficas da] oferta da Câmara Municipal de Vigo (1987)

BPMP/BPMP/STEC-SB/100 [Processo do] leilão de manuscritos de Alberto Serpa (1988) ??

BPMP/BPMP/STEC-SB/68 [Relação das espécies bibliográficas da] Oferta de D. Eugênia Ribeiro (1993 – 1997)

BPMP/BPMP/STEC-SB/69 [Relação das espécies bibliográficas da] oferta [do] Eng. Guilherme Ricca Gonçalves (2003)

BPMP/BPMP/STEC-SB/74 [Relação das espécies bibliográficas da] oferta do Consulado Americano (????)

BPMP/BPMP/STEC-SB/80 Inventário dos livros [da doação da família do] Dr. Joaquim Ramos O. Pedrosa (???)

STEC-SP Serviços Paleográficos (a partir de 1947)

SA Serviços Administrativos (a partir de 1947)

BPMP/BPMP/SA/28 [Talões dos recibos da] Administração dos Domínios Directos da Casa de Abrantes. (1861 – 1959)

BPMP/BPMP/SA/36 Livro de Próprias do Arquivo da Real Biblioteca Pública do Porto (Vários) (1874 – 1963)

BPMP/BPMP/SA/53 Ponto dos empregados (1897 – 1998)

BPMP/BPMP/SA/52 Documentos de despesa da Biblioteca Pública Municipal do Porto (1899 – 1999)

BPMP/BPMP/SA/47 Registo de entradas, pr ópina e ofertas (1904 – 1947)

BPMP/BPMP/SAL/61 Estatística de leitura [e frequência diurna] (1928 – 1953)

BPMP/BPMP/SA/60 [Registo de cópias de] informações (1937 – 2004)

BPMP/BPMP/SA/59 Ofícios expedidos (1937 – 2008)

BPMP/BPMP/STEC-LE-SLD/94 Leitura Domiciliária [Restituição de Cauções] (1948 – 1958)

BPMP/BPMP/SA/92 [Índice de correspondência recebida desde 1948 a 1959] (1948 – 1959)

BPMP/BPMP/SA/98 [Registo das desistências da] Leitura Domiciliária (1948 – 1974)

BPMP/BPMP/SA/92 Contas-Correntes com os leitores [para o Serviço de Empréstimo de livros] (1948 – 1993)

BPMP/BPMP/SA/84 Registo de Correspondência (1948 – 1998)

BPMP/BPMP/SA/83 Pasta dos legados (1952 – 1983)

BPMP/BPMP/SA/97 Estatística de frequência e leitura diurna [da Biblioteca Popular Pedro Ivo] (1955 – 1963)

BPMP/BPMP/SA/101 Justificação de faltas [dos funcionários] (1955 – 1968)

BPMP/BPMP/SA/88 Expediente (1956 – 1974)

BPMP/BPMP/SA/82 Diversos [ofícios da repartição] (1963 – 1997)

BPMP/BPMP/SA/84 Correspondência recebida (1964 – 2008)

BPMP/BPMP/SA/105 Processo das Bibliotecas Populares (1967)

BPMP/BPMP/SA/104 Horas extraordinárias (1969 – 1986)

BPMP/BPMP/SA/95 Quadros estatísticos [da Direcção dos Serviços de Finanças da Câmara Municipal do Porto] (1973)

BPMP/BPMP/SA/102 Processo do inventário obrigatório da Câmara a Carolina José Dias de Castro Gonçalves de Oliveira (1976 – 1978)

BPMP/BPMP/STEC-SB/98 [Livro de actas das reuniões e plenários da Comissão Directiva da Biblioteca Pública Municipal do Porto] (1976 – 1979)

BPMP/BPMP/SA/89 Orçamentos (1977 – 1985)

BPMP/BPMP/SA/93 [Livro de ponto dos funcionários da Biblioteca Sonora] (1978 – 1980)

BPMP/BPMP/SA/101[Processo do] legado de Antero de Figueiredo (1980 – 1984)
BPMP/BPMP/SA/94 [Estatística das] requisições de leitores [na Sala de Leitura] (1980 – 1997)
BPMP/BPMP/SA/91 Microfilmes (1982 – 1985)
BPMP/BPMP/SA/105 ADSE (1980 – 1985)
BPMP/BPMP/SA/89 Relatórios [de actividades] (1987 – 1991)
BPMP/BPMP/SA/80 Duplicados de ofícios de contabilidade (1987 – 1999)
BPMP/BPMP/SA/100 [Processo do] leilão de manuscritos de Alberto Serpa (1988) ??
BPMP/BPMP/SA/91 Equipas de ensino Integrado [requisições da Sonora] (1990 – 1993)
BPMP/BPMP/SA/88 Processos de despesa através de concurso público (1995 -2000)
BPMP/BPMP/SA/100 Conta-corrente com os fornecedores da biblioteca (1998 – 2000)
BPMP/BPMP/SA/87 Processos de despesa da Biblioteca Municipal Almeida Garret (1999 – 2006)
BPMP/BPMP/SA/86 Processos de despesa (2000 – 2009)
BPMP/BPMP/SA/90 Escolas (2001 – 2003)
BPMP/BPMP/SA/80 Recibos [e] facturas (2003 – 2008)
BPMP/BPMP/SA/79 Ofícios [de] oferta agradecidos (2005 – 2007)

APÊNDICE B
LISTA DE TERMOS DE INDEXAÇÃO

ACADÉMIA DAS CIÊNCIAS

TG Correspondência

ACTAS DE DELIBERAÇÕES

TR Decisão camarária

TR Presidente da Câmara

TR Vereador inspector da Biblioteca

TR Bibliotecário

ACTIVIDADE

TG Relatório

TE Biblioteca Pública Municipal do

Porto

ADSE

UP Assistência na Doença aos

Servidores Civis do Estado

TE Legislação

TE Circular (documento)

TR Funcionário

AGRADECIMENTO

TG Ofício (documento)

AQUECIMENTO (projecto)

TG Telegrama

TG Orçamento

TE Biblioteca Pública Municipal do

Porto

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO

DISTRITO DO PORTO

TG Correspondência

TG Copiador

TR Biblioteca Pública Municipal do

Porto

ADMINISTRADOR DO BAIRRO DE

SANTA CATARINA

TG Correspondência

ALEXANDRE GARRET

TG Livraria

ALFANDÊGA DO PORTO

TG Correspondência

ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS

SERVIDORES CIVIS DO ESTADO

USE ADSE

AUTOR

TG Registo das requisições

Allen, Eduardo Augusto

USE Allen, Eduardo

ALLEN, Eduardo

UP Allen, Eduardo Augusto

TG Bibliotecário

ALFÂNDEGA

TG Correspondência

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL
DO PORTO

TR Gabinete de História da Cidade do
Porto

AVALIAÇÃO

TE Guarda-Salas

BIBLIOTECA DE BRAGA
BIBLIOTECA

TG Correspondência

BALANÇO

TE Média nocturna

TE Número total de leitores

TE Volume de obras pedidas

TE Número de noites

TE Leitores

TR Serviço de Leitura Nocturna

BÍBLIA

TG Catálogo

BIBLIOTECA PÚBLICA ALMEIDA
GARRET

TG Processo de despesa

TR Biblioteca Pública Municipal do
Porto

BIBLIOTECA ITINERANTE

TR Biblioteca Popular

BIBLIOTECA INFANTIL

TE Registo de entradas (leitores)

TR Sala Infantil

BIBLIOTECA POPULAR

TE Pedro Ivo (biblioteca popular)

TE Registo de entradas (leitores)

TR Biblioteca Itinerante

TR Câmara Municipal do Porto

BIBLIOTECA NACIONAL DE
LISBOA

TR Bibliotecas Portuguesas

BIBLIOTECA PÚBLICA
MUNICIPAL DO PORTO

UP Real Biblioteca Pública do Porto

UP Real Biblioteca Pública Municipal
do Porto

TG Processo de despesa

TG Nota de despesa

TG Aquecimento

TG Actividade

TE Comissão Directiva

TE Número de visitantes

TE Registo das requisições

TE Conta-corrente

TE Inventário

TE Relatório

TR Biblioteca Municipal Almeida
Garret

TR Imprensa da Universidade de
Coimbra

TR Administração Geral do Distrito do Porto	CABRAL, Luís
TR Ministério do Reino	TE Bibliotecas Públicas Portuguesas
TR Câmara Municipal do Porto	CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO
TR Museu Municipal	TG Copiador
TR Procurador da Biblioteca	TE Direcção dos Serviços de Finanças
BIBLIOTECAS PORTUGUESAS	TR Biblioteca Pública Municipal do Porto
TG Catálogo colectivo	TR Museu Municipal
TG Cabral, Luís	TR Biblioteca Popular
TR Ministério da Educação Nacional	TR Nota de despesa
TR Biblioteca Nacional de Lisboa	
BIBLIOTECA POPULAR	CÂMARA MUNICIPAL DE VIGO
TE Registo de entradas (leitores)	TG Legado
TR Câmara Municipal do Porto	
BIBLIOTECA SONORA	CARTAS
TE Equipas de ensino integrado	USE Correspondência
TE Manuais escolares	CASTRO, José Augusto Castelo Branco e
BIBLIOTECÁRIO	TG Legado
TE Allen, Eduardo	CASA DE ABRANTES (sociedade)
TE Cruz, Francisco Veloso da	TG Património
TE Pinto, Antero Albano Silveira	TR Recibo
TR Relatório	
TR Actas de deliberações	CATÁLOGO
BILHETE DE IDENTIDADE	TE Catálogo de manuscritos
TG Registo de entradas (leitores)	TE Livro de medicina
BISPO DO PORTO	TE Livro de sermões
TG Correspondência	TE Jornal literário
	TE Jornal científico

TE Jornal noticioso

TE Jornal político

TE Bíblia

CATÁLOGO COLECTIVO

TE Bibliotecas Portuguesas

CATÁLOGO DE MANUSCRITOS

TG Catálogo

TR Gabinete de Manuscritos

CAUÇÃO

TE Leitura domiciliária

CIRCULAR (documento)

TG ADSE

COMISSÃO DO RECENSEAMENTO

TG Correspondência

COMISSÃO DE SUBSCRIÇÃO

NACIONAL

TG Correspondência

COMISSÃO DIRECTIVA

TG Livro de Actas

TG Biblioteca Pública Municipal do

Porto

CONCURSO PÚBLICO

TG Processo de despesa

CONTABILIDADE

TG Ofício (documento)

CONDE DO PORTO

TG Correspondência

CONTA-CORRENTE

TG Biblioteca Pública Municipal do

Porto

TE Leitura domiciliária

TE Fornecedor

CONTROLO DE ENTRADAS

(publicações impressas)

TR Tipografia

TR Direitos de autor

TR Publicações estrangeiras

TR Depósito legal

CONSELHO DO MUSEU

BRITÂNICO

TG Correspondência

CONSELHO ULTRAMARINO

TG Correspondência

CÔNSUL AMERICANO

TG Correspondência

TR Consulado Americano

CONSULADO AMERICANO

TG Legado

CONSELHO SUPERIOR DE	TE Ministério dos Negócios
INSTRUÇÃO PÚBLICA	Estrangeiros
TG Correspondência	TE Cônsul Americano
	TE Escrivão da Câmara
COPIADOR (série arquivística)	TE Administrador do bairro de Santa
TE Administração Geral do Distrito do	Catarina
Porto	TE Alfândega do Porto
TE Ministério do Reino	TE Inspector Geral dos Correios
TE Câmara Municipal do Porto	TE Governo Civil do Porto
TE Museu Municipal	TE Comissão do Recenseamento
TE Procurador	TE Juiz de direito da segunda vara
TE Tipografia	TE Conselho Superior de Instrução
TR Correspondência	Pública
TR Registo da correspondência	TE Junta Provisória
TR Ofício (documento)	TE Ministério da Guerra
	TE Vereador Inspector da Biblioteca
CORREIA, Alberto	TE Conselho Ultramarino
TG Legado	TE Conde do Porto
TR Correia, Marcellino (pseudónimo)	TE Conselho do Museu Britânico
	TE Académia das Ciências
CORREIA, Marcellino (pseudónimo)	TE Real Academia de História de
TR Correia, Alberto	Madrid
	TE Governo da Índia
CORRESPONDÊNCIA	TE Inspector das Bibliotecas
UP Cartas	TE Vasconcelos, Joaquim de
TE Ivo, Pedro (pseudónimo)	TE Comissão de Subscrição Nacional
TE Procurador da Biblioteca	TE Biblioteca de Braga
TE Imprensa da Universidade de	TR Copiador
Coimbra	TR Ofício (documento)
TE Administração Geral da	
Administração do Distrito do Porto	CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA
TE Bispo do Porto	TG Índice
	TR Próprias

COUTINHO, Gago (almirante)
TG Legado

CLASSE DA OBRA CONSULTADA
TG Estatística

Cruz, Francisco Velloso da
USE Cruz, Francisco Veloso da

CRUZ, Francisco Veloso da
UP Cruz, Francisco Velloso da
TG Primeiro bibliotecário

DATA DE ENTRADA
TG Registo de entradas (leitores)
TG Registo das requisições
TG Serviço de leitura diurna
TG Pedro Ivo (biblioteca popular)
TG Número de leitores

DATA DE REQUISIÇÃO
USE Data de saída

DATA DE SAIDA
UP Data de requisição
TG Registo das requisições

DECISÃO CAMARÁRIA
TR Actas de deliberações

DEPÓSITO LEGAL
TG Ribeiro, Fernanda
TR Legislação
TR Controlo de entradas (publicações
impressas)

DESISTÊNCIA
TE Leitura domiciliária

DIAS, Pedro Augusto
TG LEGADO

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE
FINANÇAS
TG Câmara Municipal do Porto
TE Estatística

DIREITOS DE AUTOR
TR Tipografia
TR Controlo de entradas (publicações
impressas)

DOAÇÃO
TG Ponte de Lima
TR Peixoto, António Augusto da Rocha

DOCUMENTO DE DESPESA
TR Conta corrente
TR Livro de verbas
TR Fundo do maneió
TR Processo de despesa

DOMÍNIO

USE Património	TG Pedro Ivo (biblioteca popular)
	TG Relatório
EDITOR	TG Serviço de Leitura Nocturna
TE Inventário	TG Sala de leitura
	TG Direcção dos Serviços de Finanças
EMPREGADO	TE Horas extraordinárias
USE Funcionário	TE Número de leitores
	TE Profissão
EMPRÉSTIMO	TE Classe da obra consultada
USE Requisição	TE Movimento nocturno
	TR Registo de entradas (leitores)
	TR Frequência de Leitores
EQUIPAS DE ENSINO INTEGRADO	
TG Biblioteca Sonora	EX-Libris
TR Ministério da Educação Nacional	TE Inventário
ENCADERNADOR	EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA
TR Encadernação	TG Pascoais, Teixeira
TE Obras	TG Visitante
TE Volumes	
ENCADERNAÇÃO	FACTURA
TR Encadernador	TG Fornecedor
ESCRIVÃO DA CÂMARA	FIGUEIREDO, Antero de
TG Correspondência	TG Legado
	TG Inventário
ESPÓLIO MANUSCRITO	FORNECEDOR
TG Pascoais, Teixeira	TG Conta-corrente
	TE Recibo
	TE Factura
ESTATÍSTICA	
UP Mapa estatístico	

FUNCIONÁRIO

UP Empregado

TG Livro de ponto

TG Horas extraordinárias

TE Justificação de falta

TR ADSE

GUEDES, Carmen Augusta Garcia de

Miranda

TG Legado

GUARDA-SALAS

TG Avaliação

FREQUÊNCIA DE LEITORES

TR Registo de entradas (leitores)

TR Estatística

TR Serviço de Leitura Nocturna

TR Movimento nocturno

GUILHERMINA, AZEREDO

TG Legado

TG Inventário

HEMEROTECA

TE Registo de entradas (leitores)

GABINETE DE LEITURA

TR Inventário

GABINETE DE HISTÓRIA DA

CIDADE DO PORTO

TG Legado

TR Arquivo Histórico Municipal

HORAS EXTRAORDINÁRIAS

TG Estatística

TE Funcionário

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE

COIMBRA

TG Correspondência

TR Biblioteca Pública Municipal do
Porto

GABINETE DE MANUSCRITOS

TR Catálogo de manuscritos

GONÇALVES, Guilherme Ricca

TG Legado

ÍNDICE

TE Correspondência recebida

GOVERNO CIVIL DO PORTO

TG Correspondência

INSPECTOR GERAL DOS

CORREIOS

TG Correspondência

GOVERNO DA ÍNDIA

TG Correspondência

INSTITUIÇÃO

TG Pedido de empréstimo

TG RIBEIRO, Fernanda

INVENTÁRIO

TE Guilhermina, Azeredo
TE Figueiredo, Antero
TE Oliveira, Carolina José Dias de
Castro Gonçalves de
TG Biblioteca Pública Municipal do
Porto
TE Leote, Melo
TE Pedrosa, Joaquim Ramos de O
TE Título da obra
TE Volumes
TE Local de publicação
TE Editor
TE Tipografia
TE Ex-libris
TR Salão de leitura
TR Gabinete de leitura
TR Serviço de leitura diurna

INSPECTOR DAS BIBLIOTECAS

TG Correspondência

IVO, Pedro (pseudónimo)

UP Lopes, Carlos
TG Correspondência
TR Romance
TR Livro de contos
TR Biblioteca Popular

JORNAL CIENTÍFICO

TG Catálogo

JORNAL LITERÁRIO

TG Catálogo

JORNAL NOTICIOSO

TG Catálogo

JORNAL POLÍTICO

TG Catálogo

JORGE, Ricardo de Almeida

TG Legado

JUNTA PROVISÓRIA

TG Correspondência

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

TE Funcionário

JUIZ DE DIREITO DA SEGUNDA

VARA

TG Correspondência

LEILÃO

TE Alberto, Serpa

LEITORES

TG Balanço

LEGADO

TE Azeredo, Guilhermina

TE Alberto, Serpa

TE Coutinho, Gago (almirante)

TE Câmara Municipal de Vigo
TE Consulado Americano
TE Castro, José Augusto Castelo Branco e
TE Dias, Pedro Augusto
TE Gabinete Histórico da Cidade do Porto
TE Gonçalves, Guilherme Ricca
TE Guedes, Carmen Augusta Garcia de Miranda
TE Figueiredo, Antero de
TE Jorge, Ricardo de Almeida
TE Leitão, Joaquim
TE Nobre, Augusto
TE Correia, Alberto
TE Leote, Melo
TE Passos, Carlos de
TE Pedrosa, Joaquim Ramos de O
TE Ribeiro, Eugênia
TE Cobeira, António
TE Correia, Alberto Marcelino
TE Oliveira, Carolina José Dias de Castro Gonçalves de
TE Ribeiro, Vitorino
TE Vilares, Berta Pinho dos Santos

LEITURA DOMICILIÁRIA

TG Caução
TG Conta-corrente
TG Desistência
TE Carta de leitor
TE Nome do leitor

LEITÃO, Joaquim

TG Legado

LEOTE, Melo

TG Legado

TG Inventário

LEGISLAÇÃO

TG ADSE

TR Tipografia

TR Depósito legal

LISBOA

TG Tipografia

LIVRARIA

TE Visconde de Balsemão

TE Alexandre Garret

TR Tipografia

LIVRO DE ACTAS

TE Comissão Directiva

LIVRO DE CONTOS

TR Ivo, Pedro (pseudónimo)

LIVRO DE MEDICINA

TG Catálogo

LIVRO DE SERMÕES

TG Catálogo

LIVRO DE PONTO

TE Funcionário

LOCAL DE PUBLICAÇÃO

UP Lugar de publicação

TE Inventário

Lopes, Carlos

USE Ivo, Pedro (pseudónimo)

LUGAR DE PUBLICAÇÃO

USE Local de publicação

MANUAIS ESCOLARES

TG Biblioteca Sonora

MANUSCRITOS

TE Alberto, Serpa

MÉDIA NOCTURNA

TG Balanço

MICROFILME

TG Serviço de Leitura

MINISTRO DA GUERRA

TG Correspondência

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS

ESTRANGEIROS

TG Correspondência

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

NACIONAL

TR Bibliotecas Portuguesas

TR Equipas de ensino integrado

MINISTÉRIO DO REINO

TG Copiador

TR Biblioteca Pública Municipal do

Porto

MOVIMENTO NOCTURNO

TG Estatística

TE Número de leitores

TR Registo de entradas (leitores)

TR Serviço de Leitura Nocturna

TR Frequência de Leitores

MUSEU MUNICIPAL DO PORTO

TG Copiador

TG Número de visitantes

TR Biblioteca Pública Municipal do

Porto

TR Câmara Municipal do Porto

NAÇÃO

TE Ribeiro, Fernanda

NATURALIDADE

TG Registo de entradas (leitores)

NOBRE, Augusto

TG Legado

NOME DO LEITOR

TG Registo de entradas (leitores)
TG Serviço de leitura diurna
TG Pedro Ivo (biblioteca popular)
TG Leitura domiciliária
TG Registo das requisições

NOVELA

TR Romance

NOTA DE DESPESA

TE Biblioteca Pública Municipal do Porto
TR Câmara Municipal do Porto

NÚMERO DE LEITORES

TG Estatística
TG Movimento nocturno
TG Registo de entradas (leitores)
TE Profissão
TE Data de entrada

NÚMERO DE NOITES

TG Balanço

NUMERO TOTAL DE LEITORES

TG Balanço

NÚMERO DE VISITANTES

TG Registo de entradas (leitores)
TE Biblioteca Pública Municipal do Porto
TE Museu Municipal do Porto

OBRA (documento)

TG Encadernador
TG Requisição

OLIVEIRA, Carolina José Dias de Castro Gonçalves de

TG Legado
TG Inventário

OFÍCIO (documento)

TE Contabilidade
TE Agradecimento
TR Copiador
TR Próprias
TR Correspondência

ORÇAMENTO

TE Aquecimento (projecto)
TE Serviço
TE Material

PASSOS, Carlos de

TG Legado

PASCOAIS, Teixeira

TE Exposição temporária
TE Espólio manuscrito

PATRIMÓNIO

UP Domínio
TE Casa de Abrantes

PEDRO IVO (biblioteca popular)

TG Biblioteca Popular

TE Registo de entradas (leitores)

TE Data de entrada

TE Nome do leitor

TE Profissão

TE Estatística

PEDROSA, Joaquim Ramos de O

TG Legado

TG Inventário

PEIXOTO, António Augusto da Rocha

TR Doação

INSTITUIÇÃO

TG Pedido de empréstimo

TG RIBEIRO, Fernanda

PINTO, Antero Albano Silveira

TG Bibliotecário

PONTE DE LIMA

TG Biblioteca

TE Doação

PORTO

TG Tipografia

PUBLICAÇÕES ESTRANGEIRAS

TR Controlo de entradas (publicações impressas)

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

TG Requisição

PRESIDENTE DA CÂMARA

TR Actas de deliberações

PRIMEIRO BIBLIOTECÁRIO

TE CRUZ, Francisco Veloso da

PROCESSO DE DESPESA

TE Concurso Público

TE Biblioteca Pública Municipal do

Porto

TE Biblioteca Municipal Almeida

Garret

TR Documento de despesa

PROCURADOR DA BIBLIOTECA

TG Correspondência

TE Lisboa

TR Tipografia

TR Biblioteca Pública Municipal do

Porto

PROFISSÃO

TG Pedro Ivo (biblioteca popular)

TG Estatística

TG Registo de entradas (leitores)

TG Número de leitores

TG Registo das requisições

PRÓPRIAS (série arquivística)

TR Registo da correspondência

TR Correspondência recebida

REQUISIÇÃO

UP Empréstimo

TE Publicações periódicas

TE Obra (documento)

RECIBO

TR Casa de Abrantes

TG Fornecedor

REGISTO DAS REQUISIÇÕES

TG Biblioteca Pública Municipal do
Porto

TE Sala de leitura

TE Autor

TE Título da obra

TE Data de saída

TR Serviço de Leitura Diurna

REGISTO DA CORRESPONDÊNCIA

TR Copiador (série arquivística)

TR Próprias (série arquivística)

REGISTO DE ENTRADAS (leitores)

TG Serviço de Leitura Nocturna

TG Serviço de Leitura Diurna

TG Biblioteca Popular

TG Hemeroteca

TG Pedro Ivo (biblioteca popular)

TG Sala Infantil

TG Biblioteca Infantil

TE Número de leitores

TE Número de visitantes

TE Profissão

TE Data de entrada

TE Nome do leitor

TE Volume de obras pedidas

TE Bilhete de identidade

TE Naturalidade

TE Residência

TR Movimento nocturno

TR Estatística

TR Frequência de Leitores

REAL BIBLIOTECA PÚBLICA DO
PORTO

USE Biblioteca Pública Municipal do
Porto

REAL ACADÉMIA DE HISTÓRIA
DE MADRID

TG Correspondência

RELATÓRIO

TG Biblioteca Pública Municipal do
Porto

TE Actividade

TE Estatística

TE Estatística de leitura

TE Folha de ordenados

TE Folha de gratificações

TE Folha de despesas

TE Catálogo de obras

TR Bibliotecário

RESIDÊNCIA

TG Registo de entradas (leitores)

RIBEIRO, Eugênia

TG Legado

RIBEIRO, Fernanda

TE Património

TE Depósito Legal

TE Nação

TE Instituição

RIBEIRO, Vitorino

TG Legado

ROMANCE

TR Novela

TR Ivo, Pedro (pseudónimo)

SALA INFANTIL

TE Registo de entradas (leitores)

SALA DE LEITURA

TG Registo das requisições

TE Estatística

TR Serviço de Leitura Diurna

SALÃO DE LEITURA DIURNA

TR Inventário

SERPA, Alberto

TG Leilão

TG Legado

TG Manuscritos

SERVIÇO

TG Orçamento

SERVIÇO DE LEITURA

TE Microfilme

SERVIÇO DE LEITURA DIURNA

TE Registo de entradas (leitores)

TE Nome do leitor

TE Profissão

TE Data de entrada

TR Registo das requisições

TR Inventário

TR Sala de leitura

SERVIÇO DE LEITURA NOCTURNA

TE Registo de entradas (leitores)

TE Estatística

TR Movimento nocturno

TR Frequência de Leitores

TR Balanço

TELEGRAMA

TE Aquecimento (projecto)

TIPOGRAFIA

TG Copiador

TE Lisboa

TE Inventário

TE Porto

TE Coimbra
TR Legislação
TR Controlo de entradas (publicações
impressas)
TR Procurador da Biblioteca
TR Direitos de Autor
TR Livraria

VOLUMES
TG Inventário
TG Encadernador

VOLUME DE OBRAS PEDIDAS
TG Balanço
TG Registo de entradas (leitores)

TÍTULO DA OBRA
TG Inventário
TG Registo das requisições

Vasconcelos, Joaquim de
USE Vasconcelos, Joaquim de

VASCONCELOS, Joaquim de
UP Vasconcellos, Joaquim de
TG Correspondência

VEREADOR INSPECTOR DA
BIBLIOTECA
TG Correspondência
TR Actas de deliberações

VILARES, Berta Pinho dos Santos
TG Legado

VISCONDE DE BALSEMÃO
TG Livraria

VISITANTE
TE Exposição temporária

APÊNDICE C
INVENTÁRIO